

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TERRITÓRIOS DISCURSIVOS:
Discursos sobre a Vila Dique e suas aplicações
para o entendimento do território**

RAI NUNES DOS SANTOS

PORTO ALEGRE

2019

RAI NUNES DOS SANTOS

**TERRITÓRIOS DISCURSIVOS:
Discursos sobre a Vila Dique e suas aplicações
para o entendimento do território**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Doutor Álvaro Luiz Heidrich Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Rai Nunes dos
TERRITÓRIOS DISCURSIVOS: Discursos sobre a Vila
Dique e suas aplicações para o entendimento do
território / Rai Nunes dos Santos. -- 2019.
152 f.
Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2019.

1. Geografia Social. 2. Geografia Humana. 3.
Territorialidades. 4. Remoções Urbanas. 5. Vila Dique.
I. Heidrich, Álvaro Luiz, orient. II. Título.

RAI NUNES DOS SANTOS

**TERRITÓRIOS DISCURSIVOS:
Discursos sobre a Vila Dique e suas aplicações
para o entendimento do território**

Dissertação defendida como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia
pela banca examinadora constituída por:

Professora Doutora Claudia Luisa Zeferino Pires
(POSGEA/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Doutora Heleniza Ávila Campos
(PROPUR/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Doutora Maria Lidia Soria
(Universidad Nacional de Luján - Argentina)

Porto Alegre, 2019.

À minha avó Irma Spido, em sua memória.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é também um momento de reconhecer a importância das pessoas. Ninguém vive sozinho, vivemos em constante relação com as outras pessoas, e por isso é necessário agradecer por essas trocas e encontros. Acredito que somos muito do que deixamos e tomamos dos outros, uma pessoa é constituída de muitas outras pessoas.

Em primeiro, gostaria de fazer um especial agradecimento à minha família. Aos meus pais por acreditarem e fornecerem todas as condições para os meus estudos, sem a dedicação deles esta tarefa não seria possível. À minha irmã por ser também um exemplo de pessoa e de profissional desde suas pesquisas acadêmicas. Este trabalho foi dedicado à minha avó, que nos deixou ano passado. Meu maior reconhecimento por toda sua vida.

Gostaria de agradecer também aos amigos, são tantos! Estão espalhados do São Geraldo a Montevideu. Vão de Buenos Aires a Medellín. Dificilmente poderia nomear todos eles, mas sem dúvida todos contribuíram nesta jornada, nos encontros e desencontros, nas conversas e nos silêncios.

Meu mais profundo obrigado, sem vocês esta jornada teria sido mais dura.

À Luciane, pelo incentivo e por estar presente em todos os momentos.

Um especial agradecimento ao meu orientador, professor Álvaro, pois este trabalho possui muito dos seus ensinamentos e contribuições, de nossas pesquisas. Convivemos desde 2013 em pesquisas e trabalhos, é fonte de inspiração para seguir pesquisando e também inspira pela pessoa que é. Em diversos momentos, quando cheguei com o pensamento desorganizado e com angústias, ouviu e organizou as ideias de forma conjunta.

Agradeço aos moradores da Vila Dique pela confiança depositada em mim, obrigado pela disposição em me receber. Por mais que outros problemas surgissem, sempre havia tempo para uma conversa. Espero que se sintam incluídos na construção desse trabalho, pois vocês são parte dele.

Agradeço ao povo brasileiro que financia desde 2013 as minhas pesquisas através do pagamento de seus impostos, desde a época da graduação, quando fui bolsista via CNPQ, até a pós-graduação, quando também fui bolsista da CAPES. Espero que muito em breve todo esse financiamento possa ser revertido em desenvolvimento social para nosso país.

*“E a ilha desconhecida, perguntou o homem do leme,
A ilha desconhecida não passa duma ideia da tua cabeça,
os geógrafos do rei foram ver nos mapas
e declararam que ilhas por conhecer
é coisa que se acabou desde há muito tempo.”*

(José Saramago, 1998 – Conto da Ilha Desconhecida)

RESUMO

Este trabalho tem como tema de pesquisa a inclusão dos discursos como uma das categorias de análise para desvendar as relações territoriais. Parte-se, como problema de pesquisa, do processo de remoção da Vila Dique, que ocorre desde o ano de 2009 na cidade de Porto Alegre, RS. Esta remoção é legitimada a partir dos argumentos promovidos pelo poder público e ganha força perante a sociedade a partir do que é enunciado pela mídia. Neste sentido, propomos fazer uma análise a partir da compilação de notícias que tiveram esta temática. Esse recorte se dá desde 2009, ano da primeira remoção, até o ano de 2018. A partir dessas notícias, realizamos uma análise para mostrar que esses discursos a respeito da remoção impõem uma visão sobre a Vila para quem é de fora e também acaba por condicionar as ações dos moradores, gerando incerteza na permanência da comunidade. Em contraponto, adotamos também a estratégia de registrarmos os discursos dos moradores da Vila Dique, compilando falas e conversas que tivemos com os mesmos no transcorrer desta pesquisa. Este registro propicia conhecer a Vila Dique do cotidiano e como território de moradia, pois esses moradores não tiveram espaço de fala dentro das notícias que compilamos. Verificamos que esses discursos e contrastes são importantes para o entendimento das relações de poder sobre o espaço, bem como das dinâmicas de apropriação e dominação do espaço em território. Neste sentido, apontamos os ganhos da inclusão dos estudos sobre discursos para os entendimentos territoriais, nos quais, então, um discurso pode legitimar o desaparecimento de um território, e o discurso de quem habita o território nos fornece pistas para entender como o mesmo se constitui.

Palavras-chave: Discurso; Território; Remoção; Vila Dique.

RESUMÉN

Este trabajo tiene como tema de investigación la inclusión de los discursos como una de las categorías de análisis para desvelar las relaciones territoriales. Se parte, como problema de investigación, del proceso de remoción de la Vila Dique, que ocurre desde el año 2009 en la ciudad de Porto Alegre, RS. Esta remoción es legitimada a partir de los argumentos promovidos por el poder público y gana fuerza ante la sociedad a partir de lo que es enunciado por los medios de comunicación. En este sentido, proponemos hacer un análisis a partir de la compilación de noticias que tuvieron esta temática. Ese recorte se da desde el año 2009, año de la primera remoción, hasta el año 2018. A partir de esas noticias, realizamos un análisis para mostrar que esos discursos sobre la remoción imponen una visión sobre la Vila Dique para quien es de fuera y también terminan por condicionar las acciones de los habitantes, generando incertidumbre en relación a la permanencia de la comunidad. En contraposición, adoptamos también la estrategia de registrar los discursos de los habitantes de la Vila Dique, reuniendo sus hablas y nuestros diálogos en el transcurso de esta investigación. Este registro propicia conocer la Vila Dique del cotidiano y como territorio de vivienda, pues estos moradores no tuvieron espacio de habla dentro de las noticias que hemos compilado. Verificamos que esos discursos y contrastes son importantes para el entendimiento de las relaciones de poder sobre el espacio, así como de las dinámicas de apropiación y dominación del espacio en el territorio. En este sentido, apuntamos a los provechos de la inclusión de los estudios sobre discursos para los entendimientos territoriales, en los que, entonces, un discurso puede legitimar la desaparición de un territorio, y el discurso de quien habita el territorio nos proporciona pistas para entender cómo el mismo se constituye.

Palabras-clave: Discurso; Territorio; Remoción: Vila Dique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Esquema para pensar o urbano com a dialética do espaço de Lefebvre.....	20
Figura 2. Compreensão de Território a partir do Espaço	21
Figura 3. Perspectivas entre território e territorialidade.....	26
Figura 4. Tensionamento de discursos a partir do território.	32
Figura 5. Cartografia de inserção da Vila Dique.....	50
Figura 6. Escola da comunidade nos anos 1990.....	52
Figura 7. Placa de sinalização sobre o bloqueio da Av. Dique.....	54
Figura 8. Obras de duplicação da Av. Severo Dullius.	55
Figura 9. Remoção das primeiras famílias da Vila Dique e cercamento da área.	56
Figura 10. Informações em linha do tempo da Vila Dique.....	57
Figura 11. Mulheres recicladoras na década de 1990.....	59
Figura 12. Associação de catadoras de materiais recicláveis Santíssima Trindade.	60
Figura 13. Área do Conjunto Habitacional do Porto Novo.....	72
Figura 14. Cartografia de situação da Vila Dique frente ao Aeroporto.	75
Figura 15. Legenda do sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre.	77
Figura 16. Sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre.	78
Figura 17. Recorte e destaque para as Sub-bacias da Zona Norte de Porto Alegre.....	79
Figura 18. Recorte e destaque Sistema de Proteção Inundações Porto Alegre.....	80
Figura 19. Recorte e destaque do PDDUA onde a Vila Dique aparece como área de APP	82
Figura 20. Ligação dos vocábulos escolhidos.....	98
Figura 21. Nuvem de palavras a partir das 38 notícias compiladas.	100
Figura 22. Mosaico de imagens que acompanharam as notícias compiladas.....	102
Figura 23. Mobilização para limpeza no caminho das crianças para escola.....	108
Figura 24. Contaminação no Arroio da Areia.	109
Figura 25. Avenida Dique, paisagem do cotidiano.	110
Figura 26. Avenida Dique após um dia de chuva.	111
Figura 27. Cartaz na entrada da Escola Migrantes informando sobre a reunião com DEMHAB.	113
Figura 28. Marcação da área para o Posto de Saúde.....	114
Figura 29. Horta na frente de casa e banho de sol do cachorro.....	115
Figura 30. Criação de Porcos na Vila Dique.	116
Figura 31. Avenida Dique em uma tarde durante a semana.	118
Figura 32. Evolução da área da Vila Dique e remoções.	120
Figura 33. Nuvem de palavras destacadas nas vozes locais.....	122
Figura 34. Dia de visita do Plano Popular na Vila Dique.	126
Figura 35. Reunião entre o DEMHAB, a Caixa Econômica e os Moradores.....	129
Figura 36. Relações de dominação, apropriação e desviação.....	132
Figura 37. Notícia sobre o fechamento da Avenida Dique.	138
Figura 38. Buraco no muro que cerca a área cedida ao aeroporto e bloqueia a Av. Dique.	139
Figura 39. Pontilhão destruído para evitar a passagem.	140
Figura 40. Cotidiano da Vila.	142

SUMÁRIO

Introdução: como o pesquisador chegou até aqui?	13
Apresentação do trabalho	15
Organização dos capítulos	17
Capítulo 1 – Uma Construção e Orientação Teórica	19
1.1 O Espaço como produto social	19
1.2 Território/Territorialidade	22
1.3 Agentes/atores produtores do espaço	28
1.4 Aproximação com teorias de Linguagem	30
1.5 Representações, Linguagem e Território.	33
Capítulo 2 – Aspectos Metodológicos	36
2. Percurso Metodológico	36
2.1 Revisão de Literatura	37
2.2 Compilação de Mídias	38
2.2.1 Fichamento de notícias	38
2.2.2 Google Alertas	39
2.2.3 Nvivo 10	39
2.2.4 Construção de Banco de Dados	40
2.3 Observações de Campo	40
2.3.1 Observações diretas	41
2.3.2 Participação em Reuniões da Associação de Moradores	41
2.3.3 Participação em debates públicos sobre a Vila Dique	41
2.3.4 Intervenções do Plano Popular de Habitação da Vila Dique	42
2.3.5 Registros Fotográficos	42
2.3.6 Diário de Campo	43
2.4 Utilização de Sistemas de Informações Geográficas	44
2.4.1 Elaboração de Cartografia de Referência	44
2.4.2 Elaboração de Cartografias Temporais	45
2.5 Análise de Dados	45
2.5.1 Utilização de softwares para análise de conteúdo	45
2.5.2 Corpus de pesquisa	46
2.5.3 Sistematização e escrita	47
Capítulo 3 – E a Vila Dique? Que Território é esse	48
3.1 Vila Dique – Onde se localiza	49
3.2 Um pouco da história	51
3.3 Caracterização a partir de dados	58
3.3.1 Vila Dique em trabalhos acadêmicos	58

3.3.2 Vila Dique em dados do IBGE	61
3.3.3 Vila Dique em dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre	61
3.3.4 Dados do Levantamento de 2015: Vila Dique: a Santíssima Trindade que Resiste.	64
Capítulo 4 – Os argumentos de uma remoção	69
4.1 Expansão da Pista do Aeroporto Salgado Filho	70
4.1.2 Desinteresse na área atual da Vila Dique	73
4.2 Área de Risco de Inundação	76
4.2.2 Bacias Hidrográficas	78
4.2.3 Sistema de Proteção Contra Inundações de Porto Alegre	79
4.3 Área de Preservação Permanente	81
Capítulo 5 – Discursos de remoção	84
5.1 Notícias do Jornal Zero-Hora	85
5.2 Notícias do Jornal Correio do Povo	91
5.3 O que mais foi dito?	95
5.4 Enunciado para quem?	97
5.5 O que ficou?	99
5.6 Representações Visuais	100
Capítulo 6 – Vozes a partir dos atores locais	104
6.1 Outro discurso da Vila Dique	106
Capítulo 7 – Notas de Campo do pesquisador	123
7.1 Dificuldades	124
7.2 Indo e vindo da Vila Dique	125
7.3 Descobertas	129
Capítulo 8 – Vila Dique: Territórios	132
8.1 No meio do caminho havia um Dique	132
8.2 Territórios para pensar	135
Fechamento	144
Vila Dique: território, discurso sobre território, falando sobre o território	144
Referências	147
Homenagem	152

Introdução: como o pesquisador chegou até aqui?

Esta dissertação tem como ponto de partida o ano de 2015, quando ainda estava cursando a disciplina de Organização e Gestão Territorial do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesta disciplina, foi apresentada e requerida uma demanda, que partiu de movimentos sociais, para realização de um diagnóstico sócio-econômico-territorial sobre a Vila Dique. Até aquele momento, eu não tinha contato com esta comunidade, apenas sabia de sua existência próxima ao aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre.

A partir da realização deste trabalho com outros colegas, surgiu um relatório técnico chamado “*Vila Dique: A Santíssima Trindade que Resiste*”¹ (2015) e também outro documento chamado “*Reconhecimento territorial: Caderno de Mapas da Vila Dique*”² (2015), ambos produzidos dentro da disciplina no segundo semestre de 2015. Alguns dados e informações obtidos junto a estes dois documentos serão apresentados também neste trabalho como fonte de informações, visto que este ainda é o levantamento mais recente realizado nesta comunidade.

Na realização do diagnóstico, tivemos a oportunidade de conhecer as demandas da comunidade da Vila Dique a partir das falas dos moradores, intermediadas pela associação de moradores, e entender também um pouco do processo de remoção que ali estava ocorrendo. Neste levantamento, tivemos apenas duas visitas para obtenção dos dados na comunidade, mas levantamos uma significativa amostra de cerca de 200 famílias que responderam aos questionários. Quando da finalização do trabalho, o mesmo foi entregue e apresentado para a comunidade em uma reunião em dezembro de 2015, servindo então como base do processo de usucapião movido pela associação de moradores da Vila Dique junto ao Ministério Público Estadual.

A partir desses desdobramentos, os caminhos do pesquisador e da comunidade da Vila Dique se entrecruzaram, pois enquanto pesquisadores fomos chamados para prestar esclarecimentos técnicos³ sobre o relatório e, com isso, foi firmada uma parceria junto a associação de moradores e movimentos sociais para continuarmos os estudos sobre esta comunidade. Acreditamos ser importante fazer essa inserção de onde o

¹ Disciplina de Organização e Gestão Territorial, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UFRGS. Vila Dique: a Santíssima Trindade que resiste. Porto Alegre: 2015.

² ALVES, Isabel Perez; SANTOS, Raí Nunes dos. Reconhecimento territorial: caderno de mapas da Vila Dique. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, UFRGS Porto Alegre: 2015.

³ Dirigente do Nudream conhece projeto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a Vila Dique. <<http://www.defensoria.rs.def.br/conteudo/26979>> Acesso em: 13 dez. 2018.

pesquisador se situa com relação ao trabalho, para uma melhor compreensão do leitor acerca do processo que acompanha o desenvolvimento deste texto. Não vamos esconder os ativismos das pesquisas acadêmicas, acreditamos que os ativismos e as pesquisas podem colaborar para novas interpretações teóricas e, além disso, ser instrumento de informação para transformações sociais.

Mas os documentos produzidos em 2015 não foram suficientes para dar garantias à comunidade da Vila Dique. Naquele momento, o principal argumento utilizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) ainda girava em torno da realização da Copa do Mundo de Futebol na cidade de Porto Alegre, que havia ocorrido um ano antes, mas havia deixado obras em prosseguimento, sendo que uma delas apontava para a necessidade da remoção dos moradores para a realização da expansão da pista do aeroporto Salgado Filho.

As primeiras remoções com esta justificativa ocorreram em 2009, quando cerca de 1000 famílias foram realocadas para bairro Rubem Berta, na mesma cidade. Em 2015, a Copa do Mundo já havia ocorrido, as obras de ampliação do aeroporto não haviam ficado prontas em tempo e as obras da Copa do Mundo de 2014 já haviam ocasionado remoções de comunidades por todo país, além de gastos bilionários em estádios e aeroportos. Passado o evento, o argumento para uma remoção mudou: a Vila deveria ser removida por estar alocada em uma área de risco de inundação. Outra justificativa que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre utiliza é a de que a área é gravada como Área de Preservação Permanente (APP) pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA). No entanto, de 2015 para cá, notamos como estes discursos em prol de uma remoção foram sucessivamente sendo alterados e adaptados para legitimar a retirada da Vila Dique.

Com esta dinâmica de pressão e argumentação do poder público municipal e com a rapidez com que os discursos legitimadores de uma remoção foram se modificando, a partir deste período já iniciamos a observar como os mesmos eram divulgados através da mídia. É importante apontar também que, de forma igualmente permanente, seguimos produzindo informações técnicas para poder munir a comunidade com contra-argumentos frente ao poder público, e disponíveis para prestar esclarecimentos técnicos junto aos órgãos públicos quando solicitados.

Portanto, essa dissertação também gera uma expectativa para a comunidade, pois se caracteriza como novo documento que organiza informações relacionadas à Vila Dique e que serve para os moradores como instrumento de informações sobre a situação da própria comunidade neste novo intervalo temporal. Outra importância que podemos

destacar desta dissertação é a de colocar em circulação as informações que aqui foram reunidas e organizadas, elencar os diferentes discursos que buscam legitimar a remoção, relacionando tudo isso com as implicações diretas no território e na vida dos moradores.

Apresentação do trabalho

Como existiram diversos argumentos que buscaram legitimar a remoção, iniciamos com algumas perguntas para pensar: como o Estado enunciou esta comunidade para a sociedade? Como a mídia tratou do tema? E quais ações se efetivaram no espaço? Os argumentos utilizados pelo poder público apareceram diversas vezes nas mídias compiladas e em documentos divulgados pelo poder público municipal. Estes discursos são suficientes para conhecermos a Vila Dique? Acreditamos que não, e buscamos discorrer sobre isso em nosso trabalho.

Com o objetivo de realizar o contraponto a estes discursos hegemônicos, apresentamos também o registro das vozes dos atores locais: os moradores da Vila Dique. Estes moradores que por muitas vezes estão silenciados frente aos atores hegemônicos, por não conseguirem acesso aos meios de divulgação, possuem a sua trajetória de vida vinculada a este espaço, e mesmo assim pouco se interessam pelas suas histórias.

Sendo assim, a nossa primeira estratégia metodológica escolhida foi a de realizar estes registros na forma de entrevistas, pensando em ser o instrumento metodológico adequado para dar visibilidade a essas vozes. Mas por motivos de organização interna da comunidade e momentos de apreensão, em que os moradores estavam com outras demandas, podendo estar com a fala direcionada para outras lutas, foi necessário suspender este procedimento de entrevista. Acreditamos, no entanto, que por mais que possamos deixar de registrar algumas vozes neste trabalho, não realizar as entrevistas auxiliou a comunidade no sentido de não gerar expectativas sobre quem seria entrevistado, e nem atrapalhou a dinâmica do cotidiano e a nova organização interna da comunidade, como as eleições para nova direção da associação de moradores.

Para esse registro das trajetórias dos moradores, utilizamos outros instrumentos e estratégias de campo, sendo estes o de registrar e apontar fragmentos de conversas em diversos momentos em que estivemos em contato com os moradores. A partir desses fragmentos, sinalizamos a riqueza de encontrarmos indícios que nos contam como esta

porção de espaço foi apropriada, diferenciou-se e ganhou uma *grafia*, passando a *constituir um território*.

Portanto, essa pesquisa visa a caracterização e identificação do território e do contexto da comunidade da Vila Dique, a partir de uma compilação de dados com informações geradas pela pesquisa, com vivências de campo e também a partir dos diferentes discursos em contraste. Essa experimentação metodológica que utiliza técnicas de registro de mídias, trabalho de campo e de análise de discursos percorre diferentes escalas, já que nelas atuam e perpassam os atores sociais envolvidos neste problema de pesquisa. Visando contribuir com este segmento metodológico de análise discursiva, utilizando uma metodologia que dialoga com as técnicas das teorias de linguagem, com maior força a utilização da Análise de Discurso e Análise de Conteúdo, podemos relacionar as teorias espaciais com as vozes dos atores, e a partir disso entender como estas relações foram se expressando como geografias.

Como discurremos brevemente, nestes anos em que está ocorrendo o processo de remoção e descaracterização da Vila Dique, diferentes discursos e argumentos foram utilizados para legitimar estas ações relacionadas às remoções. Portanto, este trabalho tem como prerrogativa a apresentação de como os discursos sobre um território podem ser contextualizados e diferenciados visando responder algumas perguntas disparadoras: quem está enunciando? Para quem se enuncia? Discurso é para dentro ou para fora do território? De quais posições de sujeito partem estes discursos? Quais são suas intencionalidades?

Acreditamos que, compreendendo essas diferenças enunciativas, outras geografias sobre o território se revelam, e estas nos fornecem pistas sobre as diferentes formas de uso, sobre as relações de apropriação e dominação dos atores que ali atuam e também sobre os possíveis silenciamentos/invisibilidades ocasionados. Sendo assim, argumentamos em nosso texto que a forma de se enunciar um território está imbricada com as diferentes práticas vividas e com as intencionalidades de quem o enuncia. É dizer, inúmeras são as formas de enunciar ou informar sobre como um território se constitui, sobre como são suas práticas e o que o legitima, e essas formas podem elaborar uma opinião sobre um território e ser sua representação por muito tempo. Portanto, é preciso ter cuidado em observar quem está enunciando sobre o território.

Por estarmos tratando com um aspecto simbólico do território, a sua caracterização discursiva, não a encontraremos marcada propriamente no território, mas sim nestas minúcias dos discursos observados e – por que não? – vividos. Esta ausência de materialidade no território poderia ser apontada como um impeditivo metodológico

para registrar e analisar como estes discursos são enunciados, mas lembramos das relações de poder que estes discursos materializam, e que o território está compreendido pelas relações que o constituem, e não apenas da materialidade como exterioridade.

Por mais que estejamos falando também dos discursos a respeito do território, falamos sobre o território em si, onde, então, apontamos que os discursos também legitimam ações diretas, tais como intervenções realizadas pelo poder público que geram incertezas e medo nos moradores para saber o tempo de permanência que possuem naquele território. Em nossa compreensão, o território é produto das relações de apropriação e dominação do espaço, a partir das ações e representações dos diferentes atores, por isso consideramos a importância de registro dos discursos como uma categoria analítica do território.

Por fim, além de realizar um diálogo entre o teórico-prático, nosso texto faz registro das relações territoriais a partir de observações de uma comunidade em processo de descaracterização. É nossa expectativa que este trabalho possa se somar às demais contribuições metodológicas e contribuir também para outros trabalhos que pretendem registrar comunidades periféricas. Pretendemos assim colaborar para o avanço nas pesquisas territoriais, oferecendo mais um tipo de abordagem para as pesquisas, observando o campo simbólico e das relações de poder sobre um território, assim como observando esses adjetivos ou ainda batismos que o espaço vai recebendo a partir de apropriação/dominação – e que se legitimam a partir do que é enunciado nas diferentes escalas sobre esta porção do espaço.

Organização dos capítulos

Esta pesquisa está organizada em 8 capítulos, além das seções de introdução e fechamento. Nesta construção textual, passamos por diferentes aspectos. Tentaremos expor de maneira sintética como organizamos o trabalho a cada dois capítulos.

O capítulo 1 trata de realizar nossa argumentação teórica, fundamentar o nosso ponto de partida, onde avisamos os leitores a partir de quais lentes interpretativas estamos expondo o nosso objeto de estudo, além de que isso fundamenta a compreensão de mundo que possuímos. O capítulo 2, demonstra os passos, experimentações e estratégias metodológicas que adotamos em busca de cumprir nossos objetivos. A partir de nosso percurso metodológico, os leitores também

possuem a ideia do caminho realizado pelo pesquisador na construção desta pesquisa.

O capítulo 3 é dedicado a fazer o registro e caracterização do território que estudamos, a Vila Dique. Neste capítulo compilamos informações sobre a comunidade que enfrenta o processo de remoção desde 2009. Estas informações são trazidas desde dados oficiais, outros trabalhos realizados e consultas a documentos. O capítulo 4 é onde apontamos e elencamos os argumentos que justificam a remoção da comunidade que estudamos, neste capítulo trazemos as informações e justificativas em que o poder público baseia os suas justificativas para a remoção.

Os capítulos 5 e 6 tratam dos discursos a respeito do território, no capítulo 5 apresentamos a compilação de notícias veiculadas pela mídia nos últimos 10 anos que trataram do tema, onde expomos a forma em que a comunidade, a obra e remoção foram enunciadas. No capítulo 6, registramos os discursos dos moradores, estes como uma forma de contrapor as enunciações midiáticas e de conhecer como o território da Vila Dique foi se constituindo. É o capítulo que traz as vozes dos atores locais, aqueles que fazem e fizeram esse território.

Já na seção dos capítulos 7 e 8, trazemos percepções que o pesquisador observou durante a realização deste trabalho, bem como uma junção entre o que foi observado e as teorias sobre o território, outras possibilidades que nos foram reveladas durante a pesquisa. O capítulo 7 trata muito mais das observações e anotações em campo realizadas pelo pesquisador. A ideia é de trazer os leitores para dentro da experiência de campo e pesquisa, para entender como nosso argumento foi ganhando solidez a partir do campo. E o capítulo 8 trata dessas observações de campo e possibilidades pensadas para o campo teórico, aproximações com conceitos, onde a prática e a teoria se encontram.

Capítulo 1 – Uma Construção e Orientação Teórica

1.1 O Espaço como produto social

Vamos iniciar a partir do conceito que funciona como um campo de abertura teórica na geografia, o espaço geográfico. Fazer isso nos permite observar diversas construções teóricas a partir desta abertura. Em nossa construção, compreendemos o espaço geográfico como um produto indissociável entre a espacialidade e a temporalidade, a partir do que foi proposto por Milton Santos (1996) a respeito de que o espaço geográfico é o conjunto sistêmico de objetos e o conjunto de ações. Isto nos leva a pensar que o espaço está composto tanto da materialidade quanto da imaterialidade apontada como o campo das ações, ou ainda daquilo que é aparentemente fixo e daquilo que é ação.

Com essas primeiras concepções, parece-nos oportuno partir para uma aproximação em direção ao espaço social, pensando então que o espaço social pode ser entendido como o espaço que está apropriado, transformado e em produção pela sociedade, sendo assim entendido como um produto social. Aqui abarcamos a ideia de Marcelo Lopes de Souza (2013) de que o espaço geográfico é um conceito mais amplo e o espaço social é mais específico, mais tangível. Pois se o espaço geográfico é um grande conjunto de objetos e ações, o espaço social é o resultado dessas interações pela sociedade.

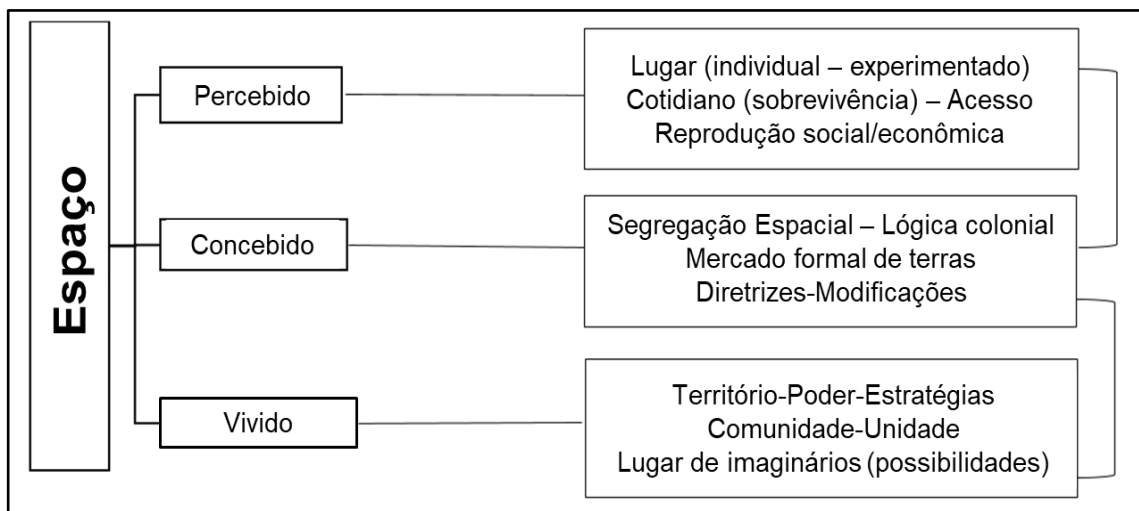
Mas é a conceituação de espaço geográfico que nos fornece uma importante contribuição para pensar o espaço social, é dizer, se o espaço está composto de objetos e ações, está impregnado de intencionalidades, manifestadas nas formas e técnicas de produzir o espaço. Com as especializações cada vez mais impressas nos objetos, o espaço social acaba condicionado e determinado para que apenas determinadas ações se realizem, e com isso trazemos a compreensão de que os objetos só se realizam por completo a partir das ações dos sujeitos. Milton Santos (1996) nos fornece esta compreensão quando nos diz que:

As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio. Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma razão técnica. (SANTOS, 1996, p. 81).

Ao tomarmos o espaço como um produto social, percebemos ele não existe por si próprio ou como condição dada, ele é produzido. A partir desse entendimento, Henri Lefebvre (2013) rompeu com a ideia generalizada de que o espaço seja uma realidade material independente. Para tal abordagem, o espaço e o tempo devem ser entendidos como aspectos da prática social, sendo assim, não existem em uma teoria universal, sendo compreendidos apenas no contexto de uma sociedade ou grupo em específico. Na leitura de Blanca Ramírez (2004), para conceber e perceber o espaço, é necessário viver no espaço, e neste sentido o espaço é real e mental simultaneamente, sendo, por isso, um produto social, imbricado de espaço e tempo. Desse modo, o espaço é composto também por práticas e representações, que se somam ao conjunto de objetos e ações.

Destacamos a partir de obra de Henri Lefebvre (2013) a compreensão de que o espaço é produzido e de que a produção do espaço se dá em três dimensões dialeticamente conectadas, ou seja, não se separam. Estas dimensões se afetam, provocam-se e relacionam-se. A tríade conceitual proposta por Henri Lefebvre (2013) é ao mesmo tempo individual e social, pois denota de processos individuais e sociais em simultâneo, e está composta das práticas espaciais, das representações do espaço e do espaço de representações. É, então, o espaço (social) um produto dialético entre estas três dimensões: o percebido, o concebido e o vivido.

Figura 1. Esquema para pensar o urbano com a tríade do espaço de Lefebvre.



Elaborado pelo autor, 2017.

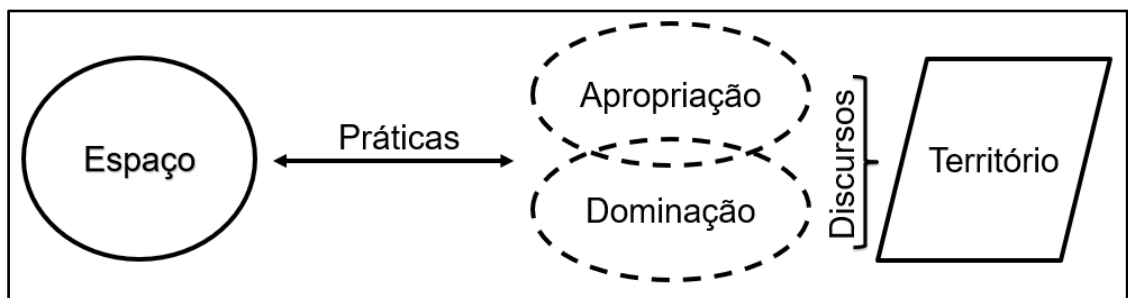
Partindo em direção ao território, tomamos a proposição de Claude Raffestin (1993) de que o espaço é anterior ao território, sendo então o espaço uma categoria

mais abrangente. Para tanto, adotamos que o território é espaço, mas com informações e caracterizações que o permite distinguir, dando noções a partir de limites e também pela sua utilização.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. (RAFFESTIN, 1993, p.10).

Estas distinções estão dadas pelas práticas ali estabelecidas, sendo assim, entendemos o território como uma porção de espaço distinguida a partir das relações de apropriação e dominação, bem como das práticas de poder manifestadas nas diferentes escalas por um grupo ou ator social. Pensando o território desta forma, conseguimos entender que exista uma multiplicidade de territórios, pois tantos serão os territórios quanto são os grupos e atores que atuam, praticam e se apropriam do espaço. Para avançar com este raciocínio, tomamos a obra de Claude Raffestin (1993), que nos diz que o território dá a noção de limite, seja ela por uma fronteira ou por uma zona de transição. O território exprime a forma como um ator ou um grupo se relaciona com o espaço, organiza-se e tem sua atuação. Aqui a ideia das ações nos faz muito necessária, pois as ações estão impregnadas de intencionalidades e objetivos, assim como de relações de poder e controle de determinada área.

Figura 2. Compreensão de Território a partir do Espaço



Elaborado pelo autor, 2018.

Com esta compreensão de que existem múltiplos territórios, incide a ideia de que são os atores sociais, a partir de suas ações, que desenvolvem e diferenciam determinadas porções do espaço em territórios. Estas práticas também podem ser entendidas como territorialidades, concepção na qual há uma aproximação que se objetiva a partir da ideia de Di Méo (1998), segundo a qual sem os atores e suas ações não existiriam territorialidades e, sendo assim, não existiriam também territórios, pois

são estas ações que dão significados a partir dos usos e circunscrevem cada porção do espaço em um território.

Com isso, podemos entender que o espaço nos permite pensar em um campo de abertura teórica, no qual estão imbricados espacialidade e tempo, objetos e ações, materialidades e imaterialidades; é uma categoria de análise mais ampla e ponto de partida de nossa lente de orientação teórica. Quando nos orientamos ao espaço social, partimos dos estudos de Pierre Bourdieu (2013), Souza (2013) e Henri Lefebvre (2013). A partir dessa construção teórica, o espaço social é entendido como o que é apropriado, como o espaço geográfico que foi modificado, usado e constituído, engendrado e pensado em sua constituição como algo mais mensurável, em uma primeira aproximação podendo ser pensado até como algo mais material.

O território está dado a partir das relações sociais manifestadas com e neste espaço social, que se diferenciam a partir das relações de poder, de uso, dominação e apropriação pelos mais diferentes atores e grupos sociais. O território está sobretudo aderido nas relações e não propriamente na materialidade, mas é esta materialidade que nos fornece um importante substrato de referência para que estas relações se realizem.

Assim, é compreensível que exista uma multiplicidade de territórios no espaço, e, portanto, podemos apontar que diferentes são os grupos que atuam em cada um deles, ou mesmo em mais de um. A própria cidade em si nos remete a uma complexa malha, que vai além da configuração espacial propriamente dita, este emaranhado também é formado por um conjunto de territórios, que são singulares, diferenciam-se e podem se sobrepor. O espaço da cidade é condicionado para que determinadas práticas ocorram, e também é impeditivo para tantas outras. Apontamos o espaço urbano como um espaço fragmentado, pois torna-se porções espaciais diferentes a partir dos tipos de relações de apropriação e dominação praticadas pelos atores sociais.

1.2 Território/Territorialidade

O conceito de território na Geografia possui diversas abordagens, é dotado de diferentes interpretações e contextualizações segundo as correntes, fatos empíricos e métodos de pesquisa empregados. Como um ponto de partida para a reflexão aqui proposta está a obra *Abordagens e Concepções de Território* (2007), de Marcos Saquet. Nesta obra, Saquet analisou diferentes interpretações e utilizações dos

conceitos de território e territorialidade na geografia, sobretudo brasileira, e suas influências, apontando para uma diversidade de utilizações dos conceitos a partir das interconexões das realidades sociais abordadas e dos problemas de escalas de abordagem.

A utilização do vocábulo território tem maior difusão no sentido de porção de terra que ocupa um Estado, Nação, Município, etc., como um limite administrativo, noção de posse de uma área delimitada. Observamos nos dicionários que esta é a primeira acepção sobre o território. No dicionário de língua portuguesa Michaelis (2015), por exemplo, o termo território é definido como “porção da superfície terrestre pertencente a um país, estado, município, distrito etc.”. No mesmo sentido, Luis Fernando Paso Viola, em sua obra *Diccionario de términos: geografía* (2003, p. 202), define o território como “espaço geográfico delimitado, pertencente a uma nação, estado, etc.”.

Ainda a respeito destas definições que aparecem nos dicionários, outras duas nos parecem importantes de serem apontadas: no dicionário Michaelis (2015), o território aparece ainda como “área que uma pessoa, um grupo ou um animal considera sua ou sob seu controle e a defende contra a entrada daqueles que considera intrusos” e na obra de Viola (2003, p.202) como “unidade espacial onde uma sociedade desenvolve suas atividades a partir de diferentes formas de ocupação e organização”. Essas últimas concepções se aproximam mais de como estamos tratando o território, dando ideia de uma porção de espaço apropriada, ou controlada, por uma sociedade, e aqui acrescentamos grupo social, que se organiza e se apropria, dando características distintivas a esta porção de espaço.

Essa noção de limite de porções apropriadas carrega consigo uma concepção de controle e poder sobre o espaço. Souza (1995), em primeira aproximação, diz que o território é um espaço delimitado por e a partir de relações de poder. Sobre estas relações de poder com o território, Souza (2013) também sinaliza que o poder só se exerce por meio de um território, onde então não encontraremos sociedades ou grupos sociais sem uma conexão com o espaço, ou seja, as sociedades estão atreladas a uma condição espacial. Essas relações de poder são fundamentais para entendermos a importância do controle do território, mas lembramos que o poder se exerce de maneira contínua sobre o território. Como apontou Rogério Haesbaert (2004) com as ações de apropriação/dominação do espaço, um grupo ou sociedade vai se territorializando, atribuindo significados, relações de afetividade e imaginários a este.

Pensando nas relações de exercício de controle sobre um território, podemos apontar para diferentes formas de se relacionar com esta porção de espaço, como a apropriação/dominação, construção de barreiras físicas, modificação de sua configuração, impedimentos jurídicos, constituição de estados-nação, mas todos estes apontam para que o território, substantivo, seja acompanhado de um adjetivo que denota a função ou posse do território. Alguns exemplos recorrentes: Território Nacional, Território Brasileiro, Território Indígena, Território Quilombola, Território de Preservação, Território Comunitário, etc.

É a partir desta constatação que podemos observar que o território também estabelece relações de poder no campo discursivo e enunciativo, é dizer, para adjetivar e dar legitimidade ou não para um território, é necessário falar deste território, e aqui nos desperta o interesse em saber como os discursos se estabelecem, quais são as estratégias, quais as unidades de comunicação que são transmitidas para um território a partir de diferentes atores. Apontamos que para além da materialidade da porção de espaço, das relações de poder exercidas, o território é sobretudo uma construção social das relações sociais na qual, apontando para uma utilização e manifestação de uma noção de limite, pode ou não existir materialmente, mas que sobretudo está tratado no campo das ações e das representações (HEIDRICH, 2013).

A partir dessa abrangência nas utilizações do conceito, é necessário apresentar como propomos pensar e entender o território nesta investigação. Entendemos o território a partir dos estudos de Raffestin (1993), Souza (1995, 2013), Bonnemaïson (1997, 2002), Claval (1999), Di Méo & Buléon (2007), Haesbaert (2004, 2014) e Heidrich (2010, 2013 e 2017), os quais permitem vê-lo como uma porção do espaço apropriada por um grupo/agente/ator que, a partir das suas práticas (ações) e das relações de poder que ali desenvolvem, apropriam-se, dominam e dão a noção de limite, ou ainda, de grafia para esta porção de espaço em um território definido. O território não é constituído de absoluta fixidez, e sim requer constante exercício de poder e de relações sociais entre os atores/grupos/agentes com esta porção de espaço apropriada.

Uma situação compartilhada por comunidades periféricas está em ocupar e transformar esse espaço de acordo com as suas práticas e necessidades de reprodução social. Isto se deve principalmente por questões de não obtenção do acesso ao mercado formal de terras, o qual podemos pensar que dispõe de espaços muito mais ordenados e regulados, ou ainda, concebidos. É de se pensar: ocupam as áreas periféricas e sem prestígio, sem infraestrutura e serviços, como parte de sua

estratégia de sobrevivência e de garantir o acesso à cidade, ao trabalho, à moradia, uma vez que são nas cidades que estão condensadas as oportunidades de emprego e renda.

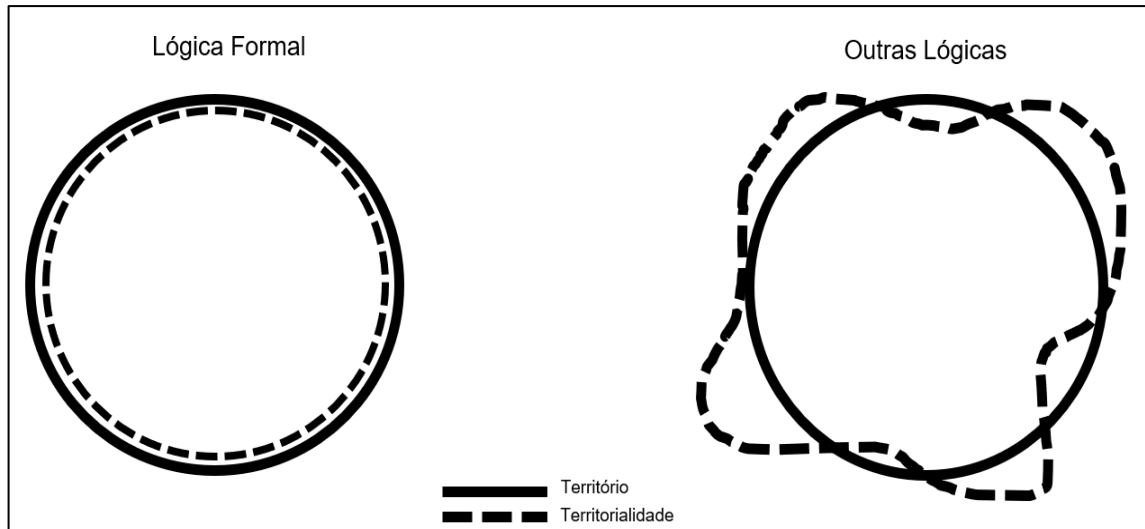
Avançamos para que o conceito de território seja muito mais que apenas uma área delimitada, mas para isso é necessário que pensemos também em territorialidades como práticas territoriais. Para tanto, assumimos que nem toda a territorialidade está contida dentro do território, essas práticas podem estar espalhadas. Ao mesmo tempo, o território delimitado garante uma porção de terra e é buscado por diferentes grupos sociais como uma referência material para desempenhar suas práticas. Sendo assim, este território estaria ocupando seu primeiro objetivo que é o de abrigo e lugar de retorno para estes grupos sociais.

Podemos refletir que os grupos sociais entendem que obter uma porção de área delimitada pode oferecer melhores condições de reprodução social, quando comparadas as suas às condições de grupos que não possuem este território de referência. E uma forma de acessar e obter esta porção de área delimitada é através de políticas públicas específicas, onde existem regulamentações e editais a fins de acesso para demarcação de uma área destinada a um grupo.

Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) são áreas demarcadas para reurbanização de assentamentos informais, e os grupos sociais se articulam para uma movimentação política para estas demarcações em esfera Nacional. É o Estatuto da Cidade (2001) que regula essa política de demarcação a partir da criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que destinam vazios urbanos e imóveis não utilizados para habitação de interesse social.

A manifestação das práticas, trajetos e pontos de referência estão associadas com as territorialidades dos atores, por isso dizemos que elas nem sempre estão contidas dentro dos territórios oficiais (do espaço concebido), pois estas são relações com o contexto, com a inserção, e nem sempre uma lógica formal de delimitação de territórios dá conta disso. O que queremos propor é que as práticas territoriais nem sempre estão confinadas na área demarcada e reconhecida como território, mas sim, podem transpassar, não configurando uma expressão em mancha, mas também em linhas, rotas, percursos e pontos de referência. Esquematizamos nossa proposição teórica a seguir na figura 3.

Figura 3. Perspectivas entre território e territorialidade.



Elaborado pelo autor, 2017.

Seguimos com essa lógica a partir da ideia de Rogério Haesbaert (2014) de que as territorialidades são concepções mais amplas que o território e apontamos para esse sentido de que a lógica formal tenta enquadrar como territorialidades para serem contidas no território. Observamos isso em comunidades periféricas, indígenas, quilombolas, ocupações, etc., e apontamos que essas comunidades não podem ser pensadas e simplificadas apenas em áreas determinadas, mas, sim, há a necessidade de respeitar sua constituição e inserção dentro do espaço.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. (ACSELRAD et al., 2015, p. 118)

Com isso, assinalamos a ideia de Henri Acselrad *et al* (2015) segundo a qual a territorialidade é também um fator de identificação sobre uma base física comum. Sendo assim, apontamos também sua importância para que os grupos sociais possam reconhecer a sua inserção no espaço, o que é muito relevante para entendermos constituições como territórios. A essa noção, somamos a ideia de Bonnemaïson (2002) de que as territorialidades aportam o que é fixo e o que é móvel, assim pensamos as relações que os grupos mantêm com diferentes pontos do espaço, e não apenas dentro do território delimitado e fixo. Dessa forma, podemos compreender as territorialidades como itinerários, trajetos e caminhos, lembrando que o território se

constitui não apenas de uma continuidade espacial, mas também de descontinuidade, ou fragmentos espaciais.

A partir destas interações é que o espaço se torna marcado por símbolos, e com isso a criação de identidades territoriais – conforme Bonnemaïson (1997), Claval (1999), Di Méo & Buléon (2007) e Haesbaert (2004) – se faz presente em forma de apropriação de espaço, de um determinado lugar, por um determinado grupo. Estas criações de identidades territoriais são entendidas também a partir das proposições de Álvaro Heidrich (2006 e 2017), que nos demonstra, a partir da ideia de vínculos territoriais, que é através das práticas sociais que se produz território e se constitui uma territorialidade.

Incorporamos a este entendimento de aglomeração urbana o de que a parte estrutural da cidade é também algo em construção, modificação e não algo estanque. Logo, os símbolos e as práticas de apropriação espacial em territórios estão sempre sendo constituídos, pensados e engendrados. Portanto, dar voz aos atores desta comunidade e analisar os seus discursos irá nos permitir ter um entendimento a respeito de como estes processos se desenvolvem e são percebidos a partir de territórios periféricos da cidade, bem como dentro daquele próprio território. Devemos, então, pensar a questão da territorialidade como as diferentes formas de apropriação do espaço urbano, porque são diferentes os atores sociais e suas práticas. Robert Sack (2011) também propõe que:

Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo. (SACK, 2011, p. 63)

Ao trabalhar com o espaço urbano, as territorialidades em acumulações de tempo e espaço tornam-se ainda mais dinâmicas, por isso entendemos que as territorialidades podem estar sobrepostas e, ainda, em construção, podendo existir ou não conflitos de uso territorial – estes entendimentos vistos na escala de cidade, bem como na escala do território em destaque. A articulação teórica, então, é entender como as ações se diferenciam a partir do lugar que acontecem, e ao partir disso demonstrar as características singulares que os territórios adquirem e demonstrar suas condicionantes para que as práticas espaciais e de reprodução social se manifestem ali.

1.3 Agentes/atores produtores do espaço

Adotamos que o espaço é produzido. Sendo assim, o que chamamos de espaço urbano também é produzido e é intencional, sendo realizáveis diferentes formas de incorporação e produção do mesmo. Roberto Lobato Corrêa (1989) classificou estas formas como agentes promotores, sendo estes: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. O próprio autor posteriormente realiza uma espécie de atualização destas categoriais:

Reflexo, meio e condição social, o espaço urbano é constituído por meio de processos e práticas espaciais postos em ação por diversos agentes sociais, as grandes empresas do capital industrial-financeiro, os proprietários de terras, os promotores imobiliários, o Estado, os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais organizados. (CORRÊA, 2011. p. 24).

Entendemos que é no espaço urbano que estão condensadas e entrelaçadas as ações destes agentes sociais. Em nosso entendimento, notamos que estes agentes atuam com maior ou menor grau de intervenção. Nesta pesquisa vamos dar destaque para os grupos sociais dos excluídos, associando também os movimentos sociais organizados em resistência, as práticas do Estado, os proprietários de terras e os promotores imobiliários. Este panorama é importante para a compreensão do nosso estudo de caso, não iremos nos deter em explicar a atuação de cada um deles, mas sim, a partir das objetivações e influências que estes exercem sobre o território em estudo.

As questões de diferenciações da produção do espaço urbano nas cidades estão associadas com as fragmentações em territórios dentro do próprio espaço urbano. Para esse entendimento consideramos a abordagem do conceito de espaço social de Pierre Bourdieu (1989), em que a manifestação destas desigualdades em acesso ao bem-estar e as disputas entre atores por direitos a estes recursos estão materializados no espaço urbano, bem como as diferenças de acessibilidade, estilos de vida e amenidades. Em outro aporte, Pierre Bourdieu (2013) aponta para o entendimento de que o espaço físico está definido pela exterioridade e o espaço social é definido pela distinção das posições que o constituem.

Pensamos que o lugar e o local ocupados por um ator/agente no espaço físico consiste em indicadores de sua posição no espaço social. É dizer, um está impresso no outro. Mas devemos ter o cuidado, o espaço social não é o espaço físico, mas o

espaço social encontra-se realizado na distribuição do espaço físico. Assim, visamos interpretar a resistência da comunidade ao processo de remoção como defesa do território, pois não se trata apenas de uma mudança de sítio, mas tem a ver com a posição (relativa) no espaço social (urbano). Além de tudo isso, somam-se as apropriações de estilo de vida e a dependência espacial da comunidade para sua reprodução social e econômica, a partir do entorno.

Pensado em um primeiro momento para realizar estas construções para o espaço urbano, justifica-se, então, a escolha deste elemento assim como para David Harvey (2013), que afirma que as cidades sempre foram lugares de desenvolvimentos geográficos desiguais. É, então, no espaço urbano que estão condensadas as relações capitalistas, onde para ter acesso à moradia e à terra urbana utilizamos o entendimento de que:

[...] para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente nas proximidades da casa/terreno. (RODRIGUES, 1991. p. 14).

Além da terra urbana, a localização também é fundamental para o entendimento de acessibilidade ao solo urbano, por isso é também um fator de segregação socioespacial, pois com a elevação dos preços do mesmo nas posições de maior prestígio, em lugares com melhores serviços disponíveis, dificulta o acesso das camadas de baixa renda. Assim, devemos entender que cada lugar é único no seu sentido de posição no espaço urbano, possuindo um conjunto de vantagens e desvantagens.

Logo, podemos perceber como o espaço urbano é engendrado, pensado e constituído, podendo ser também objetivado a partir da ideia de Milton Santos (1996, p. 94) sobre as intencionalidades. Como o autor afirma: “Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território”. Pensando assim, o sentido dos objetos e das ações são pensados e moldados ao território, ou seja, são intencionais. Esta articulação permite a compreensão de que a produção do espaço urbano é condicionada e segmentada a determinadas práticas territoriais. Também levando em consideração os diferentes níveis de poder dos agentes produtores deste espaço, estas distintas escalas de poder se manifestam não só no acesso, mas também nas formas que legitimam através de discursos a utilização do território.

No caso da Vila Dique, os tensionamentos em seu território estão postos através da promoção do Estado, a partir dos processos de remoção e reassentamento desde o ano de 2009, que se justificaram pelas obras de ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴ e impulsionadas pela Copa do Mundo de Futebol de 2014, dentro do papel de dotar o território de uma melhor infraestrutura. Mas este tipo de promoção se opõe a da comunidade da Vila Dique, onde, na constituição desta comunidade e na incorporação da área ao espaço urbano, o tipo de promoção dos grupos sociais excluídos, por falta de acesso à cidade e à moradia digna, ocupou e se estabeleceu naquela área como forma de garantir sua sobrevivência no meio urbano, já que não possuía capital para adquirir terra urbana através do mercado formal de terras.

1.4 Aproximação com teorias de Linguagem

Constituindo uma aproximação das dinâmicas espaciais com as teorias de linguagem, buscamos encontrar e diferenciar estas vozes que enunciam um mesmo objeto, no caso, um mesmo território, mas que o representam de maneiras distintas. Podemos chamar este fenômeno de diferenças discursivas dos atores, visto que, para Di Méo & Buleón (2007), o ator é o agente com intencionalidade. Adotando que os territórios são constituídos por múltiplas vozes e sujeitos, para cada ator existirá uma forma de enunciar o território, a partir de sua intencionalidade, e em contraponto a essas enunciações existirá também um discurso dito oficial, ou hegemônico, um discurso midiático/estatal que buscará legitimidade a partir de sua repetição. Este discurso oficial também será um formador de opinião pública sobre o mesmo lugar, o que pode convergir ou não com a versão dos atores locais, gerando um tensionamento destas vozes em torno da legitimação/negação das práticas e usos daquele território. Bakhtin traz algumas considerações a respeito do enunciado:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas (BAKHTIN, 2014, p. 290).

⁴ Programa de Aceleração do Crescimento – Ampliação de Pista de Pouso e Decolagem Aeroporto Salgado Filho. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/obra/1337>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

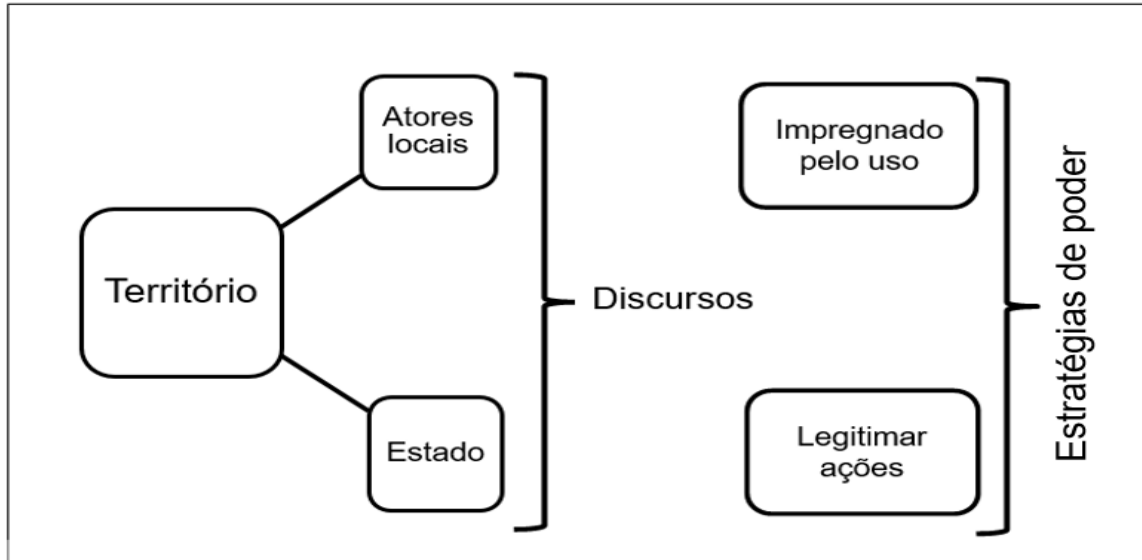
O modo de se levar a vida está expresso na forma e também no estilo em que os atores se manifestam no lugar, assim, marcam-se e diferenciam-se; ainda, é possível que eles se diferenciem a partir de enunciados e discursos das práticas realizados para fora daquele lugar, funcionando como uma forma de distinção entre lugares. Estes enunciados e discursos não apenas marcam as diferenças entre as práticas dos atores e grupos, mas também as caracterizam e assim também grafam as diferenças geográficas dos lugares em relação às associações das práticas vinculadas aos discursos. É dizer, os discursos e os enunciados condicionam determinadas formas e práticas que se dão no lugar e influenciam nas práticas que podem, neste lugar, se desenvolver. Voloshinov (2005) explicita essa questão em relação ao enunciado:

A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extra verbal da vida, e, uma vez separados deste contexto, perdem toda a sua significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados. (VOLOSHINOV, s/d, apud BRAIT e MELO, n.p., 2005).

Os enunciados nos levam a uma caracterização dos lugares e a uma ideia de que por meio dos discursos, podemos observar uma unidade de comunicação, que estará condicionando as relações de afetividade ou repulsão do lugar, mesmo que sem as práticas vividas. Isso nos aproxima da proposição de Tuan (1980) com os conceitos de topofilia e topofobia. Nesta investigação vamos utilizar as conversas com os moradores para caracterizar o que e como se fala do lugar em que se vive, podendo assim contrastar o que é passado pelo discurso hegemônico. Estas falas dos moradores são importantes para registro dos discursos impregnados pela prática e pela vivência do território pelos moradores.

As diferenças nos discursos e enunciados se justificam, como foi proposto por Bakhtin (1992), pois possuem linguagem de um ponto de vista histórico, cultural e social. Ainda dentro dessas proposições, tomamos a ideia de que uma mesma frase pode ter sentidos diferentes, pois as formas semânticas da linguagem são variáveis, assim como o contexto também se modifica. É com estas proposições que apresentamos os enunciados, ou seja, as unidades de comunicação que os moradores da Vila Dique associam à representação de seu território.

Figura 4. Tensionamento de discursos a partir do território.



Elaborado pelo autor, 2017.

Mas se o espaço é uma categoria anterior, como os territórios se diferenciam? Nossa proposição com esta investigação é de pensar que a partir de enunciados o território é adjetivado, ganha uma significação e uma conotação. Aqui compartilhamos a proposição de Ana Clara Torres Ribeiro (2014), de que apontar os sistemas de ações, sem realizar uma análise sobre estes discursos, não é entender as ações, mas sim as atividades que se desenvolvem.

Podemos pensar que o território e seu enunciado promovem a noção prévia de sua função, controle, prática ou pertencimento. Mas esta situação de enunciação sobre os territórios pode estar em tensão quando diferentes atores disputarem o controle das práticas com uma mesma objetivação ou intencionalidade, queremos dizer com isso, quando houver uma disputa por um mesmo território. Os atores que interagem com este território são formadores e portadores de discursos, e estes são reflexos das inter-relações sociais manifestadas naquele território.

Desse modo, partindo do sujeito enunciador, os discursos enunciam modos de se viver particulares dentro de um território, mas também são parte da estratégia desenvolvida para a apropriação daquele espaço em território, distinguindo os seus praticantes e os associando a esta porção de espaço determinada. Sendo assim, somamos a compreensão de Stuart Hall (2016), que apresenta a concepção de que compreender os discursos é entender a capacidade e a consequência política das representações, assim como o autor explicita:

[...] conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados. (HALL, 2016, p. 27).

Portanto, a partir do ponto de vista de Stuart Hall (2016), se pode afirmar que os discursos são formas de poder e, também, possuem a capacidade de associar ou construir identidades; mas mais que isso, possuem a capacidade de definir, ou ainda, rotular determinados objetos. Em relação a esta pesquisa, queremos mostrar como os discursos possuem a capacidade de influenciar a forma de ver um território, sem antes o experimentar e conhecer a sua formação como porção diferenciada do espaço.

1.5 Representações, Linguagem e Território.

Como aproximar, então, as teorias de linguagem, das representações e do território? Esta tarefa parece ser oportuna visto que entendemos o território como uma porção do espaço apropriada por um grupo/agente/ator que, a partir das suas práticas (ações) e das relações de poder que ali desenvolvem, apropriam-se, dominam e dão a noção de limite, ou ainda, de grafia para esta porção de espaço em um território definido.

A partir dessas relações, o território também é representação, assim, para falar deste território é necessária a comunicação, acreditamos que é aqui que tais categorias estão imbricadas. Stuart Hall (2016) aponta que representar envolve o uso da linguagem, de signos e de imagens que significam ou representam objetos.

Linguagem e representação são elementos tão fundamentais no estudo da cultura. Pertencer a uma cultura é pertencer, grosso modo, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens e como a linguagem pode ser interpretada para se referir ao mundo ou para servir de referência a ele. (HALL, 2016, p. 43)

Neste sentido, podemos apontar que deter o controle, ou ainda, o poder de representar determinado território é também uma forma de dominação sobre o mesmo, podendo criar símbolos, signos e imagens que representam este território para legitimar determinadas ações. Essas representações implicam em dependências e poderes ocultos, como apontou Henri Lefebvre (2006). Vale ressaltar também que a representação do espaço está associada à capacidade de produzir o espaço,

lembrando da tríade: representação do espaço, espaço de representação e espaço vivido. Nesses poderes ocultos, cheios de intencionalidades, está a dominação desejada daquele espaço, não representando aquilo que se vive cotidianamente, como destaca Serpa:

Lugares que, nesse processo, são passíveis de representação, representações que, muitas vezes, nada ou pouco têm que ver com as imagens e os discursos veiculados pelos meios de comunicação de massa ou pelas estratégias do *city marketing* ou, ainda, pelos órgãos de planejamento e gestão urbanos. (SERPA, 2011, p. 158).

Por mais que Angelo Serpa (2011) estivesse dando evidencia para o conceito de lugar, este se aproxima muito ao raciocínio que estamos construindo para a territorialização do lugar, por meio das representações do território. Ou seja, quando nos propomos a analisar este território e incluir os discursos como elementos de análise, é para justamente observar que estas representações a partir da mídia, do poder público etc., têm pouca relação com as representações e as práticas do território por aqueles que os vivenciam. Ainda, a abordagem de Serpa justifica também a importância de contrastar os discursos e, assim, as representações, pois podemos enfatizar que as representações que possuem maior poder de penetração pela mídia são utilizadas como instrumento de legitimação e dominação sobre as ações naquele território.

Se o território não está constituído apenas de fixidez, mas requer constante movimento por um exercício de poder e de relações sociais entre os atores/grupos/agentes com esta porção de espaço apropriada, requer também constantes formas de representar e comunicar (enunciar) este território, tanto para quem o congrega, como para quem o vê de fora. A representação é a produção de sentido pela linguagem, sendo assim, a produção de signos sobre um território é determinante para como os sentidos são construídos e como a representação é realizada. Isto é, a partir das representações, este território será visto por aqueles que também nunca o vivenciaram, mas são comunicados a respeito de como este se constituiu, a partir de uma representação.

É neste sentido que apontamos a importância de incluir nos estudos sobre territórios a análise dos discursos sobre o território a ser estudado. Isso justifica-se também por essa construção da representação do mesmo para fora de seu cotidiano, criando uma representação sobre ele. Nos aproximamos da concepção de Paulo Cesar da Costa Gomes (2013), de que existem lugares de visibilidade, onde

entendemos então que esta visibilidade pode dar ideia de discurso único, de demonstrar um território com determinadas características a partir de discursos que podem deslegitimar os atores locais, bem como legitimar ações e intervenções naquele território falado.

[...] há lugares que têm vocação para ser lugares de exposição, ou são instituídos como lugares de visibilidade. Há uma geografia própria ao fenômeno da visibilidade na maneira como socialmente escolhemos lugares para mostrar ou esconder coisas, valores e comportamentos, na maneira como são mostrados e nas circunstâncias dessa exposição. (GOMES, 2013, p. 40).

Essa visibilidade ou a falta dela esconde e coloca em evidência aquilo sobre o que as intencionalidades, ou ainda, possuem um maior interesse. No caso deste estudo, estaremos tratando de como o poder público se vale dos veículos midiáticos para justificar as ações de remoção dos moradores da Vila Dique, colocando em evidência as problemáticas associadas em viver nesse território. Ainda, o contraponto que fazemos neste trabalho, é justamente dar visibilidade ao que está sendo escondido, os invisíveis discursos locais, ou ainda, registrar e explicitar as formas de viver e de se apropriar desse espaço em um território que possui lógicas e práticas que estão moldadas a este território.

Capítulo 2 – Aspectos Metodológicos

2. Percurso Metodológico

Esta pesquisa se constituiu em três fases: estudos de aprofundamento teórico e metodológico; atividades práticas-empíricas e; por último, a sistematização e a análise do corpus de pesquisa construído. A separação em diferentes fases da pesquisa não quer dizer necessariamente que o percurso metodológico seguiu uma ordem cronológica dos acontecimentos, mas facilita o entendimento de como estruturamos e realizamos estes procedimentos para fins de cumprir os objetivos de pesquisa e também de disponibilizar um trajeto que pode ser percorrido em demais investigações. Podemos afirmar que nossa pesquisa é do tipo qualitativa; desse modo, a partir de Heidrich, tomamos por base o entendimento de que:

Por pesquisa ou metodologia qualitativa, pode-se compreender a prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo. O universo de metodologias e abordagens teóricas é bastante amplo e muitas variações nele encontradas são alcançadas em disciplinas específicas que as adequam a seu escopo, embora tendam a difundir-se para outras áreas. Como é inerente a qualquer prática de metodologia, ela requer adaptação ao foco da pesquisa. (HEIDRICH, 2016, p. 22).

A presente pesquisa foi pensada e planejada antes de sua execução, mas também apresenta alguns procedimentos e técnicas que foram pensadas durante o próprio desenrolar do estudo. Por exemplo, em nosso planejamento iríamos adotar as entrevistas do tipo narrativa. No entanto, por motivos de organização da própria comunidade, que tensionada a partir de pressões do poder público, com mudanças em lideranças comunitárias e novas remoções realizadas. Ainda, com o pesquisador ciente destas movimentações e incertezas geradas, optou-se por não ser realizada a entrevista.

Ao mesmo tempo, já com praticamente um ano do desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador passou a integrar o Plano Popular de Habitação da Vila Dique. A partir disso, queremos demonstrar que com o desenrolar da pesquisa a prática metodológica teve de que ser adaptada não só ao foco desta, mas também às condições da comunidade estudada, respeitando suas próprias dinâmicas.

Este capítulo trata de mostrar não só os procedimentos adotados pelo pesquisador, mas também alguns relatos e notas de pesquisa, dificuldades e soluções

encontradas para superar etapas de investigação. É importante também lembrar aqui que estas etapas não necessariamente cumpriram uma ordem cronológica bem determinada, pois também tivemos que respeitar as dinâmicas da comunidade em estudo, sua organização e resolução de conflitos internos. Portanto, esta pesquisa não deve ser lida e pensada em aplicação direta em outras investigações, mas sim, a partir de uma leitura atenta a estas especificidades, modificações, obstáculos e soluções metodológicas empregadas.

2.1 Revisão de Literatura

Esta etapa se consistiu na realização de leituras para uma consolidação da fundamentação teórica e metodológica do projeto. Nesta fase também foi realizado o levantamento de trabalhos com uma mesma abordagem teórica-metodológica, bem como na mesma área de estudo, para servir como ponto de partida da investigação. Segundo CRESWELL (2010), a revisão de literatura cumpre vários propósitos, mas o principal é de que compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão relacionados com o que se está lendo.

No sentido de aprofundamento teórico, o desenvolvimento desta proposta está em diálogo com o campo da Geografia Social, bem como das teorias de linguagem, dando destaque para os estudos sobre a Análise de Discurso e a Análise de Conteúdo, ambas abordando o conteúdo do texto. As aproximações teóricas que discorreremos neste texto também têm muito a ver com esta construção e seleção de leituras, sendo estas orientadas por diferentes momentos do pesquisador, o que inclui a atuação no grupo de pesquisa Vínculos Territoriais e também sua vivência acadêmica de intercâmbio, ainda como aluno de graduação, na *Universidad Nacional de Luján*.

Dentro destas seleções, destacamos a utilização de livros, textos, discussões em grupos de pesquisa e articulação em redes com colaboradores de diferentes atuações, acadêmicas e de atuação política na sociedade civil. Estas literaturas consultadas são importantes para tanto contribuir em nossa leitura teórica sobre o tema, quanto para entendimentos e consulta de informações sobre a comunidade pesquisada.

2.2 Compilação de Mídias

Além dos textos acadêmicos propriamente ditos, consideramos os textos midiáticos como outra importante fonte de informação para este projeto, pois evidenciam o que está em circulação na sociedade em diferentes momentos. Para esta pesquisa, escolhemos dois jornais de ampla circulação no Estado do Rio Grande do Sul, os jornais Zero-Hora e o jornal Correio do Povo. Os mesmos foram escolhidos pois possuem edições em seis dias da semana, e além disso, disponibilizam em suas páginas virtuais as notícias que também são publicadas na versão impressa.

Estes dados midiáticos foram selecionados e coletados com uma delimitação temporal desde o ano de 2008 até o final de 2018, a escolha deste recorte temporal se dá porque é a partir de 2009 que as remoções na Vila Dique se iniciam com maior veemência. Outros dados que fujam deste recorte temporal poderão vir a ser utilizados para fins de caracterização, pois entendemos que o discurso não está apenas contido nos textos, mas podem estar ocultos nas imagens selecionadas para apoio dos textos. Para adquirir dados e informações que registram o lugar utilizaremos técnicas de compilação de mídias, aplicadas às publicações sobre as remoções das famílias da Vila Dique, bem como sobre a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Apontamos a importância deste levantamento para quando na etapa final tivermos de contrastar, a partir de uma proposição teórica, o comparativo dos discursos midiáticos e dos discursos da comunidade estudada, ou seja, os dados midiáticos serão a base para caracterizar o discurso do que é hegemônico. Na realização deste levantamento, utilizamos as técnicas para fichamento de notícias, onde buscamos auxílio em duas ferramentas: o sistema de *Alertas do Google* e também o programa *Nvivo 10* (disponível na rede da universidade).

2.2.1 Fichamento de notícias

O fichamento de notícias consiste em separar e identificar a notícia selecionada, ver a temática que se apresenta, organizar a fonte, data, meio de divulgação. Neste momento não existe uma análise da notícia, mas sim uma avaliação que observa se a notícia possui relação e campo discursivo que aponta para a Vila Dique. Esta etapa de levantamento das notícias foi bastante importante para ajudar a

criar caminhos para a análise do discurso, sendo um inventário que organiza as principais informações do que é mais propagado na mídia.

2.2.2 Google Alertas

O sistema de *Alertas do Google* é uma ferramenta do sistema de pesquisas Google e funciona a partir da vinculação de frases ou palavras de interesse, as quais, a cada vez que são publicadas, possibilitam a geração de uma notificação por *e-mail*, contendo os endereços digitais das publicações. Nesta ferramenta incluiremos os termos de pesquisa que indicam pontos de interesse: “Vila Dique”; “Ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho”; “Obras da Copa do Mundo” e “PAC”. Após a especificação dos termos de pesquisa precisamos optar sobre quais as fontes de informações desejamos ser notificados, para esta pesquisa apontaremos: Notícias; Blogs; Vídeos e Discussões. Após escolhermos as fontes de informações e as palavras de interesse, podemos também indicar questões quantitativas, como a frequência em que somos avisados sobre novas publicações, se isso ocorre a cada vez que os termos forem publicados, ou uma vez por dia, ou ainda uma vez por semana.

Acreditamos que a partir da utilização deste sistema de buscas conseguiremos adquirir informações nos mais diferentes âmbitos, isto é, as informações que gostaríamos de registrar no início de pesquisa, as reportagens de mídias tradicionais, incluir também o acesso aos blogs e debates de pessoas interessadas nesta discussão, informações de divulgação das empreiteiras e debates da sociedade civil. Também destacamos que utilizamos buscas de informações referentes a nossa área de estudo a partir dos sites de dois jornais de grande circulação em Porto Alegre: Zero-Hora e Correio do Povo, sendo assim, incluímos a pesquisa em seus repositórios digitais para resgatar as notícias de anos anteriores.

2.2.3 Nvivo 10

Todas essas informações adquiridas precisaram ser classificadas e organizadas; para isso, utilizamos outra ferramenta computacional: o software *Nvivo 10*, que está disponível na rede da universidade e é uma ferramenta que auxilia na pesquisa qualitativa. A partir dessa ferramenta é possível visualizar e interligar os

dados de fichamento de notícias, os quais são obtidos através do *Google Alerts* e das fontes dos jornais; a partir disso, foi possível realizar uma contagem da frequência das palavras que mais foram utilizadas. Com este software também podemos definir a quantidade dos termos mais frequentes, analisar quais termos se associam à palavra pesquisada, bem como identificar quais as linhas de prosseguimento textual.

2.2.4 Construção de Banco de Dados

O fichamento de notícias nos fornece um primeiro banco de dados, um refinamento para notícias de nosso interesse, com os termos de pesquisa propostos. Mas as notícias divulgadas em meio digital não contam apenas com textos, também contam outros tipos de discursos, tais como fotografias, vídeos, infográficos etc.

Por isso, também utilizamos o software *Nvivo 10* para a construção de um banco de dados que consiga armazenar todas essas informações, estas outras categorias de informações, que não são textos escritos, mas sim textos *latu sensu*. Por uma opção metodológica, essas informações não serão utilizadas para uma análise de discurso em si, mas como instrumentos complementares que servem também para caracterizar e expressar outras informações sobre nossa área de estudo, sendo contextualizadas no conjunto da análise.

2.3 Observações de Campo

Após a consolidação de conceitos e primeiras percepções discursivas do lugar, serão realizadas as incursões de campo. Isto permite a observação direta pelo pesquisador e o convívio com a rotina na escala do lugar. Nestes trabalhos de campo o pesquisador terá a oportunidade de imersão em seu objeto de pesquisa, podendo ser realizados o registro fotográfico e os diálogos na forma de conversas com os moradores da comunidade. Adotaremos essa estratégia mencionada para registrarmos as vivências da comunidade, porque assim não estaremos influenciando o interlocutor com a elaboração de perguntas e, desse modo, poderemos obter respostas mais gerais sobre os tipos de relações que cada ator possui com o território vivido. Também será solicitada a permissão para o acompanhamento do pesquisador nas reuniões da associação de moradores, com a finalidade de registrar a forma de organização territorial.

2.3.1 Observações diretas

O pesquisador circula pela comunidade da Vila Dique em diferentes momentos de seu cotidiano. A ideia foi a de registrar e conhecer as diferentes dinâmicas da comunidade. Sendo assim, foram realizadas observações em turnos diferentes, bem como em dias de semana variados, com intuito de observar dinâmicas que são do cotidiano, por exemplo, a hora de retorno do trabalho, a hora da volta do colégio, os dias de funcionamento da Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA), os dias de eventos etc.

Essas observações são realizadas pelo pesquisador tentando não interferir nas relações espontâneas que se dão neste espaço social. Nesse sentido, aqui o pesquisador também possui maior liberdade na circulação pela comunidade, e o que oportunizou descobertas de minúcias do espaço vivido, além de inúmeras conversas com os próprios moradores.

2.3.2 Participação em Reuniões da Associação de Moradores

A partir dessa inserção na comunidade, também em contato com os moradores e com a Associação de Moradores da Vila Dique, o pesquisador solicitou o acompanhamento das reuniões da associação. Em um primeiro momento existiu um estranhamento dos moradores perante a um não morador, mas passado o estranhamento inicial o pesquisador conseguiu estar inserido nas dinâmicas discutidas nas reuniões semanais ou quinzenais. Essa participação foi importante para que o pesquisador pudesse entender as estratégias e as demandas que os moradores articulam entre si, as quais identificamos nas análises dos discursos.

2.3.3 Participação em debates públicos sobre a Vila Dique

O pesquisador se coloca disponível para gerar informações técnicas sobre a comunidade, sendo assim convidado para participar em debates que tratam sobre questões que envolvem a Vila Dique. Duas intervenções já foram solicitadas pela associação de moradores, uma na Defensoria Pública Estadual e outra em evento promovido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A importância dessas intervenções para a pesquisa se dá devido à oportunidade de presenciar e participar dos discursos proferidos pelos próprios moradores, quando

fora do seu território e também com um discurso proferido para fora da comunidade, marcando uma mudança de interlocução. Neste ponto, pretendemos registrar possíveis mudanças de tons, estratégias e posicionamentos.

2.3.4 Intervenções do Plano Popular de Habitação da Vila Dique

O pesquisador está inserido dentro da articulação entre a comunidade, movimentos sociais e universidade, com a criação de um Plano Popular de Habitação para a Vila Dique. Este plano mune a comunidade de instrumentos técnicos e jurídicos para elaborar um projeto de reurbanização, ou ainda, de readequação da Vila Dique a partir da elaboração de estudos e projetos. A diferença deste tipo de planejamento está na tomada de decisão conjunta com os moradores. Alguns outros instrumentos e experiências dão suporte para as ações deste Plano Popular, muito inspirado no Plano Popular da Vila Autódromo no Rio de Janeiro⁵.

A ideia inicial foi marcar uma área destinada à principal reivindicação da comunidade, o Posto de Saúde. Em um segundo momento, como o Posto de Saúde ainda está em fase de captação de projetos e devido à importância da inserção destes objetos no espaço – objetos que marcam a utilização do espaço como forma de contraposição ao discurso que é dominante –, inicia-se a construção de uma praça, nesta área, para ser ocupada pelas crianças da comunidade e também para servir como ponto de encontro dos moradores. A importância destas intervenções para a pesquisa está na inserção e acompanhamento de atividades que desafiam o discurso hegemônico a partir de ações pontuais e intervenções na comunidade.

2.3.5 Registros Fotográficos

Uma forma de registrar visualmente o território observado é a partir de registros fotográficos. Por se tratar de uma comunidade em risco de remoção e também em situação de vulnerabilidade social, são necessários alguns cuidados antes de sair fotografando. É importante o pesquisador não tratar como exótica a situação de

⁵ Plano Popular da Vila Autódromo (RJ) foi idealizado pelos moradores da comunidade e contou com a participação do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPC), que faz parte do Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, além da contribuição da Universidade Federal Fluminense (UFF). Projeto disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilautodromo.pdf>> Acesso em: 26 fev. 2018.

vulnerabilidade, e pedir permissão antes de registrar os diferentes aspectos, como construções, infraestrutura, etc. Outra importante estratégia está em não identificar as pessoas, sendo assim evitável o registro de pessoas em primeiro plano ou que possam ser reconhecidas nas fotografias. Estes cuidados são importantes para não expor os moradores frente a questões que podem ir desde enfrentamentos com o poder público a situações conflituosas entre os próprios moradores.

Outros registros dos quais pudemos consultar foram fotografias antigas da Vila Dique, pedindo esse material para os moradores, quando os mesmos as possuíam. Dessa forma, demos a legitimidade para o tempo de ocupação deste território, registrando as diferentes formas de apropriação e de modificação pelas quais esse território foi passando no decorrer dos anos.

Para a pesquisa, a importância desses registros está na caracterização da comunidade, que inclui desde acompanhar a mudança na forma de ocupação, até registrar a situação atual da Vila Dique. Sendo assim, a pesquisa também servirá como base documental a respeito do modo de se viver dessa comunidade, e os registros fotográficos poderão ser associados aos discursos

2.3.6 Diário de Campo

O diário de campo é o instrumento utilizado pelo pesquisador para registrar as situações vivenciadas em campo. As anotações do pesquisador ora serão feitas no momento em que os fatos vividos ocorrerem, ora serão realizadas após a situação vivenciada. Esse modo de registro busca não interferir no cotidiano e espontaneidade, pois a anotação de uma ação, se feita no momento presente, poderá influenciar seu desfecho.

O diário de campo serviu para registrar cronologicamente as incursões que foram realizadas pelo pesquisador na comunidade ou em situações que envolvam o debate sobre a Vila Dique, servindo assim também para um documento de registro das atividades desenvolvidas. O material que adotamos foi uma caderneta de campo, de tamanho reduzido, pois acreditamos que o simples fato de realizar anotações pontuais, já é um motivo de estranhamento e cuidado para aqueles que vivem na comunidade em risco de remoção.

2.4 Utilização de Sistemas de Informações Geográficas

Técnicas de sistemas de informações geográficas foram utilizadas para a geração e a organização de informações na forma de cartografias, para isso utilizamos os programas ArcGis 10.2 (disponível na rede da universidade) e QGis 3.0 (livre e gratuito). Este tipo de organização permite que possamos ver em cartografia algumas das relações observadas no lugar e gerar mapas síntese de diversas categorias analisadas, além de realizar a sobreposição de dados individuais e coletivos a fim de gerar mapas das informações adquiridas.

Podemos associar fotografias do trabalho de campo à posição espacial, a partir de um ponto de GPS. Assim, temos a possibilidade de caracterizar e localizar particularidades da área de estudo, o que permite um resultado visual de qualidade para a exposição e registro dos dados de pesquisa, bem como a geração de produtos cartográficos para a própria comunidade.

2.4.1 Elaboração de Cartografia de Referência

Um dos instrumentos de dominação deste produto do espaço, o território, consiste na produção e difusão de cartografias, fornecendo então um instrumento de controle e enunciando a porção de espaço que é controlada, ou ainda, que se pretende controlar. Estas representações a partir de linhas, pontos e polígonos dão a ideia de delimitação e fixidez ao território. A cartografia é então um instrumento de controle e de poder do território, e o que nela está representada e em evidência demonstra também as intencionalidades de quem a concebe, escolhendo aqueles elementos a serem demonstrados, e sobretudo dando a noção de estabilidade ao controle territorial, grafando e denominando estas porções de espaço como utilizadas para determinadas funções.

Assim, a cartografia é o espaço representado, ou seja, é uma imagem do espaço, deste território visto/vivido. Uma cartografia pode ser, então, um instrumento para legitimar ou refutar estas ações, ou ainda, este território, sendo a sua produção e posse um importante referencial de reivindicação territorial dentro de estratégias individuais e coletivas. Pois, ao pensarmos as relações de poder, obter informações ou organizarmos estratégias de controle sobre aquilo que é distribuído, alocado e/ou dominado no espaço, são elementos fundamentais para sustentação da prática territorial. Apontamos, a partir desse argumento, a importância de se registrar e

encontrar formas de cartografar as relações do espaço social constituinte da Vila Dique, a fim de grafar as diferentes formas de uso, apropriação e dominação daquele espaço (território) pelos moradores, em contraposição às cartografias geradas pelo poder público.

2.4.2 Elaboração de Cartografias Temporais

Ainda destacamos a utilização do software *Google Earth*, o qual permitiu a extração de imagens de satélite dos anos de 2002, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Estas imagens, quando interpretadas, serão uma importante ferramenta para o acompanhamento das transformações transcorridas na área. A partir destas imagens, utilizando de técnicas de fotointerpretação e geoprocessamento, poderemos construir mapas evolutivos da modificação não só da comunidade da Vila Dique, mas também de seu entorno, e também assim associar a mudança nas diretrizes urbanísticas e nos empreendimentos imobiliários que foram implementados nesta zona da cidade.

2.5 Análise de Dados

Este é o momento em que o pesquisador utiliza todos os dados levantados na pesquisa. A partir do levantamento de dados que foi realizada durante a pesquisa, obtemos os registros midiáticos e o registro das conversas com os moradores, com estes dois dados, realizamos a análise de conteúdo e discurso para contraste com relação àquilo que se enuncia do território. A partir das cartografias, poderemos ter ideia de como se caracteriza o território e quais modificações foram ocorrendo ao longo dos anos.

É com a análise dos dados compilados e produzidos pela pesquisa que obtemos os avanços teóricos e metodológicos para fins de realizar esta aproximação entre as relações territoriais e o campo discursivo, o qual discorreremos nesta investigação.

2.5.1 Utilização de softwares para análise de conteúdo

Também é na etapa de análise de dados que voltamos à utilização do software Nvivo 10, o que permite classificar, organizar e relacionar palavras de interesse. Com

o auxílio deste software, conseguimos pistas para a elaboração das análises discursivas da etapa de compilação de mídias; sendo assim, poderemos quantificar as palavras mais utilizadas, os sentidos e as intencionalidades do discurso midiático.

Nesta etapa também utilizamos as anotações das conversas com os moradores para realizar estas análises sobre os discursos e gerar gráficos, tabelas e linhas de prosseguimento textual enfatizando os contrapontos e explicitando as diferenças entre os discursos da comunidade e da mídia em geral.

2.5.2 Corpus de pesquisa

Informação	Tipo	Obtenção/levantamento
Fundamentação Teórica	Textos de revisão teórica	Leitura e apontamentos
Fundamentação Metodológica	Textos de aproximação metodológica	Leitura, apontamentos e experimentação
Compilação de Mídias	Notícias em portais	Fichamento de mídia pelo pesquisador
Relatos dos Moradores	Escuta, Anotações, Gravações.	Trabalho de Campo
Informações acerca da Ampliação do Aeroporto Salgado Filho	Textos/Documentos	Disponibilizado pela Prefeitura Municipal, ANAC e Governo Federal
Gráficos de análise de discurso	Gráficos/Esquemas	Gerados a partir de análises com software Nvivo 10
Registro Fotográfico	Fotos	Levantamento em trabalho de campo, fotos em mídias digitais, fotos trazidas pelos moradores
Mapas síntese	Cartografias	Elaborado pelo pesquisador, bases IBGE, Prefeitura Municipal, Google Earth, Interpretação de imagem de satélite.
Diário de Campo	Anotações manuais	Elaborado pelo pesquisador em trabalhos de campo

2.5.3 Sistematização e escrita

Diferentes informações são reunidas na pesquisa, a nossa intenção é a de analisar as diferenças dos discursos dos atores locais da comunidade da Vila Dique frente ao discurso hegemônico veiculado na mídia. Nossa estratégia de investigação é ligar teórico-metodologicamente as teorias do campo de análise territorial com as de teoria de linguagem, interligando então as questões relacionadas ao território/territorialidade com as questões discursivas/enunciativas.

Devemos, então, selecionar e organizar as informações que são realizadas na forma de levantamento de dados para munir a pesquisa de subsídios a fim de que avanços ocorram. Mas também é papel da investigação gerar documentos, como cartografias e registros fotográficos, para explicitar a forma com que a comunidade da Vila Dique é tratada perante o poder público. Esses documentos também são importantes para previamente afirmar que a Vila Dique já não ocupa a área necessária para a expansão da pista do aeroporto, e demonstrar como esta informação segue sendo transmitida através dos discursos hegemônicos.

Capítulo 3 – E a Vila Dique? Que Território é esse

Mas, a Vila Dique, que território é esse? Neste capítulo de nossa pesquisa, buscamos descrever e elencar características sobre essa comunidade que estudamos. Neste sentido, procuramos relacionar e elencar nesta seção as informações e estatísticas que foram compiladas durante nossa pesquisa, adquiridas junto a fontes de órgãos governamentais, bem como de trabalhos acadêmicos relacionados à Vila Dique. Também destacamos a utilização de dados de um levantamento realizado para municiar a elaboração de um diagnóstico sócio territorial no qual tivemos participação no ano de 2015.

Iniciamos dando a localização da Vila Dique no município de Porto Alegre, e depois disso trazemos um breve histórico da formação da comunidade. Após esta primeira narrativa, juntamos então os dados adquiridos, como forma de informar ao leitor da pesquisa, de quem estamos falando. Por se tratar de uma comunidade em processo de remoção há pelo menos 10 anos, os dados variam bastante conforme o momento em que foram coletados.

Nesse sentido, acreditamos ser importante dar ao menos três pontos de vista, os quais perpassam três escalas de análise distintas: a nacional, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; a municipal, com dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e a local, com dados do levantamento de diagnóstico da Vila Dique.

Quando somamos estes artifícios multiescalares, temos a noção de como a dominação e veiculação de informações sobre esta comunidade pode ser variada, sendo modelada e condicionada a uma interpretação conforme a fonte dos dados. Nesta parte da pesquisa, também pretendemos dar subsídios para pensarmos a apropriação do espaço e a criação do território da Vila Dique. É dizer, com a junção de documentos, informações, cartografias e fotografias sobre a Vila Dique, buscamos relacionar e demonstrar como essa porção do espaço foi sendo apropriada, transformada e adaptada pelos moradores e, por isso, como foi ganhando grafia e singularidades próprias, e, em nosso entendimento, transformada em um território. Mas isto aprofundaremos mais para o final, em nossa análise.

3.1 Vila Dique – Onde se localiza

É esperado em um trabalho de geografia que localizemos e que façamos a identificação espacial do objeto em que estamos trabalhando. Neste trabalho, também o fazemos, mas gostaríamos de ressaltar que iremos explorar além desta descrição locacional. Faremos brevemente nesta seção para situar o contexto de que estamos falando.

A Vila Dique está localizada na Avenida Dique, Zona Norte, entre os bairros Anchieta e Sarandi, no perímetro urbano do município de Porto Alegre. Dentro da divisão de Bairros do Município de Porto Alegre, situa-se na interseção entre os bairros Anchieta a Oeste e bairro Sarandi a leste.

O bairro Anchieta é caracterizado por ser um bairro industrial, de galpões e grandes empresas e possui pouquíssimo uso residencial, sendo o bairro menos populoso da cidade: segundo os dados do IBGE (2010), residem 147 habitantes em todo bairro. O bairro Sarandi é o segundo bairro mais populoso de Porto Alegre, e conta com uma população de 59.707 habitantes.

A comunidade, em termos de área, compõe um polígono (Mapa 1) com uma área⁶ total de 214.7552,438 m² (21,47 ha), constituindo um perímetro de 4,65 km. A Vila Dique possui registro de existência há pelo menos 40 anos, sendo que sua ocupação se iniciou a partir do eixo tangente a Av. Sertório, no sentido de Sul para Norte, passando paralelamente ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA), e chegando então até as margens da BR-290.

Aspecto marcante de seu sítio é que a mesma está assentada sobre um dique de proteção contra cheias, estando sob a cota mais alta nesta área. Por esta ocupação acompanhar a forma do dique, a Vila possui uma forma única se pensarmos em termos de periferias ou vilas da cidade. Possui a forma de eixo alongado e não de espalhamento em mancha. Na margem Oeste do dique passa o Arroio da Areia e em sua margem Leste um canal artificial de drenagem, limita-se a norte com a BR-209 e a Sul com a Avenida Severo Dullius.

⁶ Esta área está baseada na obtenção de um levantamento topográfico de campo no qual tivemos participação e também é a área que os moradores reivindicam no processo de usucapião coletivo. O processo pode ser consultado no TJ-RS pelo número: 001/1.17.0130710-4.

3.2 Um pouco da história

Para caracterizarmos brevemente a formação histórica desta região, elencamos alguns acontecimentos que dão a ideia cronológica do desenvolvimento, urbanização e ocupação desta área da cidade. Destacamos um elemento atrativo que se dá em 1940, quando se inaugura o Aeroporto Salgado Filho, sendo um importante equipamento centralizador do Estado do Rio Grande do Sul. Quase três décadas depois, a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA-RS) também é instalada nesta região da cidade, na década de 1970, sendo que no ano de 1973 foi transferida do bairro Menino Deus a antiga central de abastecimento para este novo equipamento. No contexto regional e nacional, estas décadas também estão marcadas por uma forte migração da população rural para a área urbana, e podemos pensar que estes equipamentos, além da localização em bairros vizinhos de estabelecimentos industriais, depósitos comerciais e de transportadoras, serviram também como polos atrativos em busca de trabalho e instalação de serviços em suas proximidades.

Uma importante memória da cidade de Porto Alegre são as enchentes do ano de 1941 e ainda outras na década de 1960. Como tiveram impacto significativo no município, inicia-se a busca de medidas para conter as cheias do Guaíba, a partir disso foi implementado um projeto de sistema de proteção de cheias, constituídos por diques, estações de bombeamento e condutos sob pressão⁷. É no contexto desse conjunto de obras que, no início da década de 1970, foi construído o Dique de contenção do Arroio da Areia, desde a Av. Sertório até a BR-290, prevenindo e bombeando águas da planície de inundação do Rio Gravataí, que tange ao Norte, e do Arroio da Areia, que acompanha a extensão do Dique. É este o dique que acabou dando origem à Vila Dique, constituída exatamente sobre o mesmo.

A partir deste Dique, criou-se uma via de acesso para adentrar esta região da cidade, passando da Avenida Sertório até a Avenida dos Estados e também Avenida Severo Dullius. Esta via de acesso também possibilitou e facilitou a

⁷ Informação disponível no Plano Municipal de Saneamento Básico – Porto Alegre, 2015.
<http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmae/usu_doc/01_pmsb_diagnostico_web.pdf
> Acesso em: 07 mar. 2019

entrada de moradores e a instalação de residências sobre o Dique, pois, afinal, era uma área elevada e que estava protegida contra as cheias. Também, pensando nas características da população que chegava à cidade de Porto Alegre na década de 1970, esta região da cidade ainda conservava características rurais, o que facilitou o assentamento desta população, predominantemente advinda do interior do estado.

O Dique deu tão certo como via de acesso, que foi incorporado pelo poder público e acabou virando diretriz urbanística de rua dentro do PDDUA da cidade de Porto Alegre. Com esta legitimação da via de acesso, ela passou a ser denominada Avenida Dique. Na década de 1990, deu-se a consolidação da Vila Dique, onde equipamentos comunitários foram instalados, como o clube de mães, a creche, a padaria e o galpão de reciclagem. Outro importante equipamento foi a escola comunitária, organizada em 1991 numa casa situada no número 500 desta mesma avenida. Foi no ano de 1996 que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre integrou a escola na rede municipal, e apenas em 2002 ganhou uma nova sede, onde se encontra até hoje, na Avenida Severo Dullius, número 165.

Figura 6. Escola da comunidade nos anos 1990



Fonte: Desconhecida. Disponível em:

<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/migrantes/>> Acesso em: 08 ago. 2019.

Outro fato que consideramos importante elencar nesta narrativa é o de que a ocupação teve seu início a partir da Avenida Sertório e com o passar do tempo se expande, chegando a atingir as margens da BR-290. Sendo assim, a ocupação inicia do Sul para o Norte, e como estamos falando de um Dique, a ocupação adquire esta forma de eixo de via, pois acompanha o dique.

A comunidade da Vila Dique vem enfrentando um processo de remoção desde o ano de 2005. Todavia, uma primeira ação desse tipo remonta ao ano de 1997, ainda antes da execução do novo terminal do Aeroporto Internacional Salgado Filho, momento em que, então, já se apontava para um projeto de ampliação da pista e conseqüente retirada dos moradores. Mas é a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 com a pretensão de realizar intervenções de planejamento e infraestrutura em diferentes esferas (BRASIL, 2007), que o projeto de ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho é retomado. A partir de editais específicos, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, juntamente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, inseriu o projeto de reurbanização das Vilas Dique e Nazaré, para fins de melhoria das condições de vida e saneamento, mas também com a intenção de destinar as áreas ocupadas por estas comunidades para a ampliação da área do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Com a escolha de Porto Alegre, em 2007, como uma das cidades brasileiras a sediar jogos da Copa do Mundo de 2014, umas das obras ditas prioritárias para a inserção da cidade no cenário internacional foi a expansão da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, com a prerrogativa de que assim a capital poderia receber aeronaves de maior porte. A partir disso, um forte discurso midiático e político foi (im)posto em circulação na sociedade porto-alegrense: era necessário remover a Vila Dique para que as obras pudessem avançar.

Figura 7. Placa de sinalização sobre o bloqueio da Av. Dique



Fonte: Autor, 2018.

Entre os anos de 2009 e 2011, uma parte da Vila Dique foi realocada com vistas à liberação da área de expansão da pista, e durante este processo a comunidade perdeu importantes equipamentos e referências comunitárias: o galpão de reciclagem, o clube de mães, a padaria comunitária e o posto de saúde. A área de ocupação mais antiga foi a primeira a ser removida, constituindo mais ou menos o segmento situado entre a Av. Sertório até a Av. Severo Dullius. Durante estes dois anos, foram transferidas cerca de 900 famílias, reassentadas no complexo do Porto Novo, localizado na Av. Bernardino Silveira Amorim, Bairro Rubem Berta, estando a 8km de distância da Vila Dique e a 15km do centro da cidade.

Figura 8. Obras de duplicação da Av. Severo Dullius.



Fonte: Autor, 2018.

Os anos seguintes à realização da Copa do Mundo de 2014 são marcados por muita resistência dos moradores da Vila Dique que ainda não foram removidos e que possuem o desejo de permanecer onde vivem. O poder público municipal seguiu cerceando a comunidade para realizar pressão para a liberação definitiva de toda a área. A própria Avenida Dique deixou de existir, e além da extinção dos equipamentos público-comunitários, outras formas de pressão também foram empregadas, como o impedimento de passagem pela antiga Avenida Dique até a Avenida Sertório, onde um muro foi construído, obstruindo o caminho percorrido pelos jovens até a escola de ensino médio, localizada na Vila Floresta.

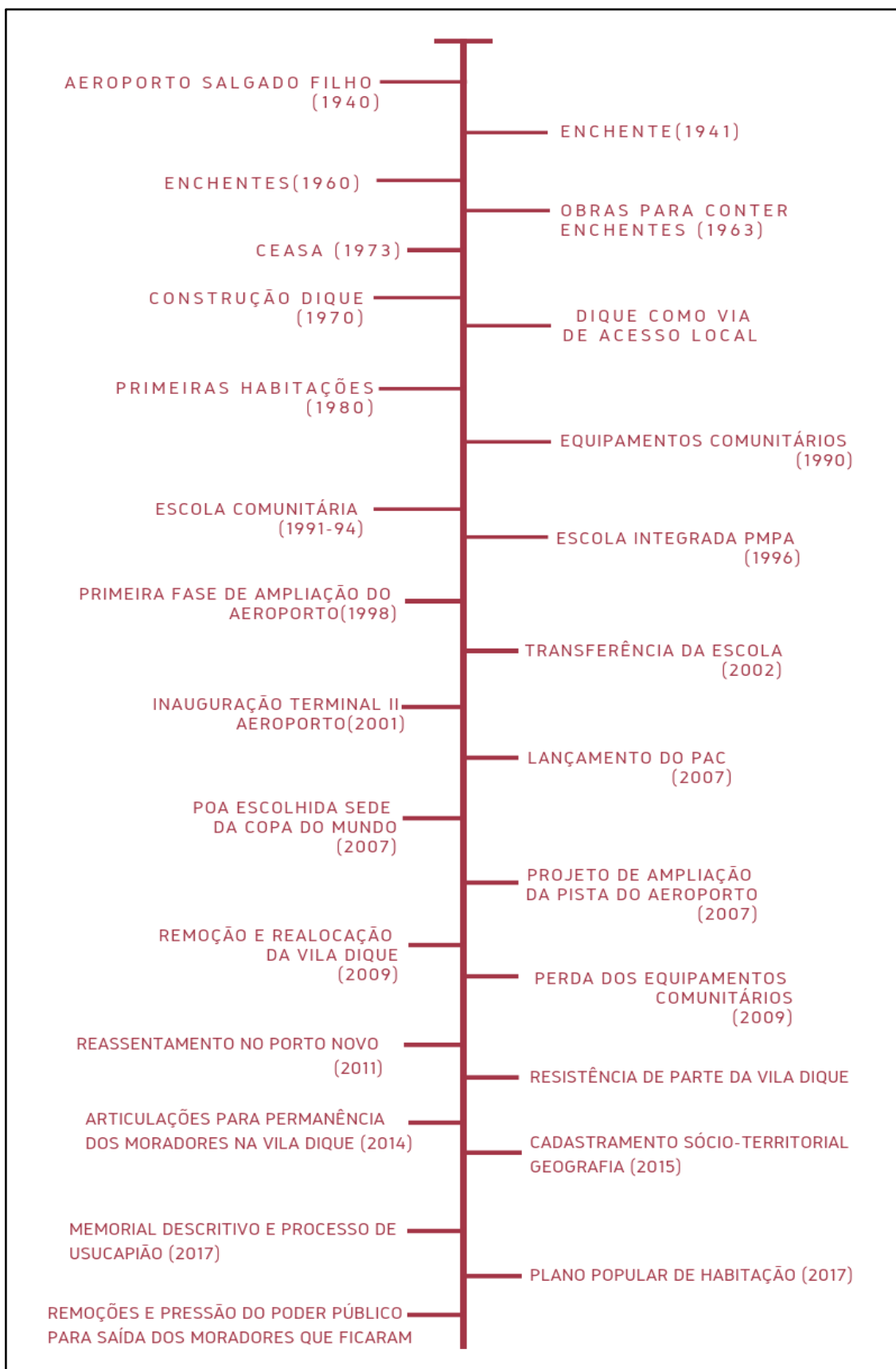
Figura 9. Remoção das primeiras famílias da Vila Dique e cercamento da área.



Fonte: Guilherme Santos/PMPA, 2010.

Outro instrumento de pressão é a suspensão de horários de uma linha de ônibus e a extinção de outra, bem como o não atendimento da comunidade nos postos de saúde da região, obrigando os moradores a serem atendidos no novo loteamento, implicando no estabelecimento de custos de transporte. Em 2015, nossa primeira intervenção junto à comunidade já denunciava essas agressões a direitos públicos fundamentais. Em 2016, a comunidade entrou com um processo de usucapião da área; e, em 2017, um grupo formado pela sociedade civil e lideranças comunitárias iniciou a elaboração de um plano de habitação para permanência da comunidade na área, sendo, portanto, um contra projeto ao projeto único de remoção e realocação dentro do padrão Minha Casa Minha Vida.

Figura 10. Informações em linha do tempo da Vila Dique.



Fonte: Autor, 2019.

3.3 Caracterização a partir de dados

Para caracterizar a Vila Dique, realizamos uma pesquisa em que levantamos diferentes fontes de informação que tratam sobre a comunidade. Essas informações possuem também diferentes escalas de análise, que se relacionam, mas que possuem interferência direta na escala do local e são sentidas no cotidiano pelos moradores.

Buscamos tanto informações de órgãos oficiais a nível nacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como também a nível municipal, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e a nível local, onde também trouxemos os dados levantados pelo relatório do qual participamos, no ano de 2015, sobre um diagnóstico social e territorial da Vila Dique. Elencamos também dados oriundos de trabalhos acadêmicos que abordaram a Vila Dique.

3.3.1 Vila Dique em trabalhos acadêmicos

Dentre os trabalhos acadêmicos destacam-se três que trouxeram um número significativo de dados e apontamentos sobre a Vila Dique:

- a) Luiz Eduardo Achutti - Fotoetnografia: Um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho em uma vila popular na cidade de Porto Alegre (1997)

- b) Adriano Lima Troleis - Metrópole de Risco: o caso da Vila Dique e do aterro sanitário da zona norte na polui o das águas superficiais e subterrâneas das bacias hidrográficas do Arroio da Areia e Passo das Pedras/Porto Alegre-RS. (2009)

- c) Memórias da Vila Dique (2013)⁸

⁸ Memórias da Vila Dique é um projeto de extensão que teve seu início no ano de 2010, na UFRGS a partir do departamento de História em parceria com profissionais do Grupo Hospital Concei o.

Com a consulta e leitura compilada destes três trabalhos, podemos destacar o exercício fotoetnográfico de Luiz Eduardo Achutti (1997), que teve como foco as mulheres trabalhadoras da Vila Dique. Conforme o autor, a Vila Dique ocupa originalmente uma área marginal e de depósito de lixo da cidade. Outros destaques são para as afirmações: a) de que a população é formada por migrantes de origem rural, e b) de que houve mobilização dos moradores em torno da conquista dos equipamentos comunitários.

O trabalho de Luiz Eduardo Achutti (1997), trouxe uma grande visibilidade para a Vila Dique nos anos 1990. Em seu trabalho também afirmou que realizar o exercício fotográfico com as pessoas que vivem da coleta e separação do lixo é um trabalho de resgate, pois a sociedade possui a tendência de virar as costas para tudo que advém ou está próximo ao lixo.

Figura 11. Mulheres recicladoras na década de 1990.



Fonte: Achutti, 1996.

No trabalho de Adriano de Lima Troleis (2009), observa-se a caracterização do meio-físico da Vila Dique, a descrição de que a comunidade ocupa a área do dique, e que possui risco de contaminação bastante acentuado devido ao antigo aterro sanitário. Outra informação relevante trazida pelo autor é a de que já no ano de 1984 existia ocupação na Vila Dique que, segundo o

autor, iniciou primeiro nas várzeas, e depois foi se desenvolvendo ao longo do dique.

Em seu diagnóstico, Troleis (2009) afirma que é necessária a remoção da Vila Dique e um repouso da área por 20 anos, devido a contaminação oriunda do aterro sanitário. Além disso, o próprio autor considera ser área de risco por conta da contaminação, contrapondo-se, dessa forma, ao que atualmente a PMPA alega ser: uma área de risco de inundação, e também uma área de preservação permanente.

Figura 12. Associação de catadoras de materiais recicláveis Santíssima Trindade.



Fonte: Troleis, 2002

Na apresentação do projeto de pesquisa “Memórias da Vila Dique” (2013) os apontamentos descrevem-na como uma área de ocupação, próxima ao aeroporto Salgado Filho. O estudo aponta para a temporalidade de mais de 40 anos de ocupação, e também para a formação da população a partir de famílias que vieram do interior do Rio Grande do Sul. A conquista dos equipamentos comunitários e de infraestrutura básica também é relatada como fruto de muita luta e mobilização da população. O projeto Memórias da Vila Dique faz registro das narrativas dos moradores da Vila Dique que foram para o Complexo Habitacional do Porto Novo. Estes narraram, então, como era a Vila Dique e

como foi constituída, mas a partir de uma perspectiva voltada ao pensamento a respeito do novo local de moradia.

3.3.2 Vila Dique em dados do IBGE

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos dados divulgados do Censo de 2010, a Vila Dique é denominada Dique I e também considerada um Aglomerado Subnormal⁹, que segundo o próprio IBGE significa:

(...) o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:
-Irregularidade das vias de circulação;
-Tamanho e forma dos lotes;
-Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). (IBGE, 2010).

Mas os dados sobre a chamada *Vila Dique I* abrange também a parte que já foi removida, mais próxima à pista do aeroporto, e a parte atual, a partir da Avenida Severo Dullius até a Estrada Marechal Osório, BR-290 (*Free-Way*). Sendo assim, os dados disponíveis do Censo 2010 estão desatualizados devido às remoções executadas depois de sua realização.

No município de Porto Alegre, segundo o IBGE (2010), existiam 59.024 domicílios ocupados em 108 aglomerados subnormais. Mesmo que desatualizados, estes dados são importantes para que se tenha a ideia do tamanho da população da Vila Dique e também de sua consolidação até esta data. A contagem da população da Vila Dique no Censo de 2010 apontou para um total de 2.898 pessoas, sendo 1.479 homens e 1.419 mulheres, que estavam distribuídos em 907 domicílios.

3.3.3 Vila Dique em dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Como a remoção da Vila Dique tem a execução promovida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), é importante elencar os dados também por ela divulgados. Ressaltamos que o órgão que trata do tema na esfera municipal

⁹ Ver mais em: Censo 2010: Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

é o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB). O primeiro dado relevante para a pesquisa é o reconhecimento, oficial, portanto, de que a Vila Dique ocupa a área há quase 40 anos.

Na página eletrônica da PMPA, na seção que é destinada ao DEM HAB, existe o item Ações e Programas Habitacionais, em que aparece o tópico sobre reassentamentos, lá se encontra a referida vila. Em tal seção, encontra-se a informação de que a Vila é constituída por 1476 famílias, sendo que a informação mais recente é a de que em setembro de 2018, 118 famílias foram transferidas para o reassentamento no complexo do Porto Novo. Segundo informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA):

Localizada irregularmente há cerca de 30 anos na avenida Dique, a remoção da vila possibilitará a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, uma das obras essenciais para a expansão comercial do Estado e para a Copa de 2014. Até o momento, 404 famílias foram reassentadas, de um total de 1.476 que irão para o loteamento. A transferência dos moradores começou em outubro de 2009. O custo da obra é de aproximadamente R\$ 56,5 milhões. (PMPA, 2011).

Destacamos também que a própria PMPA, a partir do DEM HAB em seu Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS)¹⁰, aponta que um dos objetivos do departamento é o de promover o acesso à moradia digna, com o estabelecimento de programas para redução do déficit habitacional na cidade. A própria administração municipal descreveu como seria realizada a remoção e realocação da Vila Dique:

Para a Vila Dique, com 1.476 famílias, está em construção o Conjunto Habitacional Porto Novo, loteamento situado na avenida Bernardino Silveira Amorim, 1.915. Desde outubro de 2009, 618 famílias foram reassentadas no local e entregues 50 unidades de comércio e serviços. Já estão funcionando a unidade de triagem de resíduos recicláveis e a sede social. Quando completo, o local terá 1.476 residências (20 adaptadas para pessoas com deficiência), 103 unidades comerciais, escola, creche, posto de saúde, praça e área de preservação ambiental. A previsão é que a transferência das 928 famílias restantes na Vila Dique seja concluída até dezembro de 2012. (PMPA, 2011).

¹⁰ Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMPA - DEM HAB
<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/revista_silvia_ultima_com_ca pa.pdf> Acesso em: 07 mar. 2019.

Em 2011, o site da PMPA também publicou um artigo¹¹ intitulado “A nova Vila Dique”, assinado pelo então diretor do DEMHAB, Humberto Goulart. Neste artigo, comemora-se a entrega da área desocupada da Vila Dique para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e INFRAERO. No próprio artigo:

A prefeitura de Porto Alegre e o Departamento Municipal de Habitação (Demhab) entregam hoje a área da Vila Dique para o governo do Estado e a Infraero, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, permitindo que a União inicie as obras de ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Esta ação, além de colocar a cidade na rota dos grandes aviões de comércio e passageiros, é uma necessidade para a Copa do Mundo de 2014. (PMPA, 2011, n.p.)

Notamos, especialmente no que se refere à Vila Dique, que as publicações da PMPA estão direcionadas às remoções, no sentido de ressaltar a importância da ocorrência destas. Tal perspectiva é notória nos textos ao observarmos, por exemplo, o frequente destaque que é dado à construção do Conjunto Habitacional do Porto Novo, bem como à liberação da área como necessidade para a construção e ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho. Outro aspecto importante de mencionarmos é que os moradores estão contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, dentro dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento. A contrapartida da administração municipal, reafirmada em suas publicações, foi a remoção dos moradores da Vila Dique, bem como o oferecimento de aluguel social e também a aquisição de um terreno para que este reassentamento fosse instalado.

A partir das informações divulgadas pela prefeitura, o dado que possuímos é de que a Vila Dique é constituída por 1476 famílias. Mas não temos a discriminação destas por composição por sexo, idade média desta população, nem por lugar de origem. Outra informação passada em 2011 pela PMPA dizia que “as famílias de maior prole receberão o imóvel em terreno maior, que permitirá construir uma ou duas dependências, com projetos doados pelo Demhab” (PMPA, 2011, n.p.). O que sabemos que não aconteceu de fato, pois o projeto de reassentamento levou apenas em consideração o padrão de loteamento do MCMV.

¹¹ A Nova Vila Dique – Humberto Goulart
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=137513&ARTIGO+A+NOVA+VILA+DIQUE> Acesso em: 08 mar. 2019.

Ainda podemos elencar algumas questões que a prefeitura não levou em consideração, como as origens e características dos moradores da Vila Dique (grande parte de sua população é oriunda do interior do Rio Grande do Sul, e conserva hábitos como criação de animais e de cultivo de sua própria horta no terreno adjunto a sua casa), as configurações da forma em eixo e da disposição das moradias da Vila Dique, e suas relações com a rua e vizinhança, todas estas perdidas nos loteamentos do padrão MCMV.

Até a escrita deste trabalho, a PMPA afirma que já foram entregues 922 unidades habitacionais no Complexo Habitacional do Porto Novo para os moradores da Vila Dique, sendo que ainda restam a construção e entrega de outras 544 unidades habitacionais. Ainda habitam a Vila Dique cerca de 260 famílias, estas que possuem lugar reservado dentro destas 544 unidades.

3.3.4 Dados do Levantamento de 2015: Vila Dique: a Santíssima Trindade que Resiste.

Em uma articulação entre os moradores da Vila Dique e movimentos sociais, chegou-se à conclusão de que era necessário um novo cadastramento técnico-social da comunidade. Esse novo pedido parte da constatação de que o cadastramento realizado pela PMPA no ano de 2005 precisava ser atualizado. Passados 10 anos, muitas das famílias já haviam constituído outros núcleos familiares. A Vila já havia se modificado nestes 10 anos, já não era a mesma de 2005, mas os dados continuavam a serem utilizados, gerando também uma falta de entendimento do contexto atual da comunidade.

No ano de 2015, chegou esta demanda de um novo cadastramento até a disciplina de Organização e Gestão Territorial, do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com uma metodologia que aplicou questionários com perguntas tanto quantitativas quanto qualitativas, elaborou-se o relatório “Vila Dique: a Santíssima Trindade que RESISTE!”¹².

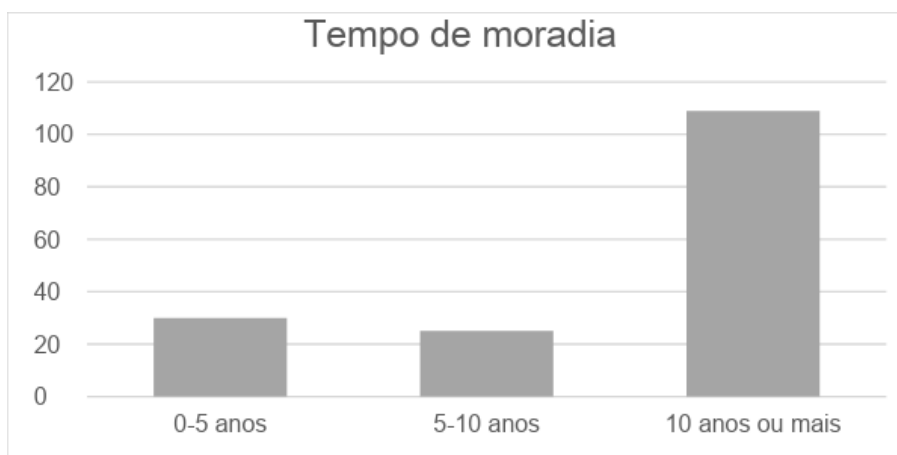
Este trabalho foi elaborado e publicado no ano de 2015, e considerou as informações sobre a Vila Dique disponíveis no IBGE, que são do ano de 2010, e também as divulgadas pela PMPA, que são do ano de 2011. Elencamos também

¹² Vila Dique: a Santíssima Trindade que RESISTE, Departamento de Geografia, Instituto de Geociência, UFRGS, 2015. Disponibilidade restrita.

os dados que foram coletados neste levantamento. Como este trabalho foi planejado em conjunto com os moradores, incluímos também perguntas a respeito do tempo de moradia na comunidade, das condições de infraestrutura, de problemas com inundações e também a respeito da origem dos moradores. Essas perguntas foram necessárias tanto para um autoconhecimento das lideranças comunitárias sobre a situação dos moradores da comunidade quanto para uma atualização das informações coletadas a respeito da situação da Vila. Apresentamos a seguir a síntese de alguns destes dados para fazer uma caracterização da Vila Dique. Apontamos também que buscaremos expor estes dados em nossa argumentação sempre que observarmos a necessidade de uso.

Ao iniciarmos o referido levantamento, buscamos a informação a respeito do tempo de permanência dos moradores na Vila. Esta informação foi bastante valiosa, pois além de entendermos aqueles que vivem na comunidade há mais tempo, também pudemos notar uma ocupação mais recente. Nas respostas recolhidas, obtemos a seguinte quantificação ao perguntarmos aos moradores há quantos anos eles vivem na Vila (Gráfico 1): 109 moradores apontaram que vivem na comunidade há pelo menos 10 anos, 30 que vivem ali há menos de 5 anos ou são recém-chegados e outros 25 que estão residindo na Vila há um tempo variável entre 5 e 10 anos. Essas informações de tempo de permanência demonstram que existe uma dinâmica e uma mudança de moradores bastante alta na comunidade, e que um cadastramento com mais de 10 anos se demonstra totalmente ineficiente para caracterização da Vila.

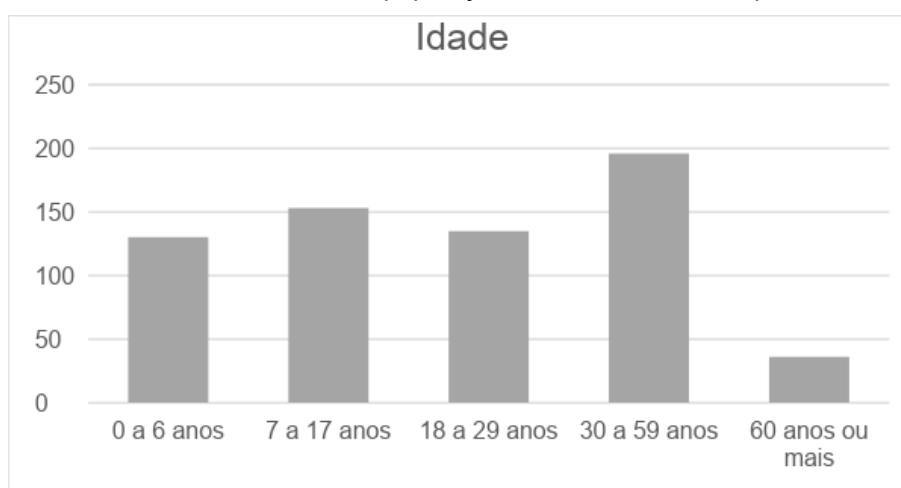
Gráfico 1 – Quantos anos vivendo na Vila Dique



Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que Resiste, 2015.

Para pensarmos políticas públicas específicas voltadas para a infância e adolescência, assim como para a população idosa, entender e quantificar a população da Vila em categorias de idades é um instrumento necessário. Podemos apontar, por meio dos dados coletados (Gráfico 2), que, entre a população que reside na comunidade, 283 são crianças e adolescentes de até 17 anos; 331 moradores são adultos em idade de trabalho e apenas 36 possuem mais de 60 anos. Esses dados apontam para uma renovação da Vila em termos populacionais; além de demonstrar que a maioria de sua população está em idade de trabalho, ocupando a comunidade justamente pelo acesso ao mercado de trabalho.

Gráfico 2 – Idade da população residente na Vila Dique

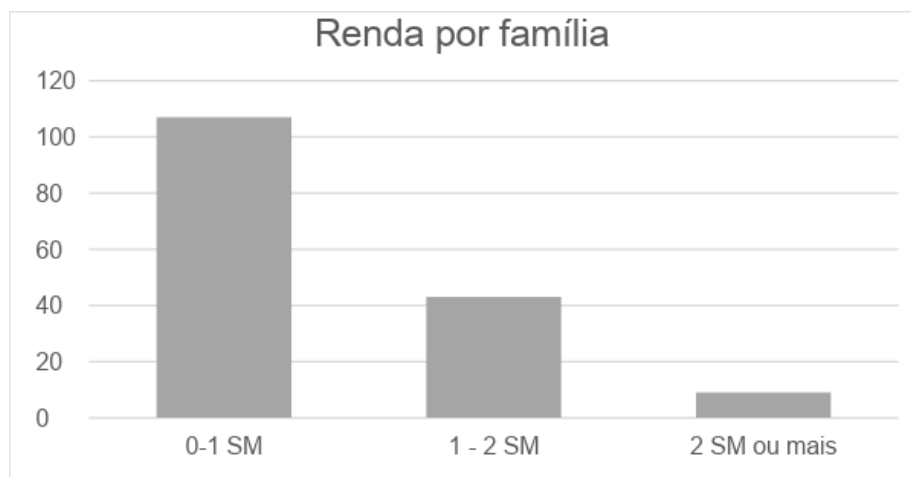


Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que Resiste, 2015.

Ao mesmo tempo que se nota uma grande população com idade para trabalhar na Vila, então, perguntamos também a respeito da renda das famílias dentro da comunidade (GRÁFICO 3). Nas respostas obtivemos a informação de que 107 famílias vivem com até um salário mínimo (SM); ainda, 43 famílias possuem renda de um ou até dois salários mínimos; e, apenas 9 famílias responderam que possuem rendimentos maiores a dois salários mínimos. Ao pensarmos essa informação como um todo, destacamos que daqueles que vivem na faixa de 0-1 SM, muitos recebem assistência de programas sociais; além disso, seus trabalhos são realizados por conta própria, como a coleta de materiais recicláveis, ou são trabalhos informais e/ou sazonais. Os moradores afirmam também ser difícil conseguir um trabalho formal, pois quando são

perguntados em entrevistas sobre seu endereço de residência acabam sendo preteridos.

Gráfico 3 – Renda em Salário Mínimo (SM) por família na Vila Dique



Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que resiste, 2015.

Em nosso levantamento, queríamos entender também se os moradores possuem algum tipo de relação comercial dentro da própria Vila. Sendo assim, realizamos a pergunta em relação ao tipo de uso da edificação, isto é, se se tratava apenas de um local residencial; residencial e comercial, ou apenas comercial. Nos dados obtidos 112 edificações foram apontadas como exclusivamente de uso residencial e apenas 22 possuíam algum tipo de comércio/serviço funcionando. Esse dado é bastante relevante, pois caracteriza a comunidade como predominantemente residencial, mas que contém alguns tipos de comércio em sua constituição, como mercados, serralherias, oficinas mecânicas e lancherias.

Gráfico 4 – Tipo de uso das edificações na Vila Dique



Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que resiste, 2015.

Uma pergunta que foi apresentada pela associação de moradores como fundamental neste levantamento foi referente à inundação. Isto explica-se pelo argumento do poder público de remoção da comunidade por estar localizada em uma área de risco de inundação. Ressaltamos que neste momento não foi feita a distinção entre os termos inundação, enchente e alagamento, já que queríamos saber dos moradores se sua casa sofria com problemas de inundação; desse modo, foi usado o termo mais do seu cotidiano. Das respostas obtidas (Gráfico 5), 131 responderam que suas casas não sofriam com esse tipo de problema; já 32 apontaram que sim, sofriam com inundações.

Gráfico 5 – Quantidade de casas que inundam na Vila Dique



Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que Resiste, 2015.

No entanto, é importante destacar que desses 32 que responderam de forma positiva, na realização do levantamento, muitos deles relataram os problemas de inundação como problemas na estrutura material da casa, problemas de aterro do terreno e também por escoamento d'água da Av. Dique. Ou seja, as respostas obtidas nem sempre relataram problemas referentes à inundação em si.

Capítulo 4 – Os argumentos de uma remoção

Agora que possuímos maiores informações sobre a Vila Dique e sabemos da sua condição de passar por uma remoção desde o ano de 2009, queremos refletir sobre as seguintes questões: como justificar uma remoção? Como ela inicia? O que a legitima? Essas perguntas podem ter inúmeras respostas e argumentações possíveis. No entanto, gostaria de respondê-las com uma afirmação: depende de quem precisa ser removido, depende para quando essa remoção é necessária e, por fim, depende de quem possui intencionalidade nesta remoção.

Podemos dizer que o território, como produto do espaço, está configurado a partir das relações de dominação e de apropriação. A dominação do espaço como território, para nosso estudo, aponta para a produção e difusão de informações sobre a Vila Dique, constituindo ações que pretendem legitimar e impor uma leitura sobre aquele espaço para a sociedade em geral; assim essas ações estão carregadas de intencionalidades para exercer o controle e o poder sobre este território. Quando pensamos o território como produto da apropriação, relacionamos com as possibilidades de fazer esse espaço em território a partir das ações que se realizam nesta escala local e cotidiana, seria a modificação e a produção do espaço em território a partir das ações dos atores locais.

Uma das ações de controle e exercício de poder de dominação, em nosso estudo de caso, consiste na argumentação e enunciação de ao menos três argumentos legitimadores de uma remoção da Vila. São estes: (a) a expansão da pista do aeroporto; (b) o enquadramento da comunidade em uma área de risco de inundação; e, (c) estar em uma Área de Preservação Permanente.

Essas justificativas para a remoção agem como um instrumento de controle e de poder sobre o território. Demonstram também as intencionalidades de quem concebe estas representações. Fazer a escolha dos elementos a serem considerados e colocados em evidência, a partir do interesse daqueles que coordenam as estratégias da remoção, é uma ação que resulta em consequências diretas ao território em voga.

No caso da Vila Dique, o principal ator que busca a sua remoção é o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), órgão responsável pelos

projetos habitacionais na esfera do poder público municipal de Porto Alegre. Foi o órgão institucional responsável pela organização e cadastramento dos moradores. Essas ações, em primeiro momento, foram legitimadas pelas obras de expansão do aeroporto Salgado Filho; depois, buscaram se valer de um discurso que aponta para o risco de os moradores permanecerem naquela área; por último, apenas atribui a justificativa ao que está previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) onde a área, então ocupada pela Vila Dique, é considerada e demarcada como uma área de preservação permanente.

A partir desses argumentos o poder público municipal, além da intenção de legitimar e colocar em prática as suas ações para uma remoção, também feriu direitos básicos dos cidadãos da Vila Dique. Quando as primeiras famílias foram removidas no ano de 2009, na área em que aconteceu esta primeira etapa de remoção também estavam equipamentos públicos comunitários, como galpão de reciclagem, clube de mães, padaria, creche, os quais foram fechados. Ressaltamos este acontecimento como uma tática adotada pelo poder público municipal para a desocupação da área, tirando aqueles equipamentos que consolidavam a Vila. Dessa forma, não ter sido oferecido e até mesmo cancelado os equipamentos públicos e comunitários, conseqüentemente, causou um impacto à população, pois esta permaneceu desassistida dos serviços básicos, como o atendimento do posto de saúde, assim, ocasionando em transtornos e perda de direitos para os moradores.

Estes fatores legitimadores das remoções possuem também impacto na sociedade civil como um todo; tópico que abordaremos no próximo capítulo, ao analisar como a mídia tratou desta questão. Neste capítulo, apresentaremos os três argumentos para legitimar a remoção da Vila Dique, acompanhados de considerações que possibilitam vislumbrar um contra-argumento a essas formulações.

4.1 Expansão da Pista do Aeroporto Salgado Filho

Desde os meados dos anos 1990, mais especificamente no ano de 1996, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, possui um projeto para o Aeroporto Salgado Filho. A primeira

iniciativa projetada foi a ampliação do terminal de cargas em 1995. Em 1996, houve a assinatura das intenções para a construção de um novo terminal de passageiros.

Essas obras foram consideradas estratégicas para aumentar o volume de negócios do Estado e também para aumentar o número de voos e destinos, trazendo maior fluxo de turismo para o Rio Grande do Sul. A ampliação ocorreu em etapas, sendo a primeira delas concluída no final da década de 1990 com a ampliação do terminal de cargas, e a segunda no ano de 2001 com a inauguração do novo terminal de passageiros.

No entanto, ainda faltava uma terceira etapa para a ampliação do aeroporto, a ampliação da pista de pouso e decolagens. A primeira tentativa de cadastramento, bem como liberação da área para ampliação da pista, remonta ao ano de 2005, quando o DEMHAB realizou o cadastramento de moradores para serem realocados, liberando a área para pista. Mas foi só no ano de 2007, com a escolha de Porto Alegre como sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, que a ampliação da pista ganhou força. O famoso “padrão FIFA” assolava o município de Porto Alegre, sendo então exigido, pela entidade que comanda o futebol no mundo, um aeroporto com maior capacidade de pista, possibilitando o pouso e a decolagem de aeronaves maiores.

Lembramos que o país em 2007 passava por uma época de desenvolvimento econômico acelerado, muito incentivado pelo Governo Federal. Nesse sentido, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado no ano de 2007, como uma estratégia de condução do crescimento econômico do país. Somada a essas ações de infraestrutura geral, o Governo Brasileiro lançou, no ano de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tinha como objetivo reduzir o déficit habitacional do país. Dessa forma, o PMCMV realizado a partir de editais específicos para a população de baixa ou nenhuma renda. Esse programa retomou a política habitacional a partir do Governo Federal, com repasses a grandes empresas da construção civil para a construção das unidades habitacionais. Contudo, Erminia Maricato (2011) destaca que o programa gerou impactos negativos na cidade, devido às localizações desconectadas e periféricas.

Com esses dois programas do Governo Federal, somada a necessidade de Porto Alegre se adequar às exigências da Copa do Mundo de 2014, a

prefeitura então se inscreveu em editais específicos para conseguir recursos para a remoção e realocação das famílias que ficavam na área em que seria expandida a pista do aeroporto Salgado Filho. Sendo assim, a prefeitura se comprometeu a realizar os estudos e cadastramentos das famílias que ali viviam, bem como dotar a área em que essas famílias seriam realocadas de infraestrutura básica. Em contrapartida, o Governo Federal incluiu a ampliação da pista do aeroporto e a duplicação da Avenida Severo Dullius dentro do PAC, além de incluir a realocação das famílias a serem removidas dentro do PMCV.

Desse modo, a área destinada para receber as famílias oriundas tanto da Vila Dique, como também de parte da Vila Nazaré – ambas comunidades apontadas então a serem removidas para ampliação da pista – foi o chamado Conjunto Habitacional do Porto Novo. Esse complexo fica na Avenida Bernardino Silveira Amorim, número 1915, no bairro Rubem Berta, Zona Norte da cidade de Porto Alegre.

As primeiras remoções ocorreram já então no ano de 2009 com 48 unidade habitacionais sendo entregues, atingindo então 916 até o ano de 2014. Essa primeira etapa de remoção levou os moradores residentes da Av. Dique, no trecho que interliga a Av. Sertório, até a Av. Severo Dullius, sendo então, esta a área prioritária para a expansão da pista do aeroporto. A partir dessa primeira remoção, foram também trasladados os equipamentos públicos para o Conjunto Habitacional do Porto Novo, como o Posto de Saúde, assim, deixando a população que permaneceu na Vila Dique desassistida.

Figura 13. Área do Conjunto Habitacional do Porto Novo.



Fonte: Google Earth, modificado pelo autor.

Em 2016, o Governo Federal lançou editais para a concessão das estruturas aeroviárias, colocando o aeroporto de Porto Alegre disponível para a concessão. O edital do leilão teve como número: 01/2016¹³, prevendo as concessões para a ampliação, a manutenção e a exploração dos aeroportos de Porto Alegre (Salgado Filho), de Salvador (Luís Eduardo Magalhães), de Florianópolis (Hercílio Luz) e de Fortaleza (Pinto Martins).

Em Porto Alegre, a empresa alemã FRAPORT ganhou a licitação para administrar o aeroporto pelo período de 25 anos, iniciando sua administração no ano de 2017. Com a concessão foram previstas distintas fases de investimentos, como a ampliação do terminal de passageiros e a ampliação da pista de pousos e decolagens. Dentro do Plano de Exploração Aeroportuária¹⁴ (PEA), está previsto que a concessão também contará com o recebimento de áreas pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ambas dedicadas para expansões.

4.1.2 Desinteresse na área atual da Vila Dique

Ao consultarmos os documentos de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e também o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), observamos, então, que a área em que estão os moradores remanescentes da Vila Dique não é de interesse da FRAPORT para a expansão da pista do aeroporto Salgado Filho. Esta informação é muito significativa, visto que esta obra de ampliação é o argumento que foi mais utilizado e difundido pela PMPA para justificar a remoção total da Vila Dique.

A área que aparece nos relatórios apresentados pela empresa Alemã, aponta apenas para alternativas locais, ou seja, alternativas para expansão da pista caso a obra não pudesse acontecer no local desejado, dentro de uma destas alternativas locais aparece a área ocupada pela Vila Dique. Dentro do licenciamento ambiental, apresentar essas alternativas é uma exigência do

¹³ ANAC - Aviso de Licitação e Leilão. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/reunioes-da-diretoria-colegiada/reunioes-deliberativas-da-diretoria/2016/3a-reuniao-extraordinaria-deliberativa-da-diretoria/00058-043775-2016-80/aviso-de-licitacao>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

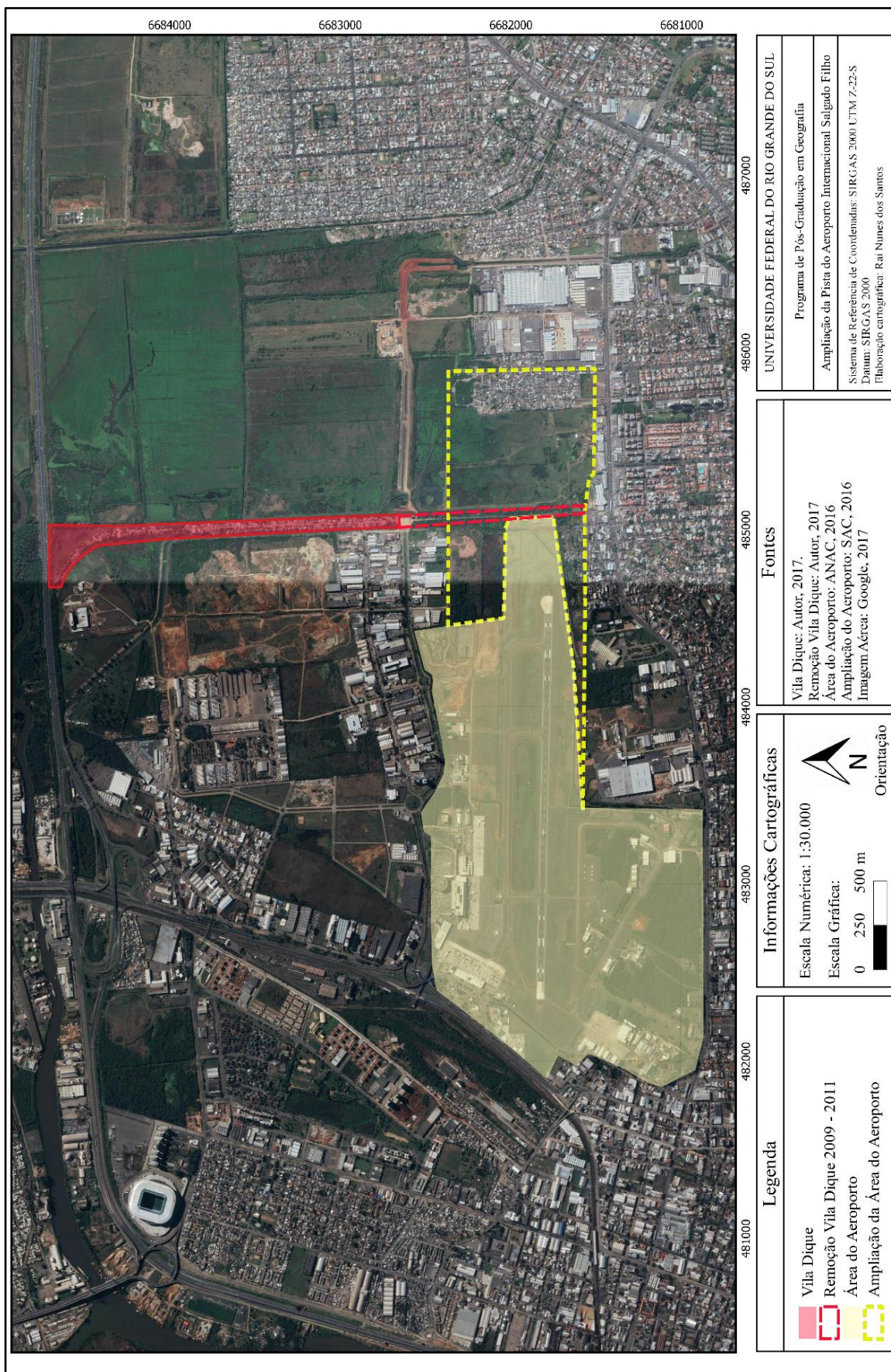
¹⁴ Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) – ANAC, 2016. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/PLANORS/concesso-aeroporto-salgado-filhoanexo-2plano-de-explorao-aeroporturia>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

órgão de fiscalização ambiental responsável, que no Rio Grande do Sul é a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). A partir dessas informações, observamos que não há mais interesse por parte da concessionária FRAPORT e nem da ANAC na área em que a Vila Dique se encontra hoje, pois a comunidade se localiza a Norte da área necessária para que as obras ocorram.

A fim de disponibilizar e visualizar melhor esta informação, elaboramos uma cartografia que agrupa as informações da expansão da pista, da remoção já ocorrida e também da atual ocupação da Vila Dique (Figura 14). Podemos observar a distância em que a área da Vila Dique se encontra da área requerida para a expansão da pista do aeroporto, observamos também que a primeira remoção dos moradores já liberou o eixo da Av. Dique, isto é, a área que é de interesse para a ampliação.

Esta informação dificilmente circula por meio das mídias, por isso a importância do registro cartográfico e visual desta informação. Vale destacar que quando se trata das obras (e atrasos) da ampliação da pista do aeroporto em Porto Alegre este segue sendo um importante argumento e fator legitimador da remoção da comunidade, estando inclusive nas páginas da PMPA e principalmente quando veiculado na mídia.

Figura 14. Cartografia de situação da Vila Dique frente ao Aeroporto.



4.2 Área de Risco de Inundação

Um dos argumentos utilizados pelo poder público municipal é de que a Vila Dique abrange uma área de risco de inundação. Essa questão está tratada de forma direta em relação ao argumento de ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Na justificativa para a remoção, a prefeitura salienta que o projeto de ampliação dá conta também de resolver a situação das famílias da Vila Dique que estão em uma área de risco, como aparece descrito pela própria prefeitura:

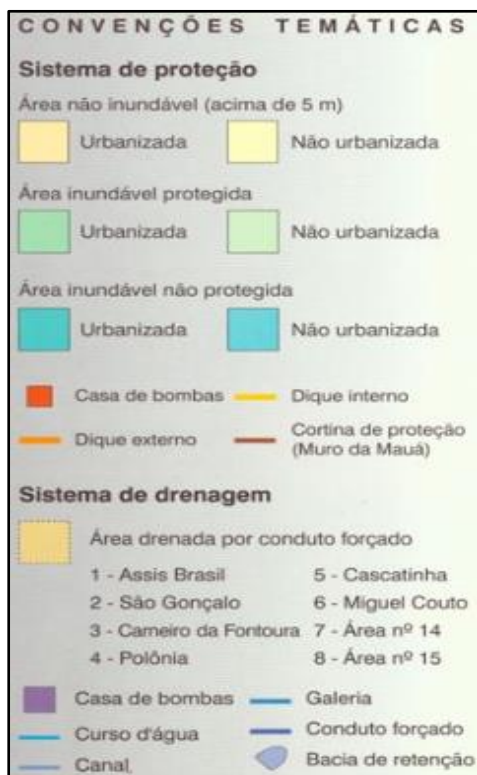
A transferência das famílias da Dique, deve-se às obras de ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho. No projeto de remoção e atendimento às famílias da área de risco da Vila Dique, é desenvolvido o trabalho social com a mobilização e organização da comunidade, cursos de capacitação profissional e oficinas de educação ambiental. (PMPA, 2019.)

Acreditamos ser importante realizar uma breve distinção sobre o que significa inundação, enchente e alagamento, pois a partir da vivência em campo e dos relatos dos moradores, destacamos que a Vila Dique não está em uma área de risco de inundação. Segundo a Companhia Pública de Recursos Minerais (CPRM) e também a própria Defesa Civil, inundação se refere ao transbordamento das águas de um canal de drenagem, atingindo áreas marginais; já enchente diz respeito ao aumento temporário do nível da água do canal de drenagem devido ao aumento da vazão; por fim, alagamento é o acúmulo de água nas ruas e nos perímetros urbanos devido a problemas de drenagem.

No levantamento realizado em 2015, incluímos a pergunta para os moradores: “A sua casa inunda?”, pois a diferenciação do termo técnico poderia ser um fator que confundiria os moradores. Então, das 163 pessoas entrevistadas, 131 afirmaram que a sua casa não inunda e 32 responderam positivamente, isto é, que sua casa inunda. Para a diferenciação, utilizamos conversas com os moradores que afirmaram que a suas casas acabam inundando devido à falta de aterro do terreno e também do escoamento da água da chuva; além disso, também foi relatada a entrada de água da chuva pelos telhados.

Sendo assim, ressaltamos que muitas dessas respostas afirmativas para inundação possuem relação direta com a fragilidade técnica e como tipo de material do aterro e da construção da casa, não sendo relacionado diretamente com os cursos d'água. A falta de um sistema de escoamento das águas pluviais também pode ser apontada como fator que contribui para o alagamento das edificações.

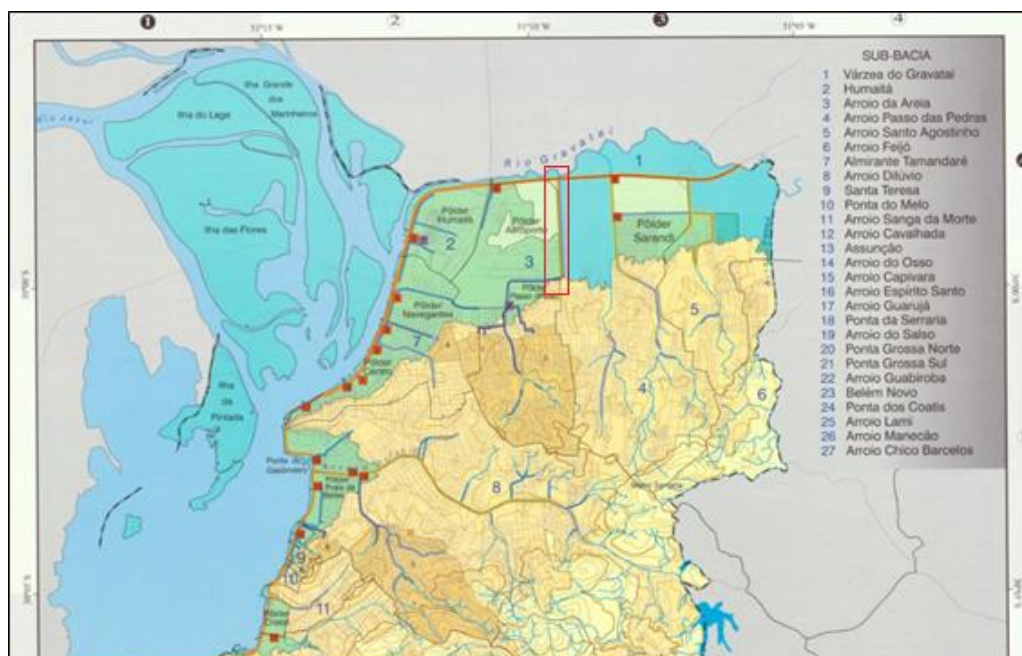
Figura 15. Legenda do sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre.



Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998.

Conforme o Atlas Ambiental de Porto Alegre (1998), a área da Vila Dique está localizada dentro do sistema de proteção contra inundações. Localizada dentro do sistema de pôlderes da cidade, constituídos de diques, casas de bomba, condutos forçados e canais de drenagem.

Figura 16. Sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre.



Fonte: Modificado pelo autor a partir do Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998.

Observamos nas figuras 15 e 16 que, a Oeste da Vila Dique, a área está considerada como área inundável protegida e, a Leste da Vila dique, está considerada como uma área inundável não protegida. Considerando que a Vila Dique está assentada sobre um dos sistemas de proteção contra cheias, o dique, e que este possui uma cota maior que os terrenos adjacentes, podemos afirmar que a área ocupada pela Vila Dique corresponde a uma área protegida contra inundações.

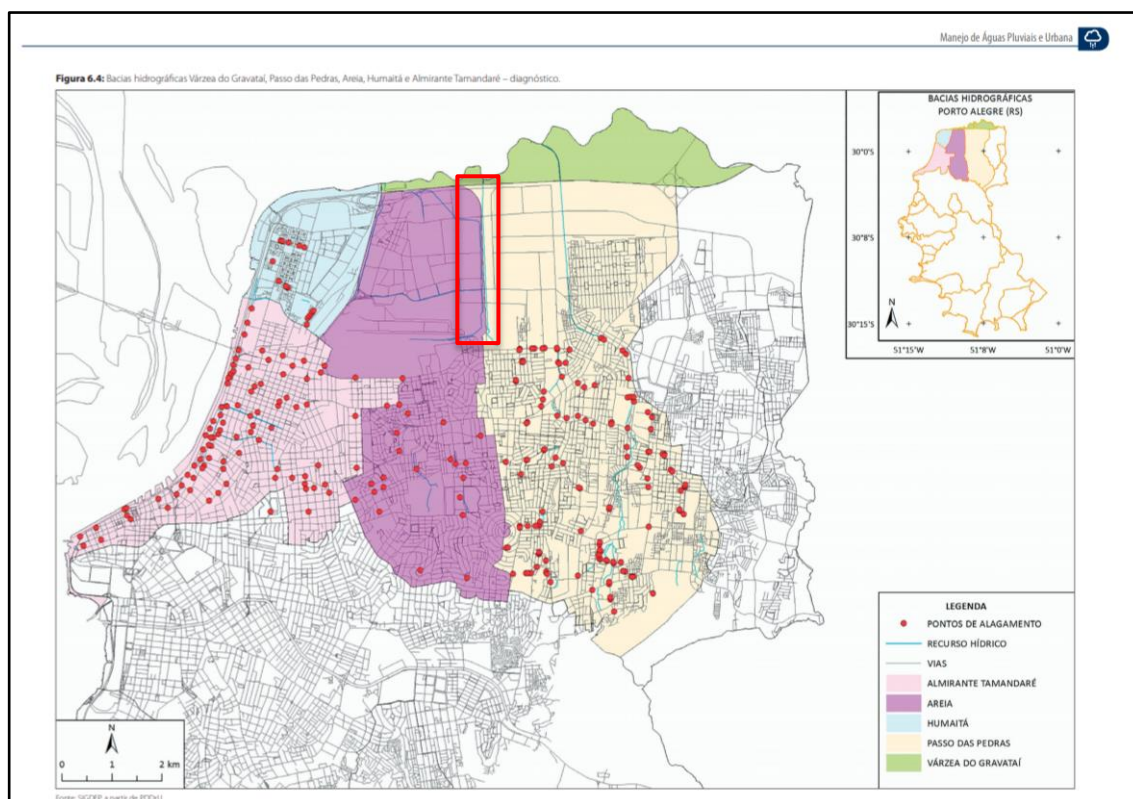
4.2.2 Bacias Hidrográficas

A respeito do sistema de drenagem do município de Porto Alegre, o Atlas Ambiental de Porto Alegre (1998) apontou que existem 27 sub-bacias hidrográficas. A Vila Dique está localizada (figura 17) na interseção de duas destas sub-bacias, a do Arroio da Areia e a do Arroio Passo das Pedras.

A bacia do Arroio da Areia possui como corpo d'água receptor o Rio Gravataí. Esta bacia abrange uma área de 20,85km² na cidade de Porto Alegre, em uma região consolidada e urbanizada da cidade. Segundo o IBGE (2010) e a PMPA (2015), a população que reside no que abrange a bacia do Arroio da

Areia totaliza 97.510 habitantes. Considerando que os dados foram levantados no último censo demográfico de 2010, o cálculo da densidade populacional resulta em 47,10 habitantes por quilômetro quadrado.

Figura 17. Recorte e destaque para as Sub-bacias da Zona Norte de Porto Alegre.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre, 2015.

A bacia do Arroio Passo das Pedras abarca uma área de 35,30 km² e também possui como corpo d'água receptor o Rio Gravataí. Abrange grande parte da zona norte da cidade, em uma área de urbanização consolidada. Os dados do IBGE (2010) apontam uma população residente nesta sub-bacia de 180.296 habitantes, resultando em uma densidade populacional de 55,51 habitantes por quilômetro quadrado.

4.2.3 Sistema de Proteção Contra Inundações de Porto Alegre

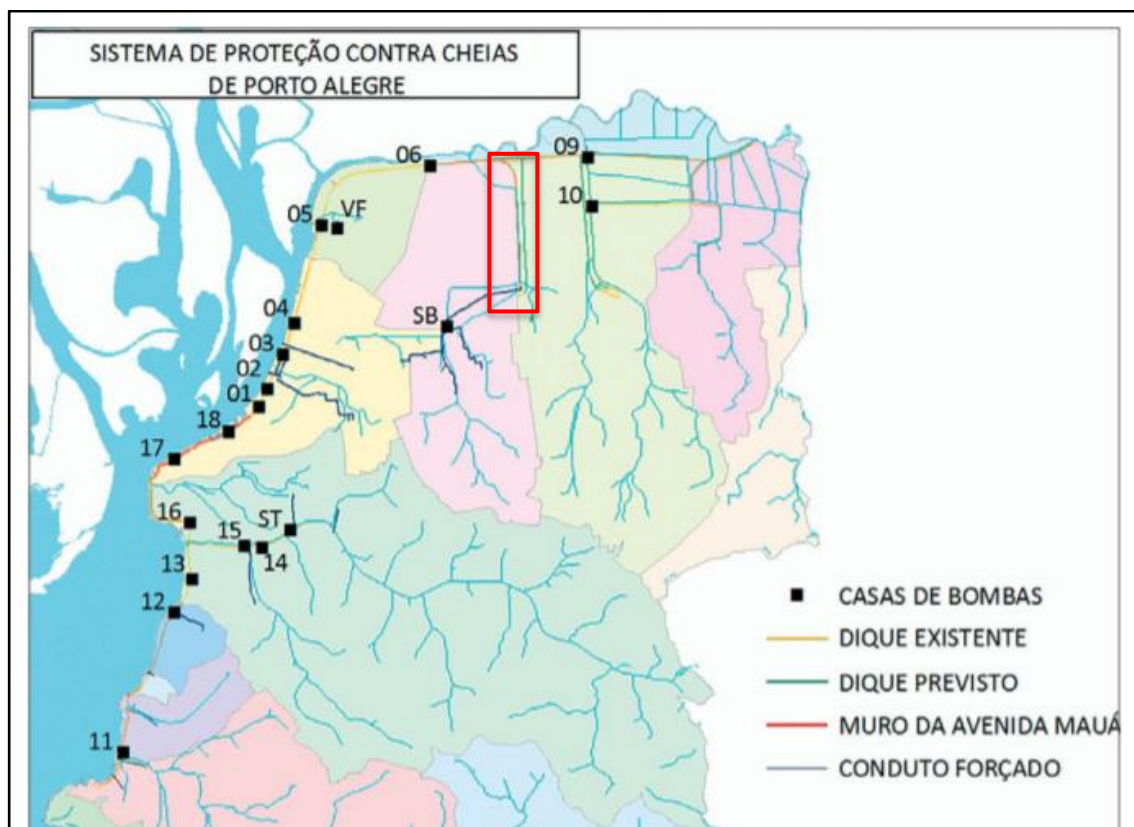
Com um grande índice de precipitação em Porto Alegre no ano de 1941, as águas do Guaíba subiram mais de 4 metros além do nível normal, deixando boa parte da cidade debaixo d'água. A grande inundação de 1941, somada a

outras que ocorreram nas décadas seguintes, mobilizou a sociedade civil, que pressionou o poder público municipal para realização de obras de infraestrutura a fim de prevenir futuras inundações.

Entre abril e maio de 1941, com a chuva incessante, o centro da cidade ficou inundado e só era possível deslocar-se nele usando barco. Os bairros mais atingidos foram Cidade Baixa, Menino Deus, Azenha, Santana, Floresta e Navegantes. A enchente deixou cerca de 40 mil pessoas desabrigadas. (MONTEIRO, p. 72, 2012.)

Durante essas décadas, diversos estudos foram realizados a fim de solucionar o problema de drenagem urbana da cidade. Segundo a PMPA (2015), o estudo mais antigo para a concepção de um Sistema de Proteção Contra Cheias data de 1960. Na década de 1970, foi implementado, então, o Sistema de Proteção Contra Inundações, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Este sistema foi constituído da construção de 68 quilômetros de diques na cidade, estes divididos em duas categorias: internos e externos, além de uma cortina de proteção, o chamado Muro da Mauá.

Figura 18. Recorte e destaque Sistema de Proteção Inundações Porto Alegre.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre, 2015.

O Sistema de Proteção Contra Cheias funciona a partir de diques externos que estão situados na margem do Guaíba e do Rio Gravataí, já os diques internos, que também fazem parte do sistema, estão localizados de acompanham os arroios internos da cidade. Segundo o Atlas Ambiental de Porto Alegre (1998), as áreas que estão entre estes diques são chamadas de pôlderes e constituem regiões limitadas e protegidas por diques.

A Vila Dique está localizada, portanto, sobre um dique interno, que acompanha o Arroio da Areia, e na parte leste está um canal de drenagem construído pelo DNOS. Além disso, outro dique interno acompanha o Arroio Passo das Pedras, sendo então que a região a leste da Vila Dique só não é considerada uma região protegida de inundações por causa da ausência de uma casa de bombas, mas ressaltamos que esta área também é um vazio urbano. A parte oeste da Vila Dique é uma região urbanizada e consolidada da cidade, compreende o bairro Anchieta, que é uma área de pôlder, por isso com diagnóstico de área protegida contra inundações.

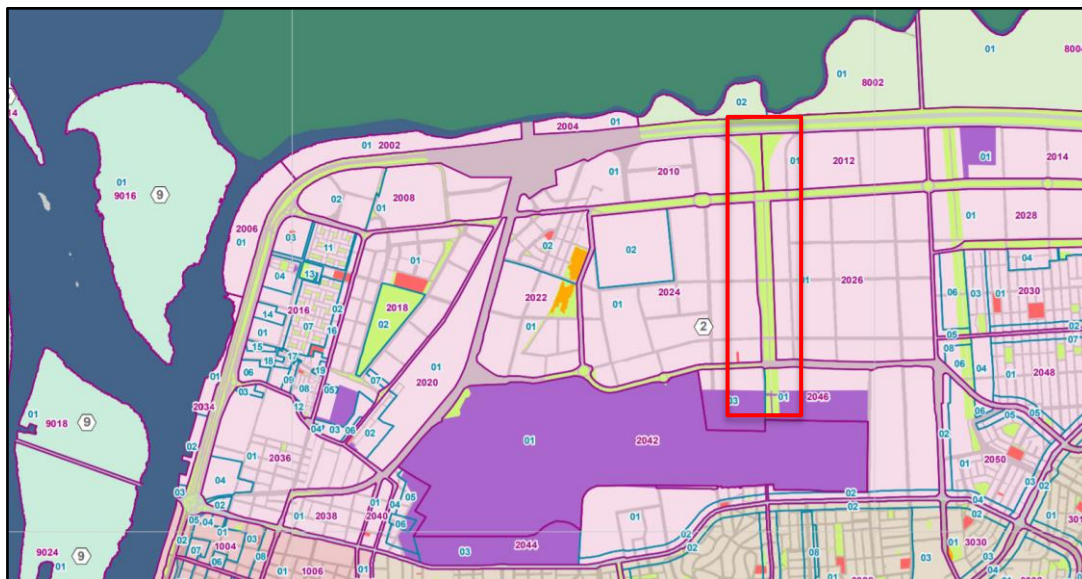
4.3 Área de Preservação Permanente

O Código Florestal (Lei nº 12.651 – 2012), como é usualmente conhecida a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN), é a lei nacional que trata da proteção e conservação da vegetação nativa. De acordo com essa regulamentação, são consideradas como Área de Preservação Permanente (APP) áreas que acompanham cursos d'água, e no caso da área da Vila Dique, o curso d'água é o Arroio da Areia. A lei institui uma APP de 50 metros a partir da margem em cursos que possuem entre 10 e 50 metros de largura de uma margem a outra, o que é o caso do Arroio da Areia. Em 2015, no relatório de diagnóstico nas medições realizadas a partir de imagens de satélite, foi identificada essa medida de margem do Arroio do Areia, o que coloca uma área de 50 metros de APP, englobando, dessa forma, grande parte da área ocupada pela Vila Dique.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), podemos observar a divulgação da informação de que a área onde a Vila Dique está inserida é uma APP. Para o PDDUA, a área ocupada pela Vila

Dique, por estar junto ao Arroio da Areia, é uma área de qualificação ambiental, e prevê a manutenção de vegetação nativa e conservação do curso d'água.

Figura 19. Recorte e destaque do PDDUA onde a Vila Dique aparece como área de APP



Fonte: PDDUA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010.

A partir da definição da área como uma área de preservação, ou de qualificação ambiental, esta denominação também é instrumento de invisibilidade das habitações dos moradores e não se reconhece aquela porção do espaço como parte das diretrizes de urbanização. A qualificação da Vila Dique, desta forma, deixa em segundo plano todas as mobilizações e melhorias realizadas no entorno, bem como legitima uma posição de que são as ocupações irregulares que não preservam o meio ambiente, causando sua destruição. Essa denominação acaba por deslegitimar toda a ocupação, toda a luta por moradia e por acesso à cidade que os moradores da Vila Dique travam há quase 40 anos.

O que é dito por fontes 'oficiais' condiciona o que deve ser lido e interpretado a respeito do espaço e ao mesmo tempo cobre de invisibilidade a Vila Dique. Qualquer pessoa que ler o PDDUA pensará que a área ocupada pela Vila Dique constitui um núcleo de preservação e que o Arroio da Areia é uma área de APP. Os próprios trabalhos de ACHUTTI (1997) e TROLEIS (2009) apontam que a área ocupada pela Vila Dique está próxima ao antigo aterro sanitário da Zona Norte, e que as águas dos cursos d'água e o lençol freático, estão contaminados.

Estas cartografias ditas “oficiais” funcionam como instrumentos de controle. O poder público, nesta questão, vem atuando no sentido de propagar os diferentes discursos que apresentam argumentos a partir dos quais se alega que a Vila Dique deve ser removida. Há, inclusive, casos como a citada elaboração do PPDUA, que apaga a comunidade do mapa, pois as outras áreas aparecem como urbanizadas e a Vila Dique como área de APP. Sendo assim, a argumentação do poder público de que a Vila Dique está em uma área de APP e por isso deve ser removida é legitimadora de uma remoção total, não importando a identidade e a forma de viver dos moradores, mas sim, levando apenas em consideração que habitam uma área que não poderiam habitar.

Capítulo 5 – Discursos de remoção

Além destas inúmeras tentativas, pela PMPA, de legitimar e condicionar a remoção da Vila Dique com os argumentos que apresentamos nos capítulos anteriores, é importante expor como a mídia enunciou todo esse processo de remoção que vem acontecendo há 10 anos. Para tratar disso, vamos nos aproximar das teorias da linguagem, mais em específico daquelas que tratam dos estudos de discursos, buscando estatísticas e evidências de um discurso pró-remoção.

Para Berthelot (1996), uma disciplina é indissociavelmente um espaço de construção de argumentações, sendo assim, por isso, estamos propondo em nossa construção esta aproximação, como mais uma argumentação para os estudos de geografia. A Geografia também trabalha com a análise de discurso, no sentido que aponta Maingueneau (2015), dentro do vasto conjunto de métodos qualitativos das ciências humanas e sociais. Analisar e caracterizar os discursos oferece indícios para acesso pelo pesquisador a realidades que estão fora da linguagem, sendo próximas, inclusive, da análise de conteúdo em relação à extração do sentido e criação de categorias sobre o conteúdo ou sua produção.

Mas além deste sentido amplo da relevância do estudo discursivo como metodologia qualitativa, outro ponto que nos parece bastante importante, e por isso nos aproximamos dos estudos sobre discursos, é o de que na ideia de Pádua (2002), estas análises se interessam pelas intenções da enunciação, buscando quem é o autor, a quem o discurso é direcionado, quais finalidades e em quais circunstâncias o discurso é produzido. Estes pontos são de grande importância, uma vez que como vimos no capítulo anterior, o poder público realizou inúmeras tentativas enunciativas de justificar a remoção da Vila Dique. Estas aproximações entre as intenções e finalidades também se aproximam do campo da Geografia Social, buscando identificar os atores e as finalidades de suas enunciações.

Com estas concepções de que é importante saber quem está enunciando e de onde os discursos foram proferidos, para realizarmos essa discussão levantamos notícias junto às bases digitais de dois jornais de grande circulação da cidade de Porto Alegre, o jornal Zero-Hora e o jornal Correio do Povo. A partir

da compilação e organização destas mídias¹⁵, realizamos uma classificação e leitura das mesmas a fins de encontrar os sentidos e significados que estas transmitem à população em geral.

A seguir apresentamos as notícias que foram compiladas separadas por fonte de jornal, e também organizadas em ordem cronológica. Optamos para que as mesmas apareçam no corpo do trabalho, pois acreditamos ser importante para o leitor conhecer as notícias que foram fonte de análise para os capítulos posteriores.

5.1 Notícias do Jornal Zero-Hora

Notícia	Nº 1
Até julho, liberamos a cabeceira para a nova pista do aeroporto", diz diretor do Demhab.	
Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 29/04/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Para remover a Vila Dique, tivemos de refazer três vezes a licitação.	

Notícia	Nº 2
Infraero garante que Salgado Filho estará pronto até 2014.	
Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 05/07/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Jorge Herdina conta que a primeira etapa, que inclui recapeamento e alargamento da atual pista, será concluída em outubro. Já a segunda etapa depende da transferência de família que vivem nas vilas Dique e Nazareth.	

¹⁵ Para isso tivemos auxílio também do programa *Nvivo*. Os procedimentos que adotamos estão mais bem descritos em nosso capítulo de metodologia, mas os resultados obtidos são encontrados nesta seção do texto.

Notícia	Nº 3
<p>Infraero reforça promessa de que Aeroporto Salgado Filho estará pronto em 2012.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 06/07/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Para a segunda etapa da obra, é necessário retirar as todas as famílias que vivem nas vilas Dique e Nazaré, na cabeceira da pista.</p>	

Notícia	Nº 4
<p>Infraero tenta adiar o fim da Avenida Dique.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 21/10/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: O futuro bloqueio da Avenida Dique começa a nos preocupar. Nossa ideia é causar o mínimo de impacto possível, por isso tentaremos começar a obra pelas laterais, deixando para a última instância a parte da avenida por onde passam os veículos.</p>	

Notícia	Nº 5
<p>Relatora da ONU visita locais atingidos por obras da Copa em Porto Alegre.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 18/08/2011 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Raquel Rolnik esteve nesta quinta-feira em Porto Alegre para visitar locais afetados por obras relativas à Copa de 2014. Comandou comitiva que esteve pela manhã na Nova Vila Dique, destino de cerca de 500 famílias removidas da antiga Vila Dique - que terá parte da área usada para as obras de ampliação do aeroporto Salgado Filho. Mais tarde, visitou a antiga Dique.</p>	

Notícia	Nº 6
<p>Vereadores autorizam destinação de áreas para vilas Dique e Margarita.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 22/12/2011 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou na manhã desta quinta-feira projeto que autoriza a desapropriação e depois o repasse das áreas de terra para reassentamento de moradores das vilas Dique e Margarita. Nos novos terrenos serão construídas casas por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.</p>	

Notícia	Nº 7
<p>Governo Federal quer concessão para Salgado Filho e construção de novo aeroporto.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 09/01/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Além disso, outras pendências surgem no horizonte. Uma delas é a desapropriação de áreas das Vilas Dique, Floresta e Nazaré. São mais de 1,6 mil famílias que precisam ser removidas da região.</p>	
Notícia	Nº 8
<p>Ministro da Aviação Civil garante terminal de cargas e descarta ampliação da pista do Salgado Filho.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 16/01/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Fortunati e Padilha afirmam que a remoção das cerca de 1,6 mil famílias das Vilas Dique, Floresta e Nazaré continuará sendo realizado. Segundo eles, a presença das pessoas na área não impede que obras sejam realizados.</p>	
Notícia	Nº 9
<p>Padilha volta atrás e pede ampliação de pista do Salgado Filho.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 22/01/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Uma das exigências da Infraero, segundo Padilha, para que a ampliação da pista saia do papel é que ela tenha a "plena e efetiva posse da União de toda a área do sítio aeroportuário". Nesse ponto entra uma polêmica, já que cerca de 1,8 mil famílias precisam ser removidas das vilas Dique e Nazaré, que ficam ao lado do Salgado Filho, para que a nova pista opere completamente.</p>	
Notícia	Nº 10
<p>Fortunati: "Obras no Salgado Filho poderiam começar amanhã".</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 22/01/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Fortunati explicou que um muro foi construído no local que deve ser ampliado e que as famílias serão levadas para loteamentos do programa Minha Casa, Minha Vida até março de 2016. O entrave só existiria na operação da nova pista, mas até lá, assegura o prefeito, não haverá mais ninguém nas vilas Dique e Nazaré.</p>	

Notícia	Nº 11
<p>Infraero deve definir ampliação do Salgado Filho no início de fevereiro.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 23/01/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: O órgão exige que o terreno destinado à obra deve ser totalmente cedido à União. Fortunati garantiu que não haverá entraves para isso e que as cerca de 1,8 mil famílias das vilas Dique e Nazaré (ao lado do Salgado Filho) serão levadas para imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida ao longo do ano. Segundo o prefeito, os trabalhos poderiam começar imediatamente.</p>	

Notícia	Nº 12
<p>Obras na pista do Salgado Filho só iniciam após transferência de famílias.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 12/03/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Todas as mil famílias das duas localidades devem ser realocadas até o primeiro semestre deste ano. As 922 famílias da Vila Dique irão para o Loteamento Bernardino Silveira Amorim, no Porto Seco. Destas, 400 já foram transferidas.</p>	

Notícia	Nº 13
<p>Em reunião com Dilma, Fortunati pedirá urgência na ampliação da pista do Salgado Filho.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 08/04/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: A remoção de todas as famílias que habitam de forma irregular as áreas do entorno, que compreendem as vilas Nazaré, Dique e Floresta. Com base em documentos assinados pela direção da Infraero, a retirada das famílias é necessária à plena operação da pista e pode ser executada até a conclusão da ampliação.</p>	

Notícia	Nº 14
<p>Protesto de moradores bloqueia a freeway em Porto Alegre por uma hora e meia.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 06/08/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Os moradores reclamam do processo de reassentamento em função das obras no aeroporto Salgado Filho. Eles querem continuar na área da Vila Dique e pedem que a região seja urbanizada.</p>	

Notícia	Nº 15
Salgado Filho: prefeitura reconta famílias para liberar ampliação da pista.	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 13/10/2017 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: O desafio é remover famílias. O Departamento Municipal de Habitação (Demhab) informa que 900 famílias que residiam na Vila Dique foram realocadas, mas o lugar voltou a ser ocupado.</p>	
Notícia	Nº 16
Em quatro anos, Fraport promete investir R\$ 600 milhões em obras no Salgado Filho.	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 25/10/2017 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Os moradores devem ser levados a um empreendimento na Zona Norte da Capital, mas a área foi ocupada de maneira irregular por outro grupo. O Demhab relata que uma reintegração de posse em favor da Caixa.</p>	
Notícia	Nº 17
Fepam emite licença para ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho.	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 11/01/2018 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Para obter a licença, segundo a Fepam, a empresa alemã precisou apresentar o programa de desapropriação e reassentamento de famílias que residiam na Vila Dique.</p>	
Notícia	Nº 18
Extensão da pista do Salgado Filho começa em março, mas uso só deve ser autorizado após remoção de famílias.	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 04/02/2018 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: A Fraport apresentou, também, um programa de desapropriação, realocação e reassentamento de famílias que ainda residem na Vila Dique, outra área ocupada irregularmente, mas que não interfere na operação do aeroporto.</p>	

Notícia	Nº 19
<p>Fraport dá início a obras no aeroporto Salgado Filho, que devem gerar mil empregos diretos.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 22/03/2018 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: A remoção de moradores que vivem no entorno do Salgado Filho segue como entrave para a operação da pista depois da realização das obras de extensão em 920 metros.</p>	

Notícia	Nº 20
<p>Vizinhos do aeroporto Salgado Filho lutam por indenização.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 28/06/2018 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Os Fraga alegam que o seu processo de retirada acabou sendo diferente dos demais moradores que viviam na Vila Dique. Há uma década, quando teve início o cadastramento para remoção por parte do Demhab, eles não foram incluídos por viverem em terreno considerado particular. Entre 2009 e 2012, 922 famílias foram transferidas para uma nova comunidade próximo ao Porto Seco, e hoje batizada de Porto Novo.</p>	

Notícia	Nº 21
<p>Vila Dique: 300 famílias remanescentes devem começar a deixar área da Zona Norte nos próximos dias.</p>	
<p>Fonte: Jornal Zero-Hora Data: 24/09/2018 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Segundo a Caixa Econômica Federal, há 118 famílias provenientes da Vila Dique que serão transferidas para parte do Residencial Porto Novo, no Porto Seco.</p>	

5.2 Notícias do Jornal Correio do Povo

Notícia	Nº 22
<p>Primeiras famílias da vila Dique foram transferidas. Abre-se o espaço para o prolongamento da pista do Aeroporto Salgado Filho</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 20/10/2009 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: O primeiro passo para a extinção da vila Dique, na zona Norte de Porto Alegre, foi dado ontem. Sob forte aparato policial, o Departamento Municipal de Habitação (Demhab) removeu as primeiras oito famílias para um loteamento habitacional que está em construção na avenida Bernardino Silveira Amorim, no bairro Rubem Berta.</p>	
Notícia	Nº 23
<p>Famílias deixam a Vila Dique. Extinção da favela possibilitará a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho.</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 21/12/2009 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: A transferência e consequente extinção da favela possibilitará a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho - obra essencial para a realização da Copa do Mundo de 2014.</p>	
Notícia	Nº 24
<p>Reassentamento de famílias da Dique deve ser concluído até final de 2010. Vila de Porto Alegre está em processo de desocupação para ampliação de pista de aeroporto.</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 29/12/2009 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: O diretor geral do Demhab, Humberto Goulart, projeta finalizar o reassentamento das 1.392 famílias que continuam vivendo na Dique até o final do próximo ano.</p>	
Notícia	Nº 25
<p>Famílias são removidas da Vila Dique para ampliar o aeroporto. Moradores são levados para loteamento no bairro Rubem Berta, em Porto Alegre.</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 26/05/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: A remoção da vila, localizada irregularmente há cerca de 30 anos nas laterais da avenida Dique, possibilitará a ampliação da pista do Aeroporto Internacional</p>	

Salgado Filho. “Estamos colaborando para a execução de uma obra essencial para a expansão comercial do Estado e para a Copa do Mundo de 2014”.

Notícia	Nº 26
<p>Escombros de casas na Vila Dique provocam infestação de roedores e baratas. Moradores reclamam do risco de doenças.</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 21/09/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Ratos, baratas e cobras tomaram conta do terreno da Vila Dique, na zona Norte de Porto Alegre, onde casas foram destruídas para a ampliação da pista no Aeroporto Internacional Salgado Filho.</p>	

Notícia	Nº 27
<p>BM entra em alerta para guerra de traficantes em vila da Capital. Quadrilha da Vila Nazaré estaria aproveitando a desocupação da Dique para tomar pontos de tráfico.</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 03/11/2009 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Com a desocupação parcial da Vila Dique para a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, moradores, policiais militares e civis estão sobressaltados desde o primeiro dia de transferência, 19 de outubro.</p>	

Notícia	Nº 28
<p>Vila Dique: mais 48 famílias vão para Rubem Berta</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 22/10/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Começou ontem a remoção de mais 48 famílias da vila Dique. Elas se mudaram para o loteamento construído na avenida Bernardino Silveira Amorim, no bairro Rubem Berta, ao lado do Complexo Cultural Porto Seco. Essa etapa deverá ser concluída até amanhã.</p>	

Notícia	Nº 29
<p>Demhab transfere mais 24 famílias da Vila Dique nesta terça-feira Outras 20 casas serão entregues amanhã, concluindo a finalização de 68 unidades.</p>	

Fonte: Jornal Correio do Povo
Data: 23/03/2010
Meio de Divulgação: Notícia online
Vila Dique: A transferência dos moradores ocorre após a existência irregular da vila por 30 anos, para possibilitar a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, uma das obras essenciais para a Copa 2014 em Porto Alegre.

Notícia	Nº 30
---------	-------

Transferência de famílias da Vila Dique prossegue até sexta-feira. Demahb encaminhou 24 das 68 famílias para o loteamento do bairro Rubem Berta.

Fonte: Jornal Correio do Povo
Data: 22/03/2010
Meio de Divulgação: Notícia online
Vila Dique: O diretor-geral do Demhab, Humberto Goulart, informou que na primeira quinzena de abril mais 70 famílias vão ser transferidas. O loteamento, abrigando 1.476 unidades, vai permitir a ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho.

Notícia	Nº 31
---------	-------

Vila Dique enfrenta atraso na entrega de obras. Situação dos moradores foi debatida em reunião conjuntas de comissões na Câmara da Capital

Fonte: Jornal Correio do Povo
Data: 07/06/2011
Meio de Divulgação: Notícia online
Vila Dique: O atraso nas obras e o atendimento de saúde e educação são as principais preocupações de moradores da nova e da antiga Vila Dique.

Notícia	Nº 32
---------	-------

Remoção de moradores da Vila Dique foi irregular, segundo ONU. Relatora vistoria comunidades atingidas por obras da Copa do Mundo de 2014, em Porto Alegre

Fonte: Jornal Correio do Povo
Data: 19/08/2011
Meio de Divulgação: Notícia online
Vila Dique: A relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, entendeu que a ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, ocasionou a remoção das famílias da Vila Dique de forma irregular, sem a finalização das novas moradias e sem a conclusão de escolas e postos de saúde.

Notícia	Nº 33
---------	-------

Mais 64 famílias começam a ser removidas da Vila Dique. Mudança de moradores para loteamento possibilitará a ampliação da pista do aeroporto na Capital

Fonte: Jornal Correio do Povo
Data: 10/10/2011
Meio de Divulgação: Notícia online
Vila Dique: Localizada irregularmente há cerca de 30 anos na avenida Dique, a remoção da vila possibilitará a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Notícia	Nº 34
<p>Famílias começam a ser transferidas da vila Dique, na Capital. Moradores irão para loteamento no bairro Rubem Berta.</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 02/03/2012 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: De acordo com o Demhab, nesta etapa da desocupação serão removidas ao todo 60 famílias. Todas estão sendo levadas para o conjunto habitacional Porto Novo, na avenida Bernardino Silveira Amorim. A transferência seguirá na próxima semana.</p>	

Notícia	Nº 35
<p>Mais dez famílias deixam vila Dique, em Porto Alegre. Previsão é de que até quarta-feira outras 15 famílias sigam para o bairro Rubem Berta</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 27/12/2010 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Localizada irregularmente há mais de três décadas nas laterais da avenida Dique, a extinção da vila e consequente demolição das moradias possibilitará a ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho - intervenção essencial para a expansão comercial do Estado e para a Copa do Mundo de 2014.</p>	

Notícia	Nº 36
<p>Mil famílias da Vila Dique ainda aguardam transferência para o bairro Rubem Berta. Prefeito José Fortunati entregou parte da área para permitir expansão da pista do aeroporto Salgado Filho.</p>	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 21/11/2011 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: O prefeito José Fortunati e o diretor-geral do Demhab, Humberto Goulart, entregaram na tarde desta sexta-feira parte da área da Vila Dique ao governo do Estado e anunciaram a transferência de 404 famílias para o loteamento no bairro Rubem Berta, na zona Norte da Capital. Mil famílias ainda aguardam transferência.</p>	

Notícia	Nº 37
Moradores de vila de Porto Alegre fazem protesto contra remoção de famílias.	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 06/08/2015 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Mais de 100 moradores da Vila Dique, localizada na zona Norte de Porto Alegre, realizaram na manhã desta quinta-feira um protesto contra remoção de famílias na BR 290, a <i>freeway</i>.</p>	
Notícia	Nº 38
Fepam emite licença para ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho. Ampliação da pista em 920 metros possibilitará o recebimento de aeronaves de maior porte.	
<p>Fonte: Jornal Correio do Povo Data: 11/01/2018 Meio de Divulgação: Notícia online Vila Dique: Para obter a licença, a Fraport apresentou o programa de desapropriação e de realocação e reassentamento de famílias que residem na Vila Dique.</p>	

5.3 O que mais foi dito?

Dentro das teorias de linguagem, e mais em específico dos estudos sobre discursos, podemos dizer que tanto a Análise do Discurso quanto a Análise do Conteúdo lidam com o conteúdo do texto. Mas, se diferenciam pelo fato de que a Análise do Conteúdo está mais interessada nas questões específicas do texto, e a Análise do Discurso se interessa mais pelos significados destes textos.

Uma primeira fase de nossa análise, então, é a de lidar com o conteúdo do texto. Para isso, vamos trazer algumas estatísticas das 38 notícias levantadas junto à mídia. Estas informações são relevantes para entendermos o que mais se repetiu nestas enunciações, dando a ideia, dessa forma, de que uma notícia pode ser repetida inúmeras vezes com um mesmo sentido, ser continuamente referida até ganhar ares de verdade.

Para justificar nossa afirmação anterior, lembramos de outras informações já trazidas em nossa narrativa. A própria ANAC já declarou que não é necessária a remoção da Vila Dique para que a expansão da pista do aeroporto Salgado Filho ocorra, mas como a necessidade de remoção foi a notícia mais divulgada e o argumento mais utilizado pelo poder público municipal, mesmo

notícias bem mais recentes seguem apontando e justificando a remoção pela obra de expansão.

Ao realizarmos a contagem de palavras das 38 notícias selecionadas, podemos observar os vocábulos que mais se repetiram. Um aspecto metodológico a ser destacado aqui é que foram excluídas as palavras conectivas e de formação da frase, deixando apenas aquelas que possuem relação direta com a nossa pesquisa.

Neste sentido, observamos que as palavras “Dique”, “Salgado” e “Filho” foram repetidas mais de 208 vezes, ou seja, quando a mídia tratou de falar do aeroporto Salgado Filho, a Vila Dique estava sempre relacionada. Observamos que as palavras mais repetidas têm a ver com as toponímias que estas obras e remoções denominam.

Gráfico 6 – Contagem de palavras a partir das mídias

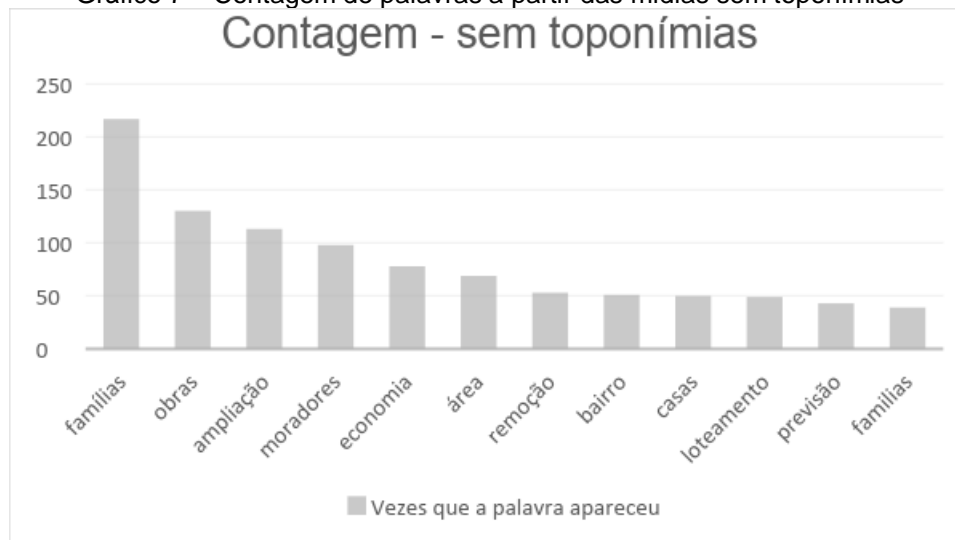


Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Ao retirarmos da análise as toponímias, podemos realizar outra análise, em que, então, as palavras “famílias”, “obras” e “ampliação” ganham destaque, ver no Gráfico 7. Podemos associar a menção a obras às notícias que tratam da quantidade de famílias que habitam a área. Também é possível observar que as notícias divulgadas frequentemente relacionam as obras de ampliação a famílias e moradores. Outro destaque que podemos fazer é de que a palavra remoção

apareceu 53 vezes. Esperávamos mais repetições, dado o conteúdo das notícias, mas observamos que a repetição não é tão frequente porque a palavra remoção também é significada em outros vocábulos, como “loteamento”, “bairro” e “obras”.

Gráfico 7 – Contagem de palavras a partir das mídias sem toponímias



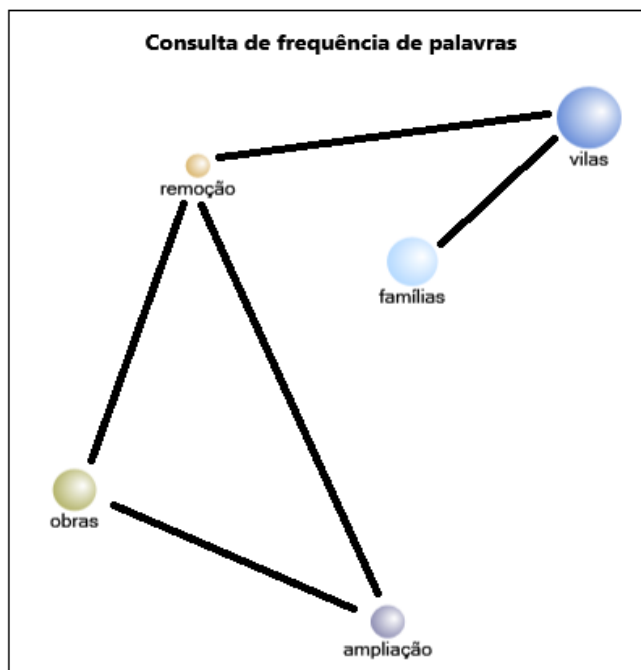
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

5.4 Enunciado para quem?

Em nossa primeira classificação e análise, geramos informações sobre o conteúdo contido nas mídias compiladas. Agora, a este conteúdo, realizamos outra análise, com intuito de buscar os significados contidos ali. A partir da identificação das palavras, a ideia é buscar pelo processo, isto é, buscar por aquilo que leva determinada palavra a significar o que ela significa. (PÊCHEUX, 1973). Além disso, e como proposto por Mikhail Bakhtin (2014), busca-se também determinar o contexto da enunciação, bem como os sentidos e as associações possíveis com outros termos. É por meio deste percurso que conseguimos ir mostrando os outros significados – para além dos sentidos consagrados – que estão contidos nos textos (discursos) que foram veiculados na mídia.

Para realizarmos a análise dos vocábulos, tendo em vista a teoria da Análise de Conteúdo, escolhemos 5 termos, são eles: “Vilas”, “Ampliação”, “Famílias”, “Obras” e “Remoção”. Para a escolha destes termos baseamos, além do número de vezes em que aparecem no texto, também os contextos dos discursos que mais se repetiram pelo poder público municipal.

Figura 20. Ligação dos vocábulo escolhidos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Na figura 20, elaborada com recurso do software *Nvivo*, podemos destacar os 5 termos escolhidos, desse modo, as esferas maiores representam a quantidade de vezes que a palavra apareceu, e as linhas apontam para ligações entre estas palavras. A análise que pode ser feita é de que o vocábulo “obras” está relacionado com o vocábulo “ampliação”, que, por sua vez, também se relaciona com o termo “remoção”, o qual está em relação de dependência com os termos “vila” e famílias”.

Ao nos determos um pouco mais nesse aspecto, podemos observar que esta é a mensagem que o poder público municipal passou em suas argumentações sobre a remoção da Vila Dique. A primeira e mais forte argumentação é a de que a Vila Dique deveria ser removida por estar na área de ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho – esta é, sem dúvida, a argumentação mais utilizada, constituindo o discurso que, conseqüentemente, foi mais veiculado na mídia. Aliás, se tomarmos em consideração as outras argumentações promovidas pelo poder público municipal, nenhuma delas foi lembrada ou veiculada pela mídia, ou seja, das 38 notícias selecionadas, todas elas tratam a remoção da Vila Dique como necessária para a ampliação da pista do aeroporto.

Esses discursos enunciados pela mídia formam então uma opinião pública sobre esta comunidade. É dizer, portanto, que a partir desses discursos consolidados, a opinião pública simplesmente repete que a Vila Dique precisa ser removida para que aconteçam as obras de ampliação do aeroporto Salgado Filho. Desse modo, tais discursos acabam por culpabilizar a comunidade pelos atrasos e pela não realização da obra. Observamos que esta estratégia de colocar uma comunidade no meio de uma grande obra foi utilizada também quando da execução das obras da segunda ponte do Guaíba¹⁶.

5.5 O que ficou?

Com tantas repetições e apenas a reafirmação do viés de remoção para que aconteçam as obras do aeroporto, o que fica para a população em geral em termos de entendimento sobre a Vila Dique? Em muitos casos, as informações que chegam são apenas aquelas que foram enunciadas pela mídia, não tendo divulgação das informações a respeito de Área de Preservação Permanente e nem de Área de Risco à Inundação. Sendo assim, um único enunciado chega à sociedade civil, que acaba por comprar a ideia de que a Vila Dique é um impeditivo à ampliação da pista.

Utilizando o programa *Nvivo*, elaboramos uma nuvem de palavras (figura 21) empregando os termos que são relevantes à pesquisa (desconsiderando os conectivos e os auxiliares), utilizamos novamente as 38 notícias compiladas. Essa técnica permite mostrar e dar destaque aos termos que mais foram empregados nas reportagens. Outra variável que é considerada é com quais palavras estão relacionadas, sendo assim, a proximidade indica a relação direta.

¹⁶ Ver em: Territórios em transição: mudanças territoriais nas comunidades das Vilas Tio Zeca e Areia frente à construção da segunda ponte do Guaíba, no município de Porto Alegre, RS. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147925>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

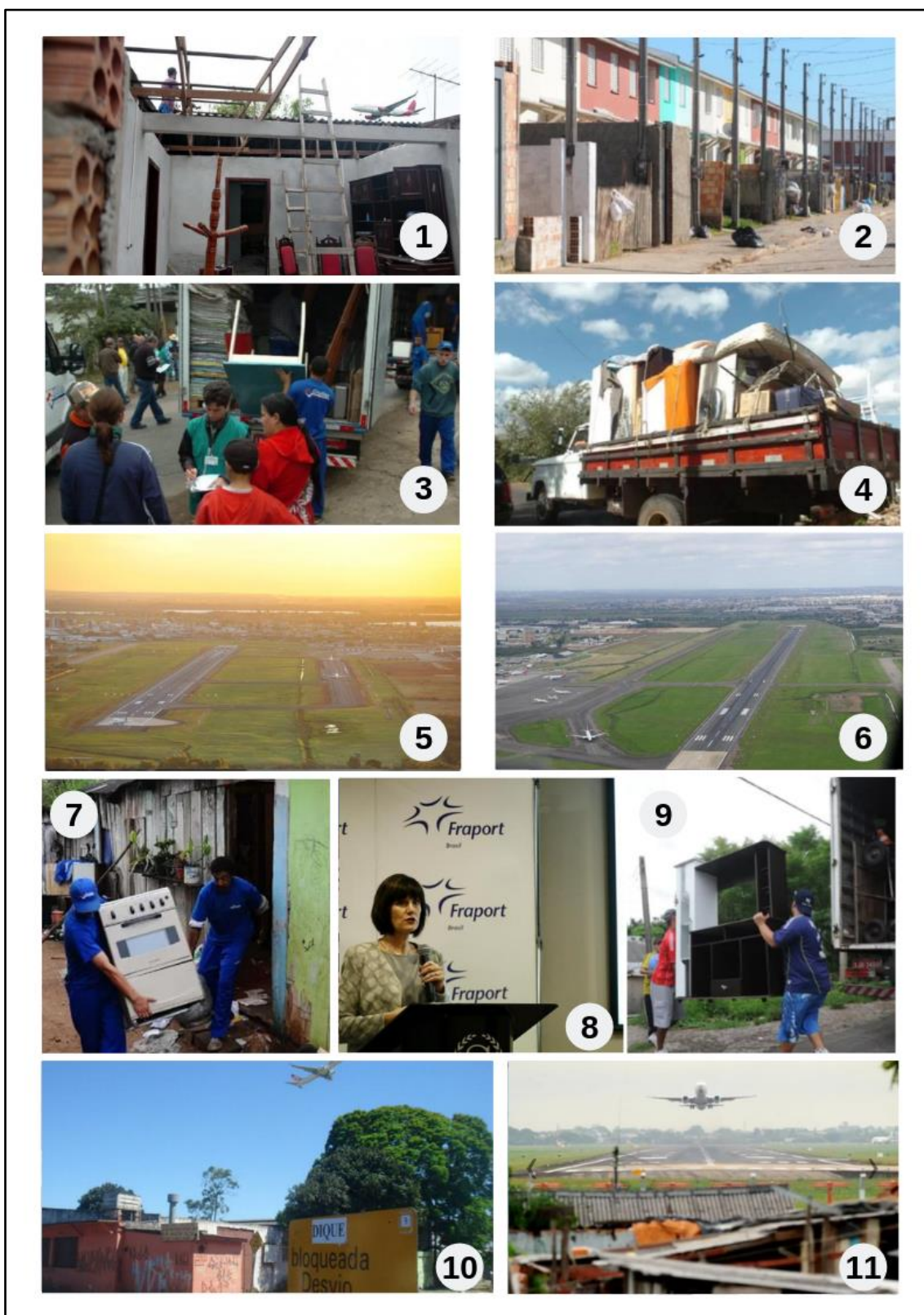
mudanças, de carregamento de móveis, de casas destruídas ou ainda do novo conjunto habitacional.

Segundo Hall (2016), representar envolve o uso da linguagem, de signos, imagens que significam ou representam objetos. Neste sentido, além da unidade comunicativa que foi passada pela mídia através dos textos, que apontam e justificam a remoção como o único entrave para ampliação do aeroporto, as imagens que foram utilizadas junto aos textos também possuem intencionalidade e podem ser interpretadas como outros discursos.

Portanto, consideramos as imagens como um texto a ser lido e interpretado, entendendo estas como uma categoria discursiva. Com isso, queremos dizer que as imagens também possuem as intencionalidades e apontam para um discurso direcionado. Podemos pensar um pouco mais sobre isso: quando da interpretação dos textos em si, as notícias direcionam o pensamento para as remoções e obras de ampliação do aeroporto.

Para mostrar como essas imagens foram empregadas, apresentamos 11 delas em mosaico (Figura 22) – que foram escolhidas dentro das 38 notícias compiladas nesta pesquisa. Elas servem para complementar e ilustrar as notícias selecionadas, e possuem a característica de mostrar remoções, mudanças e carregamentos, a própria pista do aeroporto e atores políticos envolvidos com a obra. Estas imagens são escolhidas para complementar o sentido que as notícias desejam passar, de que realmente a remoção da Vila é inevitável.

Figura 22. Mosaico de imagens que acompanharam as notícias compiladas.



Fonte: Autor, 2019.

Fonte das imagens utilizadas na Figura 22:

- 1) Famílias que viviam em área particular deixaram área hoje – Crédito da Foto: André Avila – Jornal Zero-Hora Agência RBS, 2015.
- 2) Vila Dique enfrenta atraso na entrega de obras – Crédito da Foto: Vinícius Roratto – Jornal Correio do Povo, 2011.
- 3) Começaram a ser transferidas hoje mais 52 famílias da Vila Dique para o bairro Rubem Berta. Crédito da Foto: Pedro Revillion – Jornal Correio do Povo, 2010.
- 4) Mais dez famílias deixam vila Dique, em Porto Alegre – Crédito da Foto: Vinícius Roratto – Jornal Correio do Povo, 2010.
- 5) A ampliação da pista possibilita pousos e decolagens de aviões de grande porte, como os de carga – Crédito da Foto: Lauro Alves – Jornal Zero-Hora Agência RBS, 2015.
- 6) Pistas do Salgado Filho – Crédito da Foto: Ronaldo Bernardi – Jornal Zero-Hora Agência RBS, 2018.
- 7) Mudança dá esperança de nova vida – Crédito da Foto: Vinícius Roratto – Jornal Correio do Povo, 2010.
- 8) Andreea Pal coordenará operações da Fraport no Brasil – Crédito da Foto: Carlos Macedo – Jornal Zero-Hora Agência RBS, 2017.
- 9) Famílias começam a ser transferidas da vila Dique, na Capital – Crédito da Foto: Pedro Revillion – Jornal Correio do Povo, 2012.
- 10) Motoristas enfrentam interrupção até amanhã devido à transferência das famílias pelo demhab – Crédito da Foto: Nauro Junior – Jornal Zero-Hora Agência RBS, 2010.
- 11) Famílias deixam a Vila Dique – Crédito da Foto: Cristiano Estrela – Jornal Correio do Povo, 2009.

Capítulo 6 – Vozes a partir dos atores locais

A favela, nunca foi reduto de marginal
 Ela só tem gente humilde marginalizada
 e essa verdade não sai no jornal
 A favela é, um problema social
 A favela é, um problema social
 Sim, mas eu sou favela
 Posso falar de cadeira
 Minha gente é trabalhadeira
 Nunca teve assistência social
 Ela só vive lá
 Porque para o pobre, não tem outro jeito
 Apenas só tem o direito
 A um salário de fome e uma vida normal.

Bezerra da Silva – Eu Sou Favela

Iniciamos trazendo a proposição de Henri Acselrad (2009) que aponta a existência de um risco em termos de produção e representação de ideias quando apenas as posições dominantes do espaço social obtêm possibilidade para a difusão de informações. Desse modo, os discursos advindos da produção/transformação do espaço urbano a partir do Estado são legitimados pela veiculação massiva nos meios de comunicação.

Neste capítulo, queremos dar voz para as outras representações de mundo, e sobre a Vila Dique, o espaço que é apropriado e pensado pelos moradores. Para a construção desta parte do texto, havíamos pensando em capturar narrativas por meio de entrevistas abertas, sem condução por perguntas fechadas, mas como explicitado em nossa metodologia, não o podemos fazer por motivos de organização interna da comunidade. No lugar disso, estamos registrando aqui nesta seção inúmeras vozes, onde então o pesquisador teve um espaço de escuta e observação durante os inúmeros encontros com os moradores da Vila Dique, sejam eles dentro da comunidade ou fora dela.

A partir das concepções de Pêcheux e Fuchs (1975), podemos salientar que a língua é também uma mediação entre o sujeito e o mundo, uma vez que o sujeito se apropria do mundo por meio da enunciação, isto é, ao se reconhecer como sujeito e se expressar através da língua é que o sujeito se apropria também de seu espaço no mundo. Essa ideia nos parece muito importante para justificar

o porquê de registrar essas falas dos moradores do lugar, ou seja, registrar as apropriações de espaço a partir de suas falas e enunciações, observar como tratam de explicitar sua relação com a própria Vila Dique.

As falas dos moradores estão carregadas de cotidiano, de muita luta e resistência para permanecer no seu território, mas também de lembranças das grandes mobilizações para conseguir fazer da Dique um lugar melhor de se viver. Recordações de como foi construído espaço e a produção de cidade. Como foi sendo conquistado o acesso à cidade por aqueles que em sua maioria eram migrantes do interior do Rio Grande do Sul e, depois, seu povoamento com a chegada dos moradores da Região Metropolitana e da própria cidade de Porto Alegre.

É necessário falar um pouco a respeito de quem são esses moradores, e para isso apontamos para a sua simplicidade, seus anseios e suas lutas por melhorar a sua qualidade de vida. É provável que existam dois cotidianos dos moradores da Vila, aquele que é vivido fora dela, e aquele que é vivido dentro da Vila. Aquilo que está fora da comunidade está regado e controlado ao padrão urbano, horários de trabalho, horários de ônibus, horários que podem transitar para realizar a coleta dos materiais. Já dentro da Vila, o tempo talvez passe um pouco mais devagar, pois é onde existe tempo para parar e conversar com os vizinhos, tempo para cuidar dos animais e de cultivo das suas hortas.

Optamos também por não identificar os moradores por nome nem profissão, visto que por se tratar de uma comunidade com risco de remoção, identificar os moradores poderia contribuir para retaliações sobre as suas falas. Neste sentido, as falas identificam apenas uma aproximação de idade dos moradores.

Por sinal, observamos um cotidiano bastante diferente. Podemos apontar para as diferenças no movimento dentro da comunidade durante a semana e nos finais de semana, e também durante o dia e durante a noite. O território se enche e se esvazia de moradores por causa de suas rotinas, a configuração permanece igual, mas à noite os moradores se encontram nas lancherias e bares. Também observamos as calçadas tomadas, cadeiras são puxadas para frente das casas e a rua fica cheia. Diferentemente do que acontece durante o dia, em que os horários de movimento são aqueles de saída para o trabalho pela manhã e também de ida e retorno das crianças para a escola.

Os moradores da Vila possuem um jeito de levar a vida diferente do resto da cidade, essa característica mais interiorana e de relações de proximidade com os vizinhos está sendo ou já foi perdida nos demais bairros de Porto Alegre. A Vila ainda mantém essa característica, tanto que existe toda uma relação de confiança com os vizinhos e também de solidariedade quando um morador está enfrentando alguma situação adversa.

6.1 Outro discurso da Vila Dique

Antes de propriamente iniciarmos a nossa construção a partir das falas dos moradores, gostaríamos de fazer uma nota explicativa. Desse modo, é importante salientar que esses registros são fruto dos trabalhos de campo realizados durante a pesquisa, de reuniões, de falas, da convivência, onde então os diálogos se deram entre os moradores e o pesquisador. Ainda, buscamos frisar que muitos desses registros foram compilados depois das falas, em anotações em caderneta de campo, mas não no momento em que foram falados para não gerar nenhum tipo de inibição. Também é importante dizer que essas falas resultam de ao menos 4 anos de convivência com a comunidade, as vezes de forma mais presente e outras vezes com intervalos de ausência do pesquisador. Outro aspecto importante a ser explicitado é de que essas compilações das falas não constituem uma ordem cronológica de anotações, assim, vamos agrupá-las a partir de grupos temáticos em comum.

Sendo assim, podemos destacar a seguinte pergunta a fim de melhor refletirmos sobre a comunidade; ou seja - que comunidade é essa? É um entrave para as obras de ampliação do aeroporto Salgado Filho ou uma comunidade que se apropriou de um espaço ocioso da cidade e ali fez sua morada? Trazer as perspectivas dos moradores é muito importante, principalmente quando estamos trabalhando com uma comunidade periférica, pois esses muitas vezes não têm acesso para exposição de suas argumentações.

Mesmo que essas falas, em muitos casos, não estivessem orientadas, direcionadas ou ainda condicionadas para um discurso da comunidade da Vila Dique para quem está fora, pois em sua maioria foram capturadas em momentos de cotidiano e em conversas informais, ainda assim, essas falas estabelecem um discurso bastante alinhado. É dizer, por mais que os moradores não tivessem

combinado a propagação de uma informação específica, podemos fazer comentários sobre uma linha que estrutura esses enunciados.

É um desafio enorme poder compilar e passar a ideia do que é a Vila Dique. Foram inúmeras conversas, nos mais diferentes momentos e ambientes, que resultaram em algumas frases que apresentamos anteriormente. Essas frases não são deterministas, nem muito menos esgotam as possibilidades das relações que os moradores possuem com a Vila, mas sim são apenas indícios de um povo aguerrido, que trabalhou e lutou muito para melhor o seu espaço. Brevemente, tentarei aqui passar a mensagem transmitida nos diálogos com os moradores.

A Vila Dique possui problemas sim, isso é inegável. Aliás, se conversássemos com os moradores de todos os bairros da cidade Porto Alegre, eles apontariam para os seus problemas também, pois esse comportamento é comum do espaço urbano, da organização da cidade e da aglomeração de pessoas. Entretanto, os problemas que a Vila Dique enfrenta, a maioria deles não são de culpabilidade dos próprios moradores, por mais que se diga que sim; podemos observar esse fator na fala de um morador:

Um dos maiores problemas da Vila é que entram caminhões de entulho e despejam os restos de obra lá na ponta (falando das proximidades da BR-290). Um tempo atrás também estavam largando carros roubados aqui. Mas agora pessoal tá cuidando mais para isso não acontecer. (Morador, cerca de 50 anos de idade).

Contudo, apesar dos problemas, podemos observar também muita mobilização para alcançar a solução desses problemas. Em relação a essa perspectiva, enfatizamos que foram observadas inúmeras mobilizações, bem como mutirões realizados na comunidade ao longo do desenvolvimento da nossa pesquisa. Essas mobilizações se deram desde a reivindicação de audiências com o DEMHAB, até a realização de intervenções na própria Vila, como a reforma e a construção da associação de moradores; a limpeza de um terreno destinado ao posto de saúde e, também, a limpeza do caminho das crianças para a escola. Pode-se perceber essa questão da mobilização presente na Vila Dique por meio da fala deste morador:

A Vila Dique tem problemas sim. Mas o pessoal tá sempre se mobilizando para conquistar novas coisas. Eu não participo muito, venho numa que outra reunião. As vezes estamos cansados de tanta promessa e incerteza. Não sabemos ao certo se vamos ficar ou sair. Vamos levando como dá, mas apesar dos problemas eu gosto daqui. (Morador, cerca de 30 anos de idade).

Figura 23. Mobilização para limpeza no caminho das crianças para escola.



Fonte: Autor, 2018.

As questões ambientais que aparecem como sendo tão importantes para a PMPA, não se efetivam em ações concretas, o próprio Arroio da Areia e sua bacia está praticamente toda canalizada e tamponada, sendo então apenas próxima a Vila Dique que fica descoberto. A área que é marcada como de preservação permanente não possui nenhuma intervenção do poder público municipal neste sentido, assim como nenhuma fiscalização sobre as qualidades das águas do Arroio da Areia, que recebe muitos rejeitos também de empresas ao redor. Tais questões podem ser observadas nas seguintes falas de moradores:

O valão (falando do Arroio da Areia) tem uns quantos bichos, quando o Gravataí (rio) tá cheio, aparece até jacaré aqui na Vila. Tem tartaruga também o que não tem muito mais é peixe. (Morador, cerca de 30 anos de idade).

Olha as empresas aqui da volta nos ajudam muito, estão sempre fazendo alguma coisa para ajudar e principalmente para as crianças. Mas as empresas também ajudam a poluir o valo (falando do Arroio da Areia). (Moradora, cerca de 20 anos de idade).

Figura 24. Contaminação no Arroio da Areia.



Fonte: Autor, 2018.

Assim, é importante sublinhar que, por meio das falas dos moradores, podemos observar que esses enunciados parecem não se importar muito com a contaminação das águas. Ainda, os moradores contam que uma das coisas que gostam da comunidade é esse aspecto mais rural; além disso, relatam que se orgulham de possuir muitas árvores, muitas delas frutíferas; também de poder manter seus animais de estimação e criação; bem como lidar com o cultivo de hortaliças e ervas medicinais. Dizem também, os moradores, sentir saudade de uma Dique em que o Arroio era despoluído, onde dava para nadar, pescar e até utilizar a água sem maiores problemas. Esses aspectos podem ser vistos nas seguintes falas:

Aqui na Vila nem tudo é concreto. Aqui tem árvore, muita grama e quase todo mundo tem sua hortinha. Fala que a Vila polui o meio ambiente? A Vila é verde perto do resto da cidade. É claro, tem o problema do lixo, mas tiraram nosso galpão de reciclagem.
(Moradora, cerca de 50 anos de idade).

Melhor coisa é chegar aqui na Vila e sentar na sombra das árvores.
(Morador, cerca de 60 anos de idade).

Figura 25. Avenida Dique, paisagem do cotidiano.



Fonte: Autor, 2018

As reclamações chegam também em termos de assistência de serviços públicos, ou ainda de infraestrutura. A falta de calçamento das ruas e consequente o acúmulo de água, a formação de barro e até os de problemas de drenagem para as moradias são queixas muito presentes. Como pesquisador, também tive experiências em épocas chuvosas na comunidade e realmente a situação fica bastante complicada. Em seu livro *Olhe por Onde Você Anda: Calçadas de Porto Alegre* (2007), Airton Cattani mostra a beleza dos ornamentos e detalhes das calçadas da cidade; quando em diálogo com o próprio autor, questionei e disse que usaria essa temática na elaboração do presente texto, mas para mostrar as “não calçadas de Porto Alegre”. É dizer, a Vila Dique não possui calçamento e isso gera não só problemas de locomoção e escoamento das águas, como também afere a autoestima dos moradores que chegam no seus respectivos trabalhos e locais de estudo com os pés sujos de barro. Esse fator pode ser observado no seguinte enunciado de uma moradora:

Aqui tem problema quando dá muita chuva, fica um barro só! É Ruim da gente ir pro trabalho ou das crianças irem para escola, chegamos com os pés puro barro. (Moradora, cerca de 30 anos de idade).

Figura 26. Avenida Dique após um dia de chuva.



Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que Resiste. (Foto: Aline Bristot, 2015).

Além disso, as reclamações por parte dos moradores também são sobre os apagões de luz e a falta de água; desse modo, eles questionam os órgãos responsáveis por essas instalações a fim de regularizar a sua situação, de forma que possam ter um serviço de qualidade. Mas regular a situação dos moradores não é de interesse das concessionárias, visto que colocar marcadores e contadores nas casas seria legitimar a comunidade, algo que o poder público sempre age para que não aconteça. Sendo assim, seguem as instalações precárias de água e luz através dos chamados “gatos”.

A infraestrutura das casas é um ponto de ambivalência dos moradores, eles gostam e construíram suas casas a partir de suas necessidades e gostos. Mas 10 anos passando por um processo de remoção, sendo que muitas casas têm sido derrubadas pelo DEMHAB, geram apreensão e incertezas quanto a conservação e melhoramentos nos aspectos estruturais básicos. Nas conversas

com os moradores, muitas vezes ficou claro que a casa não está nas condições ideais, ou como eles gostariam que estivesse, assim, eles comentam sobre a incerteza em investir na compra de materiais não sabendo até quando a casa irá permanecer de pé. Tais aspectos podem ser melhor compreendidos por meio das falas dos seguintes moradores:

Moro aqui na Dique faz muito tempo, a Vila já é bem melhor de se viver. Ainda falta muita coisa, é claro. Mas acredito que vamos ter uma Dique melhor logo. (Moradora, cerca de 40 anos de idade).

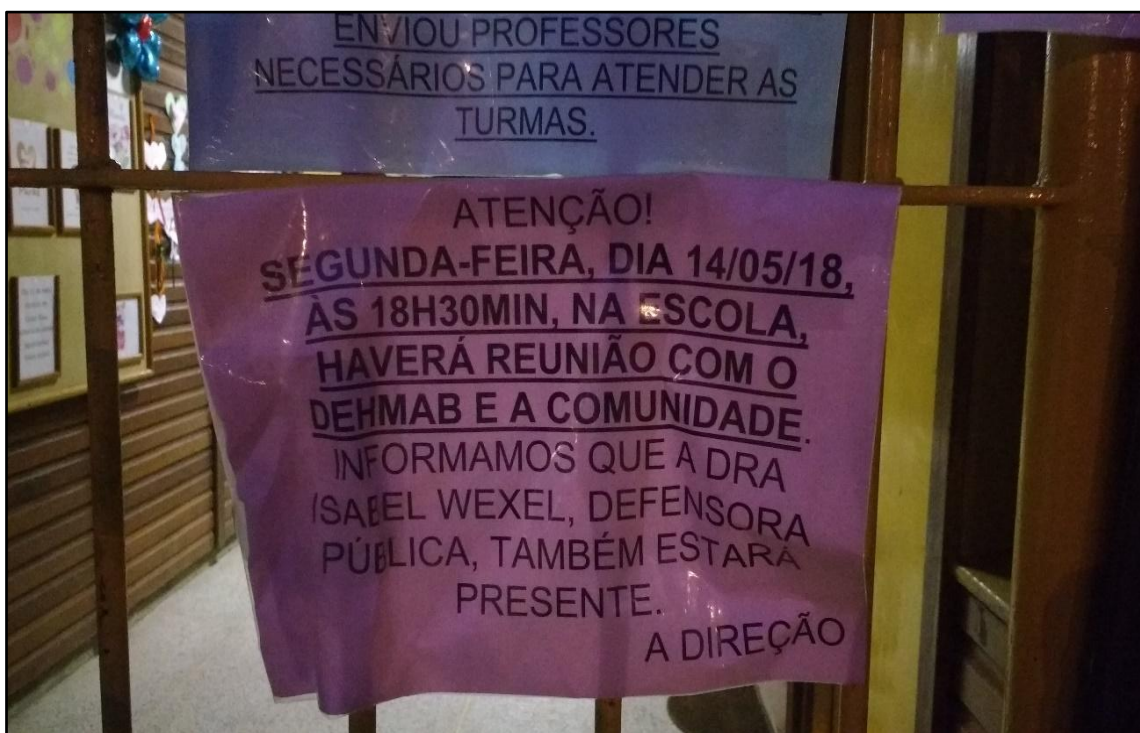
Meu sonho é ver essa comunidade linda! As casinhas todas pintadas, tendo calçada e sem esse barro todo. Olha, se tivesse só uma calçada já melhorava muito a nossa vida. (Moradora, cerca de 40 anos de idade).

O povo aqui da Dique vai fazendo uma melhoria aqui e outra ali. Temos medo de fazer muita melhoria e gasta nosso dinheirinho e vir o DEMHAB e falar que temos que sair. (Morador, cerca de 20 anos de idade).

O excelente atendimento que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Migrantes (E.M.E.F Migrantes) presta à comunidade está apontado, pelos moradores, como umas das melhores coisas que a comunidade ainda tem. A escola praticamente atende apenas as crianças da Vila; além disso, a direção e os professores estão sempre fazendo ações com os alunos e com a própria comunidade. Destacamos também o papel de centralidade da escola para quando é necessária a realização de uma reunião mediadora entre DEMHAB e comunidade. Interessante notar a fala de uma moradora a respeito da Escola:

A escola das crianças (falando do E.M.E.F Migrantes) é muito boa, ganha prêmio a cada tempo. Além disso estão sempre fazendo atividades e festinha para as crianças. Eles adoram. (Moradora, cerca de 20 anos de idade).

Figura 27. Cartaz na entrada da Escola Migrantes informando sobre a reunião com DEMHAB.



Fonte: Autor, 2018.

Interessante destacar algumas outras falas dos moradores a respeito da presente situação da Vila Dique:

A vila pra mim é boa. Mas poderia ser ótima. Faltam algumas coisas como o posto de saúde, a gente até tinha antes um, mas foi lá para o Porto Novo. (Moradora, cerca de 40 anos de idade).

A construção desse muro (falando sobre o cercamento da área removida) nos fechou. Agora para chegarmos na Sertório (avenida) temos que dar toda a volta pelo aeroporto. É muito mais longe, nem todo mundo pode pagar a passagem de ônibus e fora o tempo que leva. A gente dá um jeito de contornar o muro, já fizemos um buraco nele duas vezes e vamos seguir fazendo para podermos passar. (Moradora, cerca de 30 anos de idade).

Sem a padaria comunitária, sem a creche, galpão e o clube de mães, tem muito jovem desempregado. Até vem um pessoal oferecendo curso técnico, mas primeiro deveriam dar condições da gente trabalhar. (Morador, cerca de 30 anos de idade).

Nosso atendimento de saúde tá muito ruim. O posto foi levado lá para o Porto Novo, fica bem longe. Buscamos atendimento no Cristo Redentor (hospital), mas nem sempre nos atendem, dizem que não somos daquela região. Tem também a UPA do triângulo, mas tem que pegar ônibus para ir. (Moradora, cerca de 20 anos de idade).

Figura 28. Marcação da área para o Posto de Saúde.



Fonte: Autor, 2015.

Destacamos aqui mais duas falas que exprimem a situação vivida pelos moradores:

Aqui estamos até perto do centro da cidade. Um ônibus só e é fácil de chegar. Também a bicicleta é um meio bom de transporte. Mas agora temos que passar pela estrada e é perigoso. (Morador, cerca de 20 anos de idade).

Pensar que o aeroporto é aqui do lado e nós estamos abandonados. Os políticos só veem a gente de cima quando passam de avião. (Moradora, cerca de 70 anos de idade).

Quanto aos animais, os moradores relatam que além dos de estimação, seus fiéis companheiros, na Dique existem os animais que ajudam no sustento das famílias como: cavalos, galinhas e porcos. Um dos grandes contrapontos da realocação para o Porto Novo é a exigência de não levar os animais de criação; ainda, sendo estipulado um número limitado para os de estimação. Nas conversas e observações, vimos que na Dique também acontece o comércio desses animais entre vizinhos, tal como expressado pelas falas dos moradores:

Eu tenho meus cachorros, tenho meus gatos. Como vou levar lá pro Porto Novo? (Moradora, cerca de 30 anos)

Eu tenho meu cavalinho que além de me levar para tudo, me ajuda no trabalho de busca de lixo reciclado. (Morador, cerca de 40 anos)

Aqui na minha casinha consigo tirar o meu sustento. Se precisou vou na CEASA buscar umas frutas e verduras. Mas tenho pátio, daí posso plantar a minha hortinha e criar umas galinhas. Ajuda bastante, se fosse ter que comprar tudo o dinheiro não dá. (Moradora, cerca de 50 anos)

Eu crio uns animais aqui, tenho galinha e porco. A cada tempo mato um para minha alimentação ou até vendo para um vizinho. Esse tipo de coisa não tem lá no Porto Novo. (Moradora, cerca de 30 anos)

Somamos a isso, os dados do levantamento “Vila Dique: A Santíssima Trindade que Resiste” de 2015, apontaram que 80% dos entrevistados naquele ano possuíam algum tipo de animal, sendo que destes, 24% possuíam animais dos quais dependiam economicamente, ou para transporte ou para alimentação. Outra questão levantada são os laços afetivos que os moradores possuem com seus animais de estimação, uma vez que não poderão levar consigo os seus companheiros para o reassentamento do Porto Novo.

Figura 29. Horta na frente de casa e banho de sol do cachorro.



Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que resiste. (Foto de Aline Bristot, 2015).

Figura 30. Criação de Porcos na Vila Dique.



Fonte: EMAV, 2018.

Podemos destacar também que a Vila Dique aparece sempre como um lugar de lembranças, de encontros com os vizinhos, de relações pessoais, e a perda disso tudo com a realocação no Porto Novo é um grande impeditivo. Os moradores querem manter essas relações de proximidade e vizinhança que já estão estabelecidas dentro da Dique. Contam os moradores que a comunidade é muito tranquila, que todo mundo se conhece e que se alguém está precisando de alguma coisa sabe com quem contar. Outro aspecto, também, é que muitas famílias se constituíram na própria Dique, estreitando ainda mais o laço entre os moradores que não eram parentes. Essas relações entre a vizinha podem ser percebidas pelas falas dos moradores:

Aqui na Vila Dique a vizinhança é a melhor coisa. Tem gente que conheço há muito tempo e somos vizinhos desde sempre. (Moradora, cerca de 60 anos de idade).

Eu me emociono sempre que lembro de quando precisei de ajuda e o povo da Dique me ajudou. Aqui tem muita gente boa. (Moradora, cerca de 50 anos de idade).

A vizinhança aqui na Vila é o que tem de melhor, conheço todo mundo e se precisa alguma tem sempre alguém para ajudar. Posso dizer que também tem muita fofoca, mas a gente não dá bola e no fim todo mundo se entende.

(Morador, cerca de 40 anos de idade).

Eu que sou do interior as vezes vou visitar minha família, deixo a minha casinha aqui e quando volto tá tudo em ordem. Aqui na Vila tem segurança sim! (Morador, cerca de 50 anos de idade).

Por fim, podemos apontar a Vila Dique como um lugar de moradia. É na comunidade que os moradores se identificam e possuem suas relações de reprodução social e econômica com a cidade, tudo é pensando a partir da Dique. Sendo assim, salientamos que é muito mais que uma casa que está em jogo nesta comunidade, os moradores reconhecem que, em termos de infraestrutura da casa, o Porto Novo é melhor, mas frisam que todas as outras coisas, tal como destacamos com a seleção de falas dos próprios moradores, são perdidas na nova casa. Acompanhamos, então, mais algumas dessas asserções destacadas pelos moradores:

A vila dique é nossa casa. Aqui é nosso lugar. (Moradora, cerca de 30 anos de idade).

Queremos ficar aqui, quem fez esse lugar foi a gente. Agora que tá tudo bom aqui querem nos tirar. (Moradora, cerca de 70 anos de idade).

Quem fez a Vila Dique foi a gente. Aqui não tinha nada, meus pais chegaram aqui no final dos anos 1970. A gente se criou aqui, meus filhos e netos também estão se criando aqui. (Moradora, cerca de 50 anos de idade).

A Vila Dique é nossa. De todo mundo que mora aqui. Cada um de nós fez um pouquinho dela. (Morador, cerca de 60 anos de idade).

A casa na Dique muitas vezes possui estrutura precária, mas aos poucos os moradores vão reformando e transformando a casa conforme suas necessidades. Contudo, a casa na Dique vai além de sua estrutura, ela é também tudo que se relaciona com a casa, ou seja, é o pátio, são as janelas voltadas para a rua, é a relação com os locais de trabalho e o conhecimento de como é viver nesta comunidade. Interessante notar a constatação desse morador sobre morar na Dique:

A Vila é simples, mas eu gosto de morar aqui. Aqui tem tudo que a gente precisa. (Morador, cerca de 30 anos de idade).

Figura 31. Avenida Dique em uma tarde durante a semana.



Fonte: EMAV, 2018.

As incertezas em relação à permanência na comunidade são muitas, todos os dias surgem boatos de que as máquinas vão chegar ou de que as casas no Porto Novo já estão prontas para receber os moradores que desejam sair. A palavra “remoção” está sempre sendo dita, é do cotidiano dessa comunidade. A remoção significa para muitos deles a perda da Dique. Interessante frisar também que muitos daqueles que já foram reassentados no Porto Novo sabem como a Vila faz falta; inclusive, existem moradores que já foram para o novo assentamento e retornaram por não ter se adaptado por lá, como se pode observar a seguir:

Eu sai para o novo loteamento e voltei a morar na Dique. Quando voltei quase não existia mais a nossa Vila, mas é aqui que nos sentimos bem. (Moradora, cerca de 30 anos de idade).

Eu tenho saudade da Vila Dique antiga, que ia até a Sertório (avenida). Perdemos muita coisa com essa remoção, sem falar dos amigos e parentes que moravam ali pertinho. (Morador, cerca de 60 anos de idade).

A palavra “remoção” também mexe com os outros sentimentos dos moradores, a remoção remete à saudade. Isto é, saudade da Vila como um todo, que ia até a Av. Sertório, onde as relações de vizinhança e familiares eram maiores e mais extensas, pois maior era o número de moradores. Ainda, saudade de uma Vila que foi feita por eles e que de uma hora para outra foi cortada, suprimida, ou seja, removida. A certeza de que morar na Dique é algo positivo transparece na fala dessa moradora:

Tem gente vindo de outras Vilas para morar na Dique. Sabem que aqui é bom. O pessoal da Nazaré (outra vila que deve ser removida pela obra do aeroporto) tá ocupando espaço deixados pelos moradores removidos ali na Severo Dullius (avenida). (Moradora, cerca de 20 anos de idade).

Outro sentimento que os moradores possuem em relação à Vila, é de que lá é um bom lugar para se viver, e justificam isso também com a chegada de novos moradores a todo momento. Entre outras coisas, os moradores afirmaram que na Vila há tudo que se precisa para viver, como a oportunidade de criação dos animais, a proximidade do trabalho; também, há os que relatam que a Vila ainda é um lugar seguro, com pouca violência quando comparada ao Porto Novo, aspecto esse que pode ser observado nas seguintes falas:

Sei que tá rolando um processo na justiça (falando da ação de usucapião), eu não sei se isso vai dar em alguma coisa. Eu tenho cadastro com a prefeitura, mas não quero ir para o Porto Novo não. Diz que lá tem muita violência. Tomara que ande esse processo, vou esperar mais para sair. (Morador, cerca de 30 anos de idade).

Eu até queria ir para uma casinha nova, mas tudo que a gente escuta falar do Porto Novo, tem muita violência. Tem pessoal que tá voltando a morar aqui na Dique, disse que não se adaptou lá ou tá fugindo mesmo. (Moradora, cerca de 40 anos de idade).

Essa remoção tão falada, comentada e que assombra os moradores desde 2009, é também motivo para incertezas e não entendimento da situação da comunidade. Os moradores não entendem o motivo de serem removidos,

pois as informações que surgem são aquelas promovidas pelo poder público, isto é, que a Vila Dique está em área de preservação, em área de inundação e, também, é utilizada a justificativa das obras do aeroporto. Outra questão que é muito colocada pelos moradores são as inúmeras obras que acontecem no entorno da Vila, como a duplicação da Av. Severo Dullius; a construção de um prédio da Federação dos Comerciantes e também da movimentação para aterros de terrenos ao redor. Essa dinâmica de utilização e transformação dos terrenos no entorno da Vila demonstra que a questão da remoção é bem específica para a comunidade, e todos os argumentos levantados pelo poder público não valem para as matrículas de terreno circundantes. Buscamos destacar algumas falas em que os moradores comentam sobre essa questão da remoção:

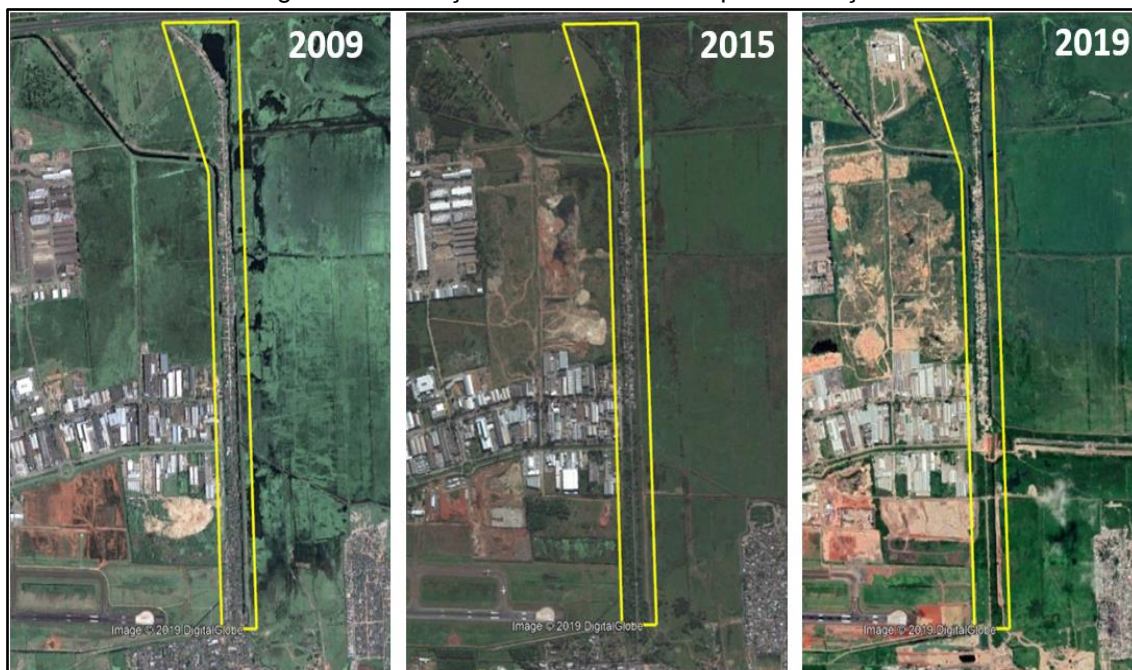
Tem muita obra aqui na volta, mas não entendo que só a Vila Dique tem que sair. (Moradora, cerca de 20 anos de idade).

A prefeitura não nos enxerga. Queremos saber o porquê vamos ser removidos se a Copa já passou. (Morador, cerca de 30 anos de idade).

Falaram que a gente tinha que sair por causa da Copa. A Copa já saiu e nós não. Vamos ficar resistindo, esse é nosso lugar. (Morador, cerca de 50 anos de idade).

Tem muita gente vindo conhecer a Vila. Todo mundo quer saber quando vamos sair e se aqui que vai passar o aeroporto. Eu digo que a Vila não sai daqui não. (Moradora, cerca de 40 anos de idade).

Figura 32. Evolução da área da Vila Dique e remoções.



Fonte: Google Earth, modificado pelo autor.

A remoção também ocasionou perdas e dificuldades para comunidade, uma vez que as pressões para que os moradores saíssem não funcionaram tão prontamente como era esperado, então, o poder público municipal adotou algumas estratégias para dificultar e inviabilizar a permanência dos moradores na Vila. Dessa forma, como relatamos anteriormente, a construção do muro e o fechamento da Av. Dique; a mudança em linhas de ônibus; além da retirada dos equipamentos públicos em 2009, junto com a primeira remoção, foram instrumentos dos quais a prefeitura se valeu para pressionar os moradores a aceitarem ser reassentados no Porto Novo. Seleccionamos, então, algumas constatações dos moradores a respeito dessa questão:

Tiraram e mudaram nossas linhas de ônibus, fizeram o muro. Tá cada vez mais difícil morar aqui na Dique. Mas isso é coisa da prefeitura que quer que a gente vá para o Porto Novo. (Moradora, cerca de 30 anos de idade).

O DEMHAB vem aqui umas quantas vezes, fala que vai ter que sair todo mundo, mas não tem casa para todo mundo. Eu pergunto, onde eles querem que a gente vá morar? Tem gente do DEMHAB que entende a nossa situação, tem outros que não, que só querem tirar a gente daqui. (Morador, cerca de 50 anos de idade).

O que fica desses discursos dos moradores sobre a comunidade em que vivem? Acreditamos que esse contraste entre os discursos do poder público, mais aquilo que é veiculado pela mídia e, também, o que é enunciado pelos moradores é bastante importante para entender as relações com o espaço. Nesse sentido, para a prefeitura e a mídia, a Dique se refere apenas a uma área que é necessária para expansão do aeroporto salgado filho, ou que apresenta riscos ambientais, tais como poluição e inundação.

No entanto, para os moradores não significa a mesma coisa, como se pôde perceber ao longo deste capítulo, as falas estão carregadas de sentimentos, de histórias e de trajetórias de vida que se cruzam em fazer da Vila o seu lugar de moradia na cidade, na constituição de um território único na cidade de Porto Alegre. Um território que possui sua dinâmica própria, possui suas características específicas e seus moradores adaptados a essas especificidades. Não é possível entender esse território sem os seus moradores, assim como não é possível pensar uma comunidade nestes moldes sem os

moradores que lá habitam. É um território na área urbana de Porto Alegre, mas que preserva características do modo de viver do meio rural, preserva a criação de animais e o contato direto com natureza, através da criação de animais e também do plantio de hortas.

Figura 33. Nuvem de palavras destacadas nas vozes locais.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A Vila Dique é um território único na cidade. Devido a sua forma, em eixo, as relações de vizinhança foram adaptadas: enxergar os vizinhos faz parte da constituição de vida dos moradores. Por essas razões, a Dique é tão especial para quem vive lá, é lugar de moradia e resistência para preservar essas características, antes de tudo, os moradores não querem perder essa constituição espacial que é única.

Capítulo 7 – Notas de Campo do pesquisador

A partir desta nossa construção textual apresentamos dados, informações, referenciais teóricos e metodológicos, todos esses foram os instrumentos utilizados para realizar esta narrativa. Contudo, achamos oportuno elencar neste capítulo também as vivências e as percepções do pesquisador na realização deste trabalho.

É dizer, todos esses instrumentos foram pensados e elencados previamente à pesquisa em si, mas também mediaram a realização da mesma a partir do que forneceram ao pesquisador. Nesta seção do texto estamos lidando com as percepções diretas do pesquisador, de sua vivência em campo e de suas observações. Isto vai além das técnicas e instrumentos metodológicos, ou ainda, dos arcabouços teóricos que nos apropriamos para enxergar o mundo, ainda, isto tem a ver também com os sentimentos do pesquisador.

Por se tratar de uma pesquisa que lida com um tema bastante delicado, que gera muitas dúvidas naqueles que vivenciam esta remoção no dia-a-dia, sabemos também que foram necessárias determinadas medidas de aproximação e afastamento com a comunidade. Essa questão pode ser sublinhada, pois, somente em campo e recebendo informações quase que diárias a partir de redes sociais, pudemos perceber movimentos internos, mobilizações e, também em certos casos, as desmobilizações dos moradores. Acreditamos que coube a nós estabelecer uma relação de cuidado, de não fazer da pesquisa mais um elemento gerador de apreensão, já que muitas vezes a simples presença de alguém de fora gera um certo estranhamento da comunidade.

É prudente também avisar aos nossos leitores que sempre tivemos bom trânsito dentro da comunidade, assim como sempre fomos vistos como mais uma pessoa para somar, ajudar, mobilizar e defender a Vila Dique. Mesmo assim, adotamos essa postura de cuidado, de respeito e de entender que o tempo da comunidade para resolver as suas pendências e urgências deveria ser respeitado e preservado, sem a realização de interferências externas.

Por muitas vezes atuamos dentro da comunidade também como se fossemos mais um morador, é claro que nunca se comparando com as relações que os próprios moradores possuem uns com os outros e com a Vila em si. Mas

o nosso percurso, a nossa entrada na vila sempre ocorreu sem grandes dificuldades, impeditivos ou estranhamentos. Participamos de reuniões, de intervenções, e também de confraternizações entre a comunidade.

Os estranhamentos até foram mais sentidos no início de nossa aproximação mais direta com a comunidade, mas a realização do trabalho com a comunidade em 2015 foi um grande facilitador. Consideramos que não podemos chegar em uma comunidade com grande vulnerabilidade social e iniciarmos nossa pesquisa de um dia para o outro, ou seja, para realizar uma pesquisa que lida com essas questões sociais, é preciso entender o que se está passando e possuir elementos que aproximam o pesquisador do que será pesquisado, e sobretudo ter muito respeito com a situação daquelas pessoas.

Foi desta forma que realizamos esta pesquisa, com muita troca entre pesquisados e pesquisador, com muita convivência dentro e fora da Vila Dique e com muitas mediações de outros atores que também desenvolviam na Dique projetos ou estão realizando articulações e mobilizações. Uma das partes mais gratificantes do trabalho é poder chegar na Dique e ser reconhecido como além de um estudante que desenvolve seu trabalho lá, mas sim como um parceiro da comunidade.

7.1 Dificuldades

É claro que também enfrentamos dificuldades na realização da pesquisa, não só para a realização dos trabalhos de campo e contato direto, mas também em ter que rever procedimentos, posições e instrumentos que nós, como pesquisadores, havíamos determinado e adotado previamente. Acreditamos (e descobrimos) que fazer pesquisa é também um ato transformador para o pesquisador, devemos estar abertos às mudanças e aos erros de percursos teóricos e metodológicos pensados antes da pesquisa de fato iniciar.

Um das dificuldades que podemos apontar é que quando esta pesquisa foi pensada, e a partir de nosso arcabouço teórico e metodológico, tínhamos determinado a realização de entrevistas. Quando pensamos em utilizar esse instrumento metodológico, tínhamos a ideia de que a partir desse tipo de entrevista com os moradores, registraríamos as histórias do lugar que se confundiriam com as trajetórias de vida deles mesmos, o fazer da Dique. Em

nosso cronograma estabelecemos a realização deste tipo de entrevistas mais para o meio/fim da pesquisa, justificando uma melhor inserção do pesquisador junto à comunidade. Assim como consideramos importante registrar aquilo que deu certo em nossa pesquisa, salientamos aqui que não conseguimos realizar essas entrevistas.

Metodologicamente, esse tipo de entrevista demanda tempo de realização com os moradores, demanda estarmos em um local tranquilo e também se faz necessária a gravação dos entrevistados para, posteriormente, realizar a transcrição. A não realização das entrevistas não se deve propriamente por não possuímos capacidade dos procedimentos citados acima, mas sim, por se tratar de uma comunidade que passa por um processo de remoção há 10 anos. Isto é, muitas incertezas pairam sobre a Dique, sendo que existem momentos que a comunidade deve estar atenta a outras questões de sua organização interna.

Por possuímos bom trânsito dentro da comunidade, tivemos de esperar pelo momento mais adequado para a realização dessas entrevistas, porém, não tivemos mais esta abertura, uma vez que o DEMHAB começou a realizar maiores pressões por demolições e entregas de casas novas, gerando enorme apreensão nos moradores. Outra questão que podemos elencar é que a partir disso a própria comunidade buscou uma nova articulação de mobilizações, trocando as lideranças comunitárias. Por essas razões que consideramos não ser o momento adequado de realizar as entrevistas.

7.2 Indo e vindo da Vila Dique

Não podemos falar dessa pesquisa sem mencionarmos e darmos destaque para os trabalhos de campo, sem dúvida a pesquisa foi sendo forjada e construída nos nossos campos. Caso considerarmos nossa primeira incursão ainda em 2015 como o primeiro trabalho de campo, tanto o pesquisador quanto a comunidade se modificaram muito nestes últimos 4 anos.

Acompanhamos a comunidade em diferentes circunstâncias, desde o seu cotidiano, passando por suas mobilizações, enfrentando audiências e realizando eventos. Nesses acompanhamentos, podemos destacar algumas etapas em que o pesquisador também esteve como ator, sendo responsável em duas ocasiões; a primeira delas foi por apresentar justificativas técnicas para a permanência da

Vila Dique para o Ministério Público Estadual e também na Defensoria Pública Estadual. Outras vezes tivemos a oportunidade de dar destaque para Vila Dique em congressos acadêmicos, onde o pesquisador conseguiu levar um pouco do processo de remoção sofrido pela Vila Dique para mais pesquisadores. Foram ao menos três oportunidades em que conseguimos levar este assunto para debater com outros pesquisadores, sendo uma das vezes em um congresso internacional. Procuramos destacar que as trocas foram muito produtivas para entender também a comunidade vindo a mesma de fora.

Nessas incursões e trabalhos sobre a Vila Dique, o pesquisador também foi convidado pelo Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV) da UFRGS para integrar e ajudar a construir, junto aos estudantes de arquitetura e movimentos sociais, o Plano Popular de Habitação da Vila Dique. Essa experiência foi bastante rica, pois concedeu ao pesquisador outras perspectivas e desdobrou o conhecimento sobre outros casos de comunidades removidas, realocadas e de contra projetos de remoções. A construção do Plano Popular de Habitação é uma construção mais horizontal, que leva em consideração o que a própria comunidade propõe como prioritário e possui inspiração no Plano Popular da Vila Autódromo, na cidade do Rio de Janeiro¹⁷, construído pela associação de moradores em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Figura 34. Dia de visita do Plano Popular na Vila Dique.



Fonte: EMAV, 2017.

¹⁷ Plano Popular da Vila Autódromo na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilautodromo.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2019.

O termo de Direito à cidade aparece na obra de Henri Lefebvre (1968), onde é discutida a necessidade de que os cidadãos voltem a ser “donos” da cidade, ou seja, participando das questões que a envolvam, superando que ela apenas seja planejada a partir dos planejadores. Desde então, sociedade civil, governos, pesquisadores, planejadores etc., vêm trabalhando com o termo e o explorando em diferentes categorias analíticas, tais como acesso à moradia, acessibilidade, mobilidade, equidade de gênero, reprodução social, diversidade étnica-cultural, identidades, participação na implementação de projetos, orçamento participativo, espaços públicos, entre outros. Dessa forma, o termo pode ser associado ao acesso à cidade a partir de todos os cidadãos, respeitando então o que seria uma cidadania mais inclusiva-participativa, sendo esta também a inspiração da criação deste Plano Popular de Habitação como uma alternativa para a remoção da Vila Dique.

Mesmo o território não sendo apenas a materialidade, esta fornece importantes referências, sendo assim, pensar, criar e implementar marcadores no espaço é uma forma de demonstrar força territorial. O próprio poder público adotou a estratégia de retirar os equipamentos públicos comunitários, a fim de deslegitimar e desincentivar o uso da Vila. Em contraponto a essa atitude, destacamos, então, algumas iniciativas tomadas a partir dos próprios moradores, em articulação com os movimentos sociais e com o Plano Popular.

Surgiram tentativas de visibilizar uma comunidade, sendo então uma maneira de demonstrar que o território ainda é utilizado, a partir de uma intervenção material, para que a comunidade ganhasse força tanto no aspecto direto, quanto na capacidade de mobilização e organização.

A ideia inicial então foi a de marcar uma área destinada a principal reivindicação da comunidade: o Posto de Saúde. Nesta área tiveram ações de limpeza do terreno, bem como medições topográficas e criação do projeto arquitetônico do posto, que seria a partir de containers. Sabendo desta articulação, o poder público vetou em ação direta via DEMHAB para que o projeto não ganhasse legitimidade.

Com esta área disponível, mas sem a possibilidade de implementação do posto de saúde, e como forma de contraposição ao discurso de remoção que é dominante, inicia-se a construção de uma praça nesta área, para ser ocupada pelas crianças da comunidade e, também, para servir de ponto de encontro dos

moradores. Ainda em fase de captação dos materiais, importante salientar que muitos dos materiais necessários já se encontram no terreno para que a praça se torne um símbolo de resistência desta comunidade.

Participamos também de diversas reuniões da associação de moradores, neste caso, também notamos a movimentação de um grupo de moradores com maior participação nas assembleias e deliberações, funcionando como atores mobilizadores. Nossa presença nas reuniões sempre foi bastante tranquila no sentido de participar como ouvinte e apenas realizar as intervenções quando chamado ou solicitado. No entanto, certamente quando havia a participação de outros moradores em algumas reuniões, ocorria algum estranhamento ou até curiosidade para saber quem éramos, pois não nos conheciam. Podemos relatar o caso de uma reunião em 2018, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Migrantes (E.M.E.F), com o DEMHAB, em que houve a participação em peso da comunidade, lotando o pátio da escola. Neste dia diversos moradores estavam querendo saber quem éramos, o que fazíamos ali; por outro lado, recordamos também de sermos reconhecidos por outros tantos como apoiadores ou até chamados pelos nomes.

Seguindo esse relato, nesta reunião foi programada a fala dos agentes do DEMHAB; depois, de um representante da Caixa Econômica Federal, responsável pelos financiamentos do Programa Minha Casa Minha Vida; após essas falas, estavam previstas as falas das lideranças comunitárias e dos apoiadores, onde estávamos incluídos, e também uma fala da Defensoria Pública Estadual. Para nossa surpresa, após as falas do DEMHAB e da Caixa, uma das agentes do DEMHAB anunciou: “O que existe é o processo de remoção, esse outro pessoal que está com um processo de usucapião e urbanização na Vila são apenas esperanças. O concreto é o nosso projeto de casas no Porto Novo, quem quiser garantir a casa preencha o cadastro no final.”. Quando terminou essa fala, foram desligados os microfones e a reunião foi dada como encerrada, não dando a oportunidade de fala para as lideranças, os movimentos, os apoiadores e a Defensoria Pública Estadual.

Figura 35. Reunião entre o DEMHAB, a Caixa Econômica e os Moradores.



Fonte: Autor, 2018.

Esse relato contribui para o entendimento dos agentes e forças que se movem sobre a Vila Dique, e também sobre as incertezas que os moradores possuem sobre o que irá acontecer com o futuro deles. Os moradores não sabem por quanto tempo irão permanecer na Dique, e os agentes, que promovem a remoção da Vila, apresentam cronogramas e até realizam falas em sentido punitivo para aqueles que se recusarem a sair e entregar suas casas na Vila para receberem a chave de uma casa no Porto Novo. Além disso, dentro do relato anterior, sentimos diretamente as ações de silenciamento, que afetaram os moradores e as lideranças, mas também se pôde perceber todo o movimento que apoia a permanência da Vila Dique, o que ocasionou um sentimento de muita frustração.

7.3 Descobertas

Em nossos trabalhos de campo podemos dizer que realizamos inúmeras descobertas sobre a Vila e também sobre como fazer pesquisa com pessoas e em comunidades em risco de remoção. Além do já mencionado respeito pela situação dos moradores e do entendimento de suas dinâmicas internas e de organização da comunidade, os trabalhos de campo revelaram outra Vila aos

nossos olhos, uma Vila que até então não víamos ou não compreendíamos. Relatamos anteriormente as diferentes dinâmicas da Vila, isto é, nos foi revelada diferentes Vilas: a Vila de durante a semana, as Vilas diurna e noturna e a Vila dos finais de semana. Isso pode ter passado batido na leitura deste trabalho, mas esta constatação só foi possível e visível após diferentes trabalhos de campo, os quais se deram em diferentes dias e horários.

A Vila durante a semana e no turno diurno possui uma maior movimentação de pessoas nos horários de saída para o trabalho e da ida das crianças para a escola; além disso, a movimentação continua com o retorno das crianças da escola perto do meio dia, e mais tarde na hora do retorno após trabalho. Nesses horários, durante a semana, observamos um passo rápido, uma Vila que sai para ocupar e viver a cidade, que possui suas relações de trabalho com diferentes pontos da cidade. Ou seja, é o passo rápido, do ritmo urbano, de estar controlado pelo relógio, de não atrasar as crianças para escola e de não perder o ônibus que leva para o local de trabalho. É hora também de puxar o carrinho ou sair de carroça em busca dos materiais recicláveis que garantem o sustento das famílias, é hora em que a Vila Dique esvazia e seus moradores estão espalhados pela cidade.

Ao meio dia, a Vila começa a receber as crianças que estudam no turno da manhã, assim, o movimento, as brincadeiras e as conversas são perceptíveis. Apontamos também para a falta de um espaço específico para as brincadeiras das crianças; ainda, as mulheres que estão sem trabalho acabam por cuidar das crianças de outras mães que estão trabalhando, lembramos, também, que a creche que existia na Vila, já não existe mais.

Quando a tarde vai chegando, o movimento é de retorno à Vila. Dessa forma, volta quem saiu para o trabalho, voltam aqueles que saíram para trabalhar e coletar os materiais recicláveis e volta quem estuda no turno da tarde. A Vila vai se enchendo, ganhando maior movimentação e fluxo de moradores novamente. Os vizinhos vão se encontrando, as famílias se reunindo e os assuntos do dia-a-dia vão sendo discutidos; tem noites de mobilização e reuniões da associação, outras são noites do cotidiano, estas que gostaria de relatar também.

Uma descoberta da pesquisa, que se deu em campo, é que a forma da disposição das casas sobre o Dique permitiu uma forma organizacional única,

as casas possuem suas frentes voltadas para a rua, assim como todas as suas relações se dão com a rua, raramente as casas possuem pátios nos fundos , estes ou são ao lado, ou são na frente das moradias. Isso permite uma maior interação entre os moradores, pois podem ficar sentados nas frentes das casas, e como a Vila se dispõe como um eixo alongado, a passagem dos moradores que moram mais adiante é obrigatória pela frente das casas. Sendo assim, apontamos que essa forma estrutural da Vila contribui para as relações de vizinhança, onde todos acabam se enxergando em diferentes momentos do dia. A noite também notamos os encontros de beira de portão, quando as pessoas vão passando e os encontros vão acontecendo; além disso, também é possível notar os comércios da Vila, como bares e armazéns, que acabam ficando cheios. Portanto, destacamos que sim, são Vilas diferentes em diferentes turnos e dias da semana.

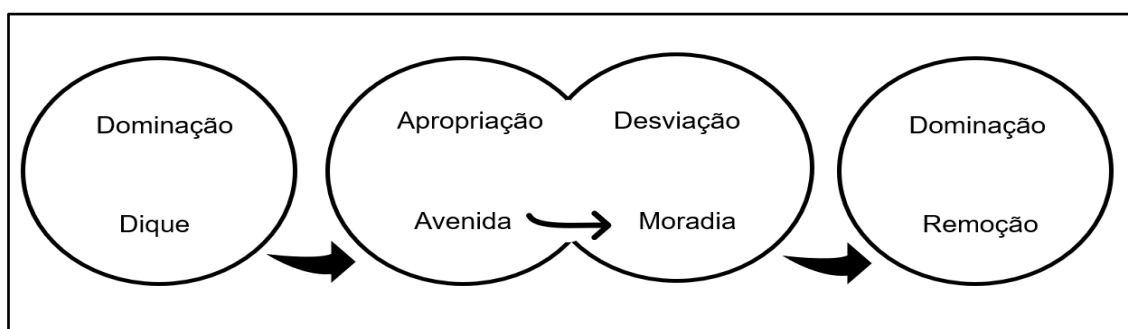
Capítulo 8 – Vila Dique: Territórios

8.1 No meio do caminho havia um Dique

Como relatamos anteriormente na caracterização histórica de formação da Vila Dique, tudo teve início com a construção do Dique no início da década de 1970. Este dique acabou tornando-se uma via de acesso que ligava a Avenida Sertório à Avenida das Indústrias, sendo também uma alternativa para a chegada e saída de outras cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Com a utilização desse acesso sobre o dique, uma nova área para habitação foi incorporada na cidade, em uma área até então isolada do resto da cidade, a qual ganhou um acesso facilitado, despertando assim a possibilidade de se acessar a cidade a partir dessa nova área ocupada. A vinda de migrantes do interior do Estado e a falta de condições para acessar o mercado formal de terras, levou uma parte dessa população a se instalar sobre o dique. Pensando neste contexto de construção do dique – que inicialmente foi projetado como obra de macrodrenagem urbana, mas passou a ser utilizado como via de acesso e depois como local de moradia, e que atualmente passa pela tentativa de retomada da área pelo poder público – propomos pensar esse processo a partir dos termos de dominação, apropriação e “desviação”¹⁸ de Henri Lefebvre.

Figura 36. Relações de dominação, apropriação e desviação.



Fonte: Autor, 2019.

¹⁸ Estamos utilizando a tradução de “desviação” a partir de “desviación” da versão em espanhol da obra de Henri Lefebvre (2013). O original em francês “*détournement*” traz o sentido de provocar o desvio, alterar o curso, que na obra de Henri Lefebvre é dar outro uso, mais além da apropriação. A obra consultada para este trabalho é a traduzida para o espanhol, que traduz o termo de Lefebvre como “*desviación*” que também remete ao sentido de desvio. Esclarecemos que não há correspondente linguístico no mesmo sentido, mas utilizamos uma tradução literal do termo em espanhol para manter a aproximação fonética e assim para caracterizar com maior ênfase o conteúdo conceitual.

A figura 36, esquematiza o modo como entendemos essas relações de apropriação, dominação e *desviação* na Vila. Compreendemos como relações de dominação do espaço e produção do espaço pelo poder público municipal a construção do dique com a finalidade de proteger aquela região da cidade contra inundações. No entanto, ao mesmo tempo que as relações de dominação requerem que o objeto dique cumprisse sua função apenas protetiva, começa a ocorrer a apropriação do mesmo como uma via de acesso e o despertar do interesse em habitar aquela área.

Agora, contudo, nos deteremos no processo de Desviação, ou reapropriação, no qual o objeto que já possuía uma função definida (dique), acaba também sendo apropriado (como via de acesso) e ainda desviado da função original para uma nova função (habitação). Segundo Henri Lefebvre (2013), a apropriação e a dominação coexistem, mas na produção do espaço, sobretudo urbano, funcionam quase como que contrapostas.

Un espacio existente, que posea su finalidad (su razón de ser, que condiciona sus formas, funciones y estructuras) puede estar vacante y antojarse susceptible de ser desviado. Es decidir, reapropiado para un uso diferente al original.¹⁹ (LEFEBVRE, 2013, p. 215)

A partir desse entendimento, e pensando em específico no caso da Vila Dique, seguimos nosso raciocínio trazendo que o espaço em disputa de dominação e apropriação por diferentes atores sociais, também possui um movimento de legitimar as ações dependendo das intencionalidades dos agentes. Isso é ressaltado quando percebemos que a construção do dique foi pensada apenas como um artefato dentro do sistema de drenagem urbana de Porto Alegre, mas que foi apropriado por parte da população do dique como uma via de acesso, passando posteriormente por um desvio ainda maior quando o dique passou a ser local de moradia. A via de acesso foi inclusive legitimada pelo Poder Público, denominada Avenida Dique, a qual consta inclusive nos planos urbanísticos da cidade. Um processo semelhante, em que primeiro houve a apropriação e depois a dominação, ocorreu com a escola da comunidade. Seu surgimento deu-se a partir do movimento entre moradores e grupos ligados à

¹⁹ Um espaço existente, que possua sua finalidade (sua razão de ser, que condiciona suas formas, funções e estruturas) pode estar vago, suscetível de ser desviado. É dizer, reapropriado para um uso diferente do original. (LEFEBVRE, tradução minha, 2013, p.215).

Igreja Católica, no ano de 1995, contudo no ano de 2001 acabou sendo transferida para uma sede construída pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Essas movimentações podem também ser vistas dentro do que é a constituição da Vila Dique. A apropriação e a reapropriação do Dique como local de moradia foram sendo legitimadas em diferentes momentos, como com a inclusão na comunidade de um posto de saúde e de um galpão de reciclagem (que recebia materiais recicláveis diretamente dos caminhões da prefeitura), ambos equipamentos ligados diretamente ao poder público municipal. Todos esses instrumentos acabaram por, de uma forma ou outra, legitimar aquela apropriação inicial do dique; legitimação que foi conquistada tanto no poder executivo quanto no legislativo, a partir de inserções da Vila nos planos urbanísticos, transformando-a e integrando-a ao espaço urbano da cidade.

Mas, quando existem outras intencionalidades em disputa no espaço urbano, a dominação do espaço acaba por mostrar sua força sobre comunidades que se apropriaram do espaço. É dizer, o espaço da dominação é o espaço projetado, pensado e engendrado. Quando houve a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e também a escolha de Porto Alegre como uma das cidades que receberia o evento, as intencionalidades sobre a área da Vila Dique acabaram mudando. Lembramos que essa área permaneceu relegada durante todo o tempo de ocupação da comunidade, apenas serviços básicos como os citados anteriormente foram fornecidos pelo poder público, de modo que as outras reivindicações da comunidade acabaram sempre esbarrando em burocracias, demonstrando a contradição do Estado, que, dentro do jogo de poder, pode estar de um lado ou de outro, contudo sempre enredado com a sua sujeição ao capitalismo e a consequente produção do espaço.

No entanto, a partir de 2007, a área passou a ser extremamente interessante ao poder público, que apontava para a necessidade da remoção da comunidade para a ampliação da pista do aeroporto da cidade. Após a apresentação dos projetos de engenharia e uma maçante enunciação de que a Vila precisava sair da área, em 2009 aconteceu uma primeira remoção, e com ela os agentes dominantes do espaço mostraram sua força, deslegitimando aquela apropriação, retirando os equipamentos que o próprio poder público havia ali colocado em outro momento. Este fechamento e retirada de serviços da

comunidade foi uma estratégia para uma retomada de controle do espaço por parte do poder público.

8.2 Territórios para pensar

Em nossa construção teórica, partimos do conceito de espaço, aquele considerado como uma abertura teórica. O território é posterior ao espaço, pois é formado a partir das ações territorializadoras do espaço por atores/grupos sociais. A partir disso, entendemos o território como uma porção do espaço apropriada por um grupo/agente/ator que, a partir das suas práticas (ações) e das relações de poder que ali desenvolvem, apropriam-se, dominam e dão a noção de limite, ou ainda de grafia para essa porção de espaço em um território definido.

Dentro de nossa construção teórica, também gostaríamos de incluir mais três definições sobre território para realizar o jogo teórico e interpretativo a partir das vivências de pesquisa na Vila Dique; são esses, Territórios Possíveis (BOZZANO, 2000); Território de Contenção (HAESBAERT, 2014); e Vínculos Territoriais (HEIDRICH, 2017).

a) Território possível

Iniciamos esta interpretação a partir do que foi dito por Achutti (1997), que afirma que o cotidiano, as vidas, as estratégias de sobrevivência e as percepções de mundo dessa comunidade são permeadas pelo lixo. Essa afirmação parece ser bastante interessante para dar noção de perspectivas e imaginários sobre essa comunidade. Lembramos que o trabalho foi escrito no final da década de 1990, e desde lá muita coisa se modificou na Vila.

Esta comunidade, as trabalhadoras e suas famílias, têm seu cotidiano, suas vidas, suas estratégias de sobrevivência, e suas percepções de mundo permeadas pelo lixo, restos e detritos da grande cidade. A vila está situada junto ao entreposto de abastecimento de frutas e verduras, a CEASA, o que permite que os restos dos produtos hortifrutigranjeiros ali vendidos sejam também uma das fontes de alimentação destas pessoas. As mulheres trabalhadoras organizaram uma cooperativa de catadoras de lixo e, em um galpão, selecionam o lixo (que atualmente provém de uma coleta seletiva feita pela prefeitura de Porto Alegre). (ACHUTTI, 1997)

Queremos abordar também a construção teórica realizada por Horácio Bozzano (2000) na qual realiza uma dialética entre real, pensado e possível como categoriais do território. Essa construção teórica está muito influenciada por Edward Soja (1996), para o qual o paralelo é de que o território real seja pensado como o espaço concreto, o território pensado como o espaço imaginado, e o território possível como o espaço cotidiano.

A partir dessas interpretações, queremos nos deter no conceito de Território Possível de Horácio Bozzano (2000), pois ao mesmo tempo que o autor o aponta também como o território dos planejadores, também destaca que o território possível é lugar das intenções e possibilidades, tanto pessoais quanto coletivas. O território possível é o das possibilidades de trabalhar para um futuro a partir do presente, realizamos assim uma interpretação que pode ser muito associado ao espaço vivido.

A partir das nossas observações na Vila, apontamos um território possível não apenas pelas ações e possibilidades de diversos moradores individualmente, mas também pelas possibilidades coletivas. Encontramos intervenções nessas comunidades que são individuais, como soluções de drenagem, ligações de energia elétrica ou de água e até de aterro do seu terreno. Ao mesmo tempo, existe um trabalho coletivo de possibilidades de melhoria desse território, gerado pela mobilização da associação de moradores, que articula em conjunto com movimentos sociais e outros apoiadores possibilidades de futuro na Vila.

Consideramos também as contribuições de Lefebvre (1991) e Serpa (2007) de que existem lugares do possível, que se manifestam como alternativas contra-hegemônicas. Com essas considerações, podemos apontar para o surgimento constituição da Vila como forma de um espaço alternativo. Nesse caso, gostaríamos de tensionar a fala de Achutti (1997) sobre as percepções condicionadas pelo lixo, pois acreditamos que, dentro do trabalho e das possibilidades pensadas individual e coletivamente dentro da Vila, o lixo não seja o aspecto que mais chame a atenção. Isso pode ter a ver com o processo de remoção que a Vila vem sofrendo, contudo, as falas que se referem à Dique como um território alternativo são no sentido de lugar de moradia.

Sendo assim, como trabalhamos com a dialética da produção do espaço a partir da obra de Henri Lefebvre (2013), achamos oportuno também incluir o

pensamento dialético aplicado ao território realizado por Horácio Bozzano (2000). De acordo com Bozzano, o território do possível pode ser interpretado como o território das possibilidades, da mobilização e da transformação do território em um elemento contra-hegemônico, um território de imaginários e vivido, ou ainda como um espaço de representação a partir da construção de Henri Lefebvre. Constatamos então que dentro das falas e das ações dos moradores da Vila, esta pode ser considerada como um território do possível, permeando as possibilidades de habitar a cidade de uma forma diferente, e que esse território e toda a constituição social que foi criada a partir dele, partem de uma forma alternativa de habitar a cidade. Isso refere-se não apenas ao fato de ser uma área ocupada, mas também ao fato de ocupar uma área que em sua constituição inicial possuía a finalidade de ser apenas um dique. O território também não se refere apenas ao habitar o espaço urbano e ao possuir suas relações de troca com ele, mas se refere também ao possuir outro ritmo e estilo de vida, os quais os moradores não gostariam de perder indo habitar um conjunto habitacional.

b) Território de contenção: Muro

Relativamente isolados geograficamente e em condições de vulnerabilidade social, boa parte dos moradores da Vila Dique vivem da coleta e separação de resíduos sólidos para venda para a reciclagem. Ofício facilitado pela proximidade de empresas de logística – característico de regiões de portos e aeroportos -, uma grande empresa de jornais e ainda, o centro de abastecimento de hortifrutigranjeiros, o que garante bom volume de material para reciclagem e alimentação para as pessoas e os animais de tração para as carroças de coleta. (Memórias da Vila Dique, 2013).

É oportuno trazer este fragmento do trabalho “Memórias da Vila Dique”, em que a primeira característica da comunidade é o apontamento para seu isolamento denominado de geográfico. A partir disso, retomamos a ideia de que o território da Vila Dique vem sofrendo constantes ameaças e pressões para deixar de existir. Como viemos discorrendo na construção dos capítulos anteriores, existe um movimento do poder público em cercear direitos e fechar equipamentos e serviços a fim de inviabilizar a continuidade do território. Uma estratégia tomada pelo poder público, sendo uma forma de pressionar a Vila, é

a de reduzir os acessos de chegada à comunidade. A Vila já é considerada isolada e de difícil acesso, havia três acessos principais de chegada na Vila: pela Avenida Dique, a partir da Avenida Sertório, pela Avenida Severo Dullius e pela Avenida das Indústrias. Mas esses acessos foram reduzidos a apenas um, onde o acesso pela Avenida Severo Dullius está cortado para veículos desde o ano de 2011, quando do início das obras de duplicação da avenida. A utilização pela Avenida Dique também não é mais possível, pois a área da primeira remoção foi cercada com um muro e já entregue para a administradora do aeroporto. O único que acesso que restou é a partir da Avenida das Indústrias.

Queremos dar destaque para a construção deste muro que interdita a Avenida Dique. Com esta construção o acesso da comunidade para a Zona Norte da cidade, na Av. Sertório, ficou interrompido. Essa interrupção ocasiona um desvio para acesso da mesma região da cidade, visto que toda a área do aeroporto acaba tendo que ser contornada, e a Av. Severo Dullius está ainda interdita para obras.

Figura 37. Notícia sobre o fechamento da Avenida Dique.

O FIM DA VIA

Confira a área do bloqueio e os desvios sugeridos

- BLOQUEIO AVENIDA DIQUE
- DESVIO BAIRRO/CENTRO/INTERIOR
- DESVIO INTERIOR/CAPITAL
- - - - FUTURO PROLONGAMENTO DA SEVERO DULLIUS

Avenida Dique deixa de existir a partir de hoje

A avenida Dique, que se formou junto à área de contenção do arroio Areia – daí seu nome –, deixa de existir hoje. Usada como atalho na zona norte de Porto Alegre, a via será fechada a partir das 9h de hoje devido ao avanço das obras de prolongamento da Severo Dullius, a avenida do aeroporto.

No futuro, haverá uma ligação da Severo Dullius com a Sertório passando pelos fundos do BIG Sertório, o que deve melhorar circulação na região. Enquanto a ligação não surge, os motoristas que se deslocam para a zona norte deverão utilizar a avenida Ceará, acessando a Sertório. O acesso ao aeroporto Salgado Filho e à av. das Indústrias, via BR-116, não será afetado. A sinalização alertando para as mudanças foi instalada. Ao todo, são 29 novas placas indicativas.

O bloqueio da avenida Dique cumpre uma das exigências da Infraero para a publicação de editais de concessão do aeroporto Salgado Filho. A interrupção é necessária para, além da construção do trecho da Severo Dullius, realizar as obras de ampliação da pista do aeroporto.

Transporte público
Sem a avenida Dique, o transporte público sofre alterações. As linhas afetadas serão a 705/Indústrias, 705.1/Indústrias/Severo Dullius, B02/Leopoldina/Aeroporto e a B09/Aeroporto/Iguatemi.

Além disso, uma nova linha de ônibus foi criada para ampliar o atendimento aos passageiros, a A05/Terminal Trensurb/Indústrias, que interligará os dois pontos com viagens das 5h45 às 20h, qualificando o serviço, principalmente, a funcionários da região.

As linhas 705 e 705.1 terão seus trajetos unificados, tendo como base a 705.1. Já a B02 e a B09 terão alterações mais significativas em seus itinerários. © METRO POA

Esta situação nos lembra a ideia de precarização territorial de Rogério Haesbaert (2014), onde afirma que uma das formas dessa precarização, bem como fragilizar um território em disputa, ocorre pelo fechamento de acesso ao mesmo. O autor prossegue e explica sobre a questão da contenção territorial, isto é, a possibilidade de reclusão e confinamento, onde então podemos pensar que agora a estratégia adotada pelo poder público é a de confinar os moradores da Vila em seu território, impedindo ou dificultando suas relações com o resto da cidade, uma espécie de segregação forçada.

Rogério Haesbaert (2014) segue em sua construção e afirma que é muito difícil que aconteça uma contenção integral, concordamos com essa perspectiva e trazemos um exemplo bem prático que aconteceu na Vila Dique para ilustrar essa ideia. Como o muro construído dificulta o acesso dos moradores à escola e atendimento de saúde, por exemplo, os próprios moradores já construíram um buraco no muro para poder passar pelo caminho que sempre fizeram.

Figura 38. Buraco no muro que cerca a área cedida ao aeroporto e bloqueia a Av. Dique.



Fonte: Larissa Pessi, 2018

Esse buraco é também um símbolo de resistência, seguindo, então, a partir das ideias de Rogério Haesbaert (2014), também existem os movimentos de contorno das contenções. Essa questão também pode ser relacionada com a ideia de “desviação”, no sentido de Lefebvre (2013), onde então o desvio pode ser apontado como outra forma de apropriação, ou ainda, como uma forma de superar esse obstáculo que foi imposto para a comunidade. Apontamos que os moradores adotam outras estratégias para conseguir fazer o mesmo deslocamento, trocam a rota, utilizam outros meios de transporte. Diferentes são as formas que encontram para desviar esses obstáculos impostos no sentido de dificultar a ligação entre a Vila e o resto da cidade. Uma das alternativas encontradas foi pelo acesso a partir das obras de duplicação da Av. Severo Dullius, que também pode ser feito a partir também de pontilhões, mas que quando começaram a ser utilizados, foram destruídos para evitar que esses desvios ocorressem.

Figura 39. Pontilhão destruído para evitar a passagem.



Fonte: EMAV, 2018

c) Vínculos Territoriais: fazer a Vila

Sempre alertados de que aquele território é irregular e temporário, sem dono ou com um dono que iria reclamar a posse, famílias foram se fazendo e transformando um dique, uma fronteira, uma separação, em um lugar de pontes de amizade, apoio e sobrevivência, lugar de se viver e partilhar histórias. Com a explicação de que a área é imprópria ou ainda, dizem outros, que “haveria uma copa do mundo” e que a cidade seria uma das sedes e o aeroporto, um cartão de visitas, começaram as remoções. (Memórias da Vila Dique, 2013).

Para iniciar essa discussão, propomos como ponto de partida a citação do projeto “Memórias da Vila Dique” (2013), o que nos chamou a atenção foi a ideia de transformação do dique em um lugar de pontes de amizade, lugar de se viver e partilhar histórias. Dentro da convivência com esta comunidade, percebemos e também discorremos, nos capítulos anteriores, sobre como os moradores modificaram o dique e o transformaram em seu lugar de moradia. A ideia trazida a partir da construção de pontes de amizade, de partilhar histórias, nos parece bastante rica, pois são aspectos frequentemente citados pelos moradores quando afirmam que não querem sair da Vila, pois este é o lugar onde encontraram seus amigos e vizinhos e também onde suas histórias de vida se misturam com a história da construção da Vila.

Para chegarmos em outro entendimento e aplicação de conceito territorial, recorremos ao que foi proposto por Álvaro Heidrich (2017) sobre os vínculos territoriais; que, segundo o autor, permitem compreender as situações onde comunidades e seus autores estabelecem ligações com os espaços em processo ou em situação de apropriação por eles mesmos (HEIDRICH, 2017). Dentro de nossa participação no grupo de pesquisa sobre os vínculos territoriais, essa ideia parece ganhar força ainda maior quando pensamos que essas ligações com o espaço se dão a partir de práticas sociais, produzindo um território a partir da territorialidade.

No caso da Vila Dique, podemos tensionar isso pensando a partir do que propomos anteriormente a respeito dos aspectos de apropriação, dominação e *desviação*; justamente aqui a apropriação é importante para essa compreensão dos vínculos, uma vez que a Vila foi sendo feita através dessas ações que modificaram e transformaram aquele espaço em um território. Dessa forma, nesta apropriação do espaço, as histórias de formação da Vila e dos próprios moradores acabam se confundindo, ou seja, não é possível delimitar o que são

ações individuais e o que são ações coletivas para fazer a Vila. Isso se deve a pequenas intervenções, como a modificação e aterro nos terrenos e até às grandes conquistas, como os equipamentos públicos que lá funcionavam.

Os moradores da Vila possuem vínculos com aquele território, no sentido em que foram eles que se apropriaram daquele espaço, foram eles que realizaram as intervenções para modificar aquele espaço em território, foram eles que tiveram suas ações, bem como a sua forma de viver modificadas e adaptadas ao território. A partir disso, podemos afirmar que a Vila Dique é território de ocupação, uso e imaginação dos moradores, não é apenas um espaço urbano produzido pela lógica formal, mas sim é um espaço que se constituiu em território a partir da apropriação dos atores sociais que lá residem ou residiram.

Figura 40. Cotidiano da Vila.



Fonte: Vila Dique: A Santíssima Trindade que resiste, 2015 – Foto: Aline Bristot.

Sendo assim, reforçamos o argumento contra a remoção da comunidade, pois essa questão não diz respeito apenas a uma mudança e estabelecimento de um novo endereço da comunidade. É uma mudança nas formas de viver, nas formas de habitar e nas formas de se relacionar com o espaço; ou seja, é importante salientar que os moradores são parte da constituição da Vila, e todas

essas ações que foram constituindo a comunidade fazem parte também da trajetória individual e coletiva dos moradores. Deixar a Vila para trás é um movimento de deixar parte de sua própria vida para trás.

Inclusive, podemos apontar que este é um território que possui resiliência, no sentido empregado pela palavra: de capacidade adaptativa. Ou seja, o espaço que foi apropriado pela Vila foi sendo adaptado e pensado para a melhoria das condições de habitação. O território da Dique está adaptado e modificado a partir da vivência diária, da experiência territorial e das práticas socioterritoriais que forjaram a constituição da comunidade.

Fechamento

Vila Dique: território, discurso sobre território, falando sobre o território

Nesta dissertação trabalhamos sobre um território que corre risco de desaparecer, a Vila Dique. Apontamos que boa parte da comunidade já foi desconfigurada devido às remoções ocorridas em 2009, onde cerca de 1000 famílias foram removidas de uma só vez. A partir disso, as configurações da parte da Vila que permaneceu se alteraram, sendo modificadas tanto as relações de vizinhança, quanto as relações de acessibilidade e oferecimento de serviços públicos.

Discutimos também a respeito dos discursos sobre esse território; para isso, apontamos para três possibilidades de análise, sendo que duas delas ficaram bastante imbricadas, ou seja, os discursos proferidos pelo poder público e os discursos enunciados pela mídia. A outra categoria consistiu em ouvir e registrar os discursos sobre a Vila a partir dos moradores. Destacamos que esses discursos sobre o território (relatados a partir do poder público, da mídia e dos moradores) nos ajudaram a contar, assim como analisar o território da Dique em si. Foram esses discursos que permitiram evidenciar as ações do poder público a fins de legitimar as intervenções e a retomada do espaço da Vila, bem como os discursos dos moradores serviram de base para entender como eles foram se apropriando e transformando esse espaço em território.

Devido à nossa metodologia de trabalho, não podemos separar com uma linha fechada o que é o discurso sobre o território e o que é a análise nossa do território. Talvez pudéssemos separar com uma linha tracejada, pois acreditamos que ambas perspectivas se interconectam, sendo as duas categorias importantíssimas para entender a Vila Dique. Os discursos sobre o território nos demonstraram que quando os agentes dominantes possuem interesse em um espaço, mostram a sua força de dominação a partir de intervenções diretas no território. Observamos isso a partir das remoções de forma mais explícita, mas também nas estratégias de cercear os direitos de acesso à comunidade com a interrupção de vias, a alteração das linhas de ônibus, a retirada dos serviços públicos e até da construção de barreiras físicas que dificultem a vida dos moradores.

Os discursos da mídia evidenciaram como os agentes dominantes possuem o poder sobre os dominados em impor o seu discurso e legitimá-lo a partir da difusão midiática. Em nossa metodologia buscamos recolher notícias que tratavam sobre a Vila Dique, porém, não pensávamos que todas aquelas que registramos falariam sobre a importância da remoção para a requalificação urbana e para a ampliação do aeroporto. Isso causa um forte impacto, pois é o discurso da mídia que forma e abastece a opinião pública em geral sobre aquela comunidade, colocando então a culpa na Dique pela obra não avançar, ou que a Vila é um entrave para o prosseguimento da obra. São esses discursos enunciados pela mídia que justificam e dão força aos argumentos de remoção promovidos pelo poder público. Rogério Heasbert (2014), quando aborda sobre os discursos, aponta que, tanto para dominantes quanto para dominados, as relações de poder (sobre o território) estão definidas nos discursos públicos:

Embora ambos os discursos estejam presentes tanto entre os grupos dominantes quanto entre os dominados, as relações de poder entre eles comumente são definidas nos campos dos seus respectivos discursos públicos. (HAESBAERT, 2014, p. 290).

Esses discursos públicos ganham proporção a partir da mídia e massificam o pensamento sobre o território em disputa. Em nossos registros da mídia, observamos que os moradores não tiveram oportunidade de propagar um discurso público sobre a Vila, logo, imperou apenas os discursos dominantes.

Os discursos dos moradores sobre o território se misturam com a sua trajetória de vida, são discursos carregados de cotidiano e das práticas desenvolvidas na própria Vila Dique. Como apontamos na metodologia utilizada para registro desses discursos, eles ocorreram em conversas entre os moradores e o pesquisador, não sendo um discurso articulado para se tornar público, mas ao mesmo tempo apresentou uma unidade de comunicação: a importância da Vila como lugar de moradia. O discurso que registramos a partir dos moradores nos ajuda a entender a constituição do território, as relações de apropriação e de modificação do espaço, por isso destacamos como uma categoria importante a ser considerada nos estudos sobre territórios/territorialidades.

Portanto, justificamos a importância dos estudos sobre discursos associados ao território, Dominique Maingueneau (2015) aponta que o discurso

não é um território circunscrito, mas um espaço incerto entre dois maciços. Dentro dessa lógica, retomamos a ideia de que nem toda territorialidade está contida no território, assim como nem todo discurso está contido no território. Existe um espaço e pontos de territorialidades espalhadas que também fazem parte desse discurso sobre o território.

Nossa pesquisa também buscou caracterizar o território em si, desde as suas configurações mais materiais, como também as constituições no campo das ações e representações. Sendo assim, definimos que a Vila Dique é um território, para isso, utilizamos nosso arcabouço teórico a partir das relações de transformação do espaço em território, entendendo o território como uma categoria que expressa as mais diferentes modalidades de relação da sociedade com os espaços.

É território, pois se constitui a partir das relações de apropriação e dominação do espaço, a partir das ações e representações feitas deste espaço. Observamos que o território da Vila foi se constituindo a partir também das trajetórias de vida dos atores e de suas intervenções em busca de fazer daquele espaço seu lugar de moradia; assim, são estas ações que vão territorializando o espaço e dando a ele significados e sentidos.

É o território da Vila Dique no sentido de que as ações foram pensadas em busca de apropriação daquele espaço específico, o dique. As ações foram condicionadas e pensadas a partir daquela configuração espacial e, portanto, foram construindo a Vila em um território único. A forma do dique que alonga a comunidade em forma de eixo de viário, as casas com pátios voltados para a frente, as relações de vizinhança que ali se estabeleceram, bem como entender e viver a cidade a partir daquele espaço, fazem da Dique o território de moradia, de abrigo e de esperança destes moradores.

Deixar a Dique para trás é muito difícil para esses moradores, pois suas vidas se confundem com a Vila. Além disso, destacamos que não se trata apenas uma nova moradia, uma mudança de sítio, o reassentamento no Porto Novo é uma alteração nas configurações de vida dos moradores, no modo de viver. É por isso que concluímos afirmando que a Vila Dique é um território singular na cidade de Porto Alegre e que reúne atributos que só foram possíveis na criação deste território.

Referências

ACHUTTI, L. E. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 1997.

ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H.; GUEDES, A.; Maia. **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

ALVES, I. P.; SANTOS, R. N. **Reconhecimento territorial: caderno de mapas da Vila Dique**. Porto Alegre: 2015. Disciplina de Organização e Gestão Territorial, Departamento de Geografia. (Disponibilidade Restrita).

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In.: **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BERTHELOT, J. M. **Les vertus de l'incertitude**. Paris: PUF, 1996.

BRAIT, B.; MELO, R. de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: Conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BONNEMAISON, J. **La géographie culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S., 1997.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-132.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, l. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BOZZANO, H. **Territorios reales, territorios pensados, territorios posibles: aportes para una teoría territorial del ambiente**. Buenos Aires: Espacio editorial, 2000.

BRASIL. **Lei n 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Estatuto da Cidade, 2001.

BRASIL. Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Brasília: Imprensa oficial, 2007.

BRASIL. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. **Código Florestal**. Lei 12.651 de 2012. Ministério do Meio Ambiente, 2012.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Perspectivas da urbanização brasileira: uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. (orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 17-30.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. **Vila Dique: a Santíssima Trindade que resiste**. Instituto de Geociências, UFRGS Porto Alegre: 2015. (Disponibilidade Restrita).

DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoire**, Paris: Nathan, 1998.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L' espace social. Lecture géographique dès sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007.

GIL, C. Z. V. (organizadora). **Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas**. São Leopoldo: Oikos, 2013. (Equipe do Projeto: Memórias da Vila Dique).

GOMES, P. C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEIDRHC, A. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. p.21-44. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HEIDRICH, A. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. et al. (Org.). **Teoria e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 25-35.

HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C. **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre, Compasso Lugar Cultura, 2013.

HEIDRICH, A. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A.; PIRES, C. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. p. 15-34. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

HEIDRICH, A. Vínculos Territoriais - Discussão Teórico-Metodológica para o estudo das territorialidades locais. **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 29-40, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Aglomerados Subnormais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. **La Presencia y La Ausência: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENEGAT, R., PORTO, M. L., CARRARO, C. C., & FERNANDES, L. A. D. **Atlas Ambiental de Porto Alegre**: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MONTEIRO, C. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2012.

PÁDUA, E. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões teórico-metodológicas. **Revista de Educação**. Campinas: PUC-Campinas, n. 13, p. 21-30, nov. 2002.

PÊCHEUX, M. Analyse du discours de l'intelligence, langue et idéologie. **Langages**, n. 37, mar. 1973.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In GADET, F.; HAK, T (orgs.). **Por uma análise**

automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PORTO ALEGRE. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.** DEMHAB, 2009.

PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria de Planejamento Municipal, 2010.

PORTO ALEGRE. **Plano Municipal de Saneamento Básico.** Decreto 19275 de 2015. Departamento Esgoto Pluvial, 2015.

RIBEIRO, A. C. **Teorias da ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ B. R. V. Lefebvre y la producción del espacio sus aportaciones a los debates contemporâneos, **Veredas.** Revista del pensamiento sociológico. México: UAM, n. 8, p. 61-73, 2004.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L., C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: Insular, 2011.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, R. N. **TERRITÓRIOS EM TRANSIÇÃO: mudanças territoriais nas comunidades das Vilas Tio Zeca e Areia frente à construção da segunda ponte do Guaíba, no município de Porto Alegre, RS.** 2016. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SERPA, A. **Lugar e Mídia.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SOUZA, M. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; et al. (orgs.): **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertand-Brasil, 2013.

TERRITÓRIO. In: **Dicionário online Michaelis**. Disponível em <michaelis.uol.com.br> Acesso em: 27 mar. 2018.

TROLEIS, A. L. **Metrópole de risco: o caso da Vila Dique e do aterro sanitário da Zona Norte na poluição das águas superficiais e subterrâneas das bacias hidrográficas Arroio da Areia e Passo das Pedras/Porto Alegre - RS**. 2009. 313f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, C. et al. **O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

VIOLA, L. F. P. **Diccionario de Términos: Geografía**. San Justo: Geosistemas de Paso Viola Ediciones, 2003.

Homenagem

No dia 29 de abril de 2019 acordamos com a triste notícia da partida da Scheila. Deixamos aqui uma singela homenagem póstuma, a uma grande liderança da Vila Dique, que lutou por direito à cidade e direito à moradia. Ficam as lembranças das conversas que tivemos, das reuniões que nos encontramos e dos momentos de confraternização que também compartilhamos. Registramos a força de vontade e a sensibilidade que ela tinha com a sua Vila, era lá onde havia nascido e tragicamente foi também de lá que partiu. Ela tinha esperanças de ver a Vila melhorada, mas ao mesmo tempo sempre dizia que não havia melhor lugar para se viver do que lá. Deixo aqui o meu muito obrigado por toda a receptividade e paciência que teve em me receber, em me integrar com os moradores e a entender a sua comunidade.

